

Entrevistas (por ordem alfabética)

Entrevista 1

Acácio Sousa

Ex. Presidente do Centro de Estudos do Património da Alta Estremadura

Director do Arquivo Distrital de Leiria

Presidente da ADLEI – Associação para o Desenvolvimento de Leiria

02-02-2006

16.00 – 18.00 Horas

Na quinta-feira, dia 02 de Fevereiro de 2006, pelas 16 horas, dirigi-me ao Arquivo Distrital de Leiria, onde marquei entrevista com o Dr. Acácio de Sousa, ex. Presidente do Centro de Estudos do património da Alta Estremadura, Director do Arquivo Distrital e Presidente da ADLEI, mestre em História e actualmente a realizar doutoramento sobre o papel das elites na região de Leiria...A entrevista consistiu numa série de questões abertas sobre o espaço cultural de Leiria e demorou cerca de duas horas. Nesta pude observar as suas opiniões acerca do papel do património na construção desse espaço cultural de Leiria.

Transcrição da entrevista:

AS: Eu questiono-me um bocado sobre o património como símbolo de uma região, e de facto cada vez mais me venho interrogar sobre isso porque acho que o património é complementar um do outro e cada vez me sinto menos a defender nichos regionais. Confesso que às vezes até tenho ideia de que se bem que não devamos perder a nossa identidade, temos de saber onde está o limiar do bom senso entre mantermos a nossa identidade ou fecharmo-nos em relação ao vizinho. Nisto do património eu acho que é todo complementar. Isto é, olhamos para o Castelo de Leiria e é uma marca de Leiria claramente, mas o castelo de Leiria existe porque mais a norte houve outros construídos e vai permitir que mais a sul haja outros que se vão construir. Acabam por ser todos interdependentes uns dos outros ... quer dizer o castelo de Leiria não foi criado (eu estou a falar neste exemplo como poderia falar noutro) ou construído para construir Leiria, foi construído para se chegar mais abaixo e se defender o que estava mais acima e assim sucessivamente portanto digamos que há laços de interdependência muito grandes entre este tipo de património que é um património muito específico que são os castelos, muitos se calhar se formos para outro tipo de património também acaba por ser todo complementar um do outro, todo interdependente. É evidente que algum património sobressai e que depois são marcas das localidades, o castelo de Leiria é claramente Leiria. Leiria (cidade) é identificada pela imagem do castelo, a Batalha é identificada pela imagem do mosteiro, Alcobaça é identificada pela imagem do

mosteiro. É evidente que o que me parece é que realmente a grandiosidade ou a marca estética desse património acabou por marcar também a localidade para além de toda uma série de envolventes inerentes ao património. Se nós olharmos sobretudo para Alcobaça há pois todo um labor dos frades de Alcobaça q vão de facto marcar uma marca na economia da região. E isto é curioso a meu ver, tenho as ideias um bocado soltas, se calhar porque nunca as sistematizei devidamente, e o caso de Alcobaça é nítido, foi criado um mosteiro não para ser de facto a identidade identitária de Alcobaça mas de facto ouve para ali uma série de frades, o mosteiro pela sua grandiosidade chama gente e os frades vão marcar um ritmo de vida da comunidade adjacente isso não há duvida nenhuma, é isso sobretudo a meu ver, a actividade económica que nasce daí que vai ser um pólo de agregação e vai marcar aquilo que é um pólo de influência de uma região em Alcobaça os frades aqui em Leiria enfim todo aquilo que se foi desenvolvendo na área económica, e ainda hoje, se calhar estou a parecer um bocado herético porque toda a minha ligação tem sido um trabalho cultural, mas o que me parece é que realmente os pólos agregadores das regiões são pólos agregadores devido á matriz económica que têm. Parece-me sobretudo isso, depois de facto pode haver monumentalidade, património que se junte e que venha a dar uma outra componente não só vistosa como também que nos faça perceber o que é que foi o andamento histórico da região.

Para mim a actividade económica pode ser um pólo agregador e pode criar uma área de influência, sobretudo a dinâmica económica é que cria uma área de influência, hoje em dia a área de influência de Leiria, portanto a região é uma área relativamente pequena e isso vê-se porquê. Vê-se sobretudo pelas conexões económicas que há entre Leiria e as terras vizinhas, não só do estendimento de empresas como também no vai vem dos trabalhadores que moram em Ourém e trabalham em Leiria por exemplo ...ou o oposto, em que é fácil haver um circuito, um vai vem mas digamos ... há um centro económico aqui de onde dependem algumas localidades vizinhas o que também vai marcar outra coisa que são os laços do parentesco ... Estes são muito mais visíveis onde há esta irradiação económica do que ... também temos laços de parentesco com pessoas de Lisboa... mas digamos que é muito mais visível isto. Agora isto também pode levar a outra coisa... é á criação, e note em tempos anteriores isso era muito mais visível do que hoje, portanto isto que se vê hoje ou isto que eu estou a dizer em relação a Leiria de hoje dizia se em relação à Leiria de há 200 ou 300 anos. Havia também a outro nível laços de dependência económica na região e laços de parentesco que eram mais

fortalecidos nesta irradiação económica e isso criava hábitos muito específicos que iam desde hábitos e tradições de trabalho que derivavam para tradições de cantares tradições de vestir, tradições de construção civil etc. etc. etc. em que tudo isto acaba por muito complementar seria muito mais visível. Aqui, voltando á questão das identidades, esta identidade marcante destes hábitos a meu ver também seriam muito mais visíveis se calhar há 50 anos atrás ou há menos. Hoje as barreiras naturais caíram e aquilo que nos diferenciava dos ribatejanos ou que nos diferenciava dos beirões em termos de construção, em termos de hábitos normais se calhar isto hoje está-se muito a diluir e às vezes eu digo um bocado que hoje se a tradição as vezes a tradição etnográfica é mantida muito artificialmente não estou a dizer que não haja legitimidade para isso que haverá mas hoje com a televisão, com a Internet, com as auto-estradas deixou de haver a barreira da serra de Aire, deixou de haver a barreira da serra de Sicó, deixou de haver a barreira a sul da serra de Montejunto portanto porque passa-se claramente, quando havia estas barreiras naturais, quando se podia diferenciar claramente o que era a Estremadura o que era o Ribatejo porque havia barreiras naturais que limitavam e que isolavam e que as pessoas tinham dificuldade de ultrapassar essas barreiras naturais.

Assim, de facto, criavam-se identidades muito mais marcantes e muito mais nítidas do que hoje... estou a ter uma conversa completamente solta...

Entrevistador ... a questão da construção do espaço cultural galego ou a identidade galega, a reivindicação da sua identidade que dentro de Espanha que no contexto europeu e é curioso q os galegos neste aspecto, quem faz parte das elite, nomeadamente o presidente da junta autónoma tem afirmado o património como um motor de modernização e de desenvolvimento económico ...

AS: Pode ser, eles agarram no património... isso aí pode ser claramente. Há um estudioso americano que em 92 veio cá a Portugal, o Michael Porter, que diz que Portugal pode sobreviver do turismo e dentro do turismo pode sobreviver com um artesanato de qualidade, não na produção em série mas procurando na exclusividade do artesanato. Eu acho que o artesanato, quem diz artesanato diz o património em geral, só vale a pena ser pensado se o conseguirmos valorizar pela preservação mas pelo uso também. Preservar só por preservar não serve de nada e isto olho aqui para a minha casa de trabalho e aquilo que eu vejo cá, vejo em relação a todo o património. Não vale a pena só conservar. Conservar para quê? Só para dizer que conservam? Estou a gastar dinheiro, estou a ocupar espaço e acabo por não perceber, nem dar a entender ou fazer perceber ou dar utilidade àquilo que estou a conservar. Se olharmos para alguns

edifícios, por exemplo o que o IPPAR classifica, o património classificado, áreas em que ninguém pode intervir mas que vão caindo aos poucos, as populações acabam por ganhar hostilidade em relação aquilo porque são coisas velhas, perdem o sentido de nobreza da coisa, são cacos velhos, entendidos como sorvedouros de dinheiro. Pensam que mais valia modernizar aquilo. Portanto, uma coisa é conservar, tem que haver conservação mas conservação em função da utilização e da fruição. Para mim a valorização do património é isso, são essas duas componentes. Há de facto recursos de dois tipos que podem ser explorados: um intelectual - em termos da riqueza de conhecimentos e também o recurso económico. Não me afecta nada que olhemos para o castelo, para o convento ou para outro tipo de monumentalidade, e que os entendamos como recursos económicos. Não só como recursos económicos em que se põem umas tasquinhas ou umas lojas de venda de *gifts* ou de *recuerdos*. Não é só nesse sentido, mas tem que ser um recurso económico comumente com o recurso intelectual. Se for um património atractivo e de fruição onde as pessoas vão e se sintam a reconhecer, a valorizar e entender o que ali está e que além disso sintam que é atractivo não só serão chamados visitantes como se cria uma pequena, grande ou media dinâmica económica há volta não só dos operadores turísticos como da própria venda de bilhetes e de recordações. A restauração e a hotelaria também é legítimo que ganhem com isso, que haja uma dinâmica económica cujo motor é um determinado elemento patrimonial. Se for assim ainda bem, é perfeitamente possível animar e conservar o património. O que me custa é olhar aqui para o castelo de Leiria é vê-lo, quer dizer o visitante vem ver o castelo, vai lá mais o visitante do que o natural de Leiria, o visitante vai lá e sente-se semi-defraudado que é mesmo assim porque vê as pedras que ainda por cima foram atacadas pelo terramoto em 1755. Não percebe, entra no castelo e não tem qualquer tipo de interpretação, contenta-se com a vista lá de cima de alcáçovas. De facto contenta-se com a vista mas de resto não percebe o que é que representa aquele monumento, há aqui uma subvalorização do monumento ... bom nós hoje vemos que às vezes há estratégias, não direi só de animação enquanto termo pejorativo mas há estratégias de valorização em que o visitante chega, percebe. Eu também dou aulas e às vezes pergunto aos meus alunos: quantos de vocês é que gostam da aula???? Uuuuu quem é que gosta daquilo que não percebe!!! No dia em que vocês perceberem o sentido de um do ritmo da música, se calhar passam a olhar para aquilo com outra atenção, é a falta de conhecimento, é o reconhecer as coisas. Quer dizer eu não gosto daquilo que não percebo, posso tolerar, mas só gosto de uma coisa se a perceber e a valorização do

património passa por isto, fazer percebê-lo, fazer conhecê-lo... e ao fazer isso, realmente fazer fruir e aí a conservação é necessária e depois explorando esses dois elementos: recurso económico e intelectual é que torna o património válido e valorizável. Eu falo com conhecimento de causa... trabalho numa casa em que costumo dizer que é o património mais importante mas coitado é o mais vilipendiado, coitado, e a brincar digo que os documentos não são fotogénicos. Enquanto vou tirar ali uma fotografia ao castelo ou á entrada do castelo, ou à porta da Sé, ou junto à estátua do Lagoa Henriques...eh pá não dá jeito nenhum eu agarrar neste documento e tirar uma foto ao pé dele....ehehehe... Não tem piada nenhuma, mas de qualquer das maneiras o meu trabalho aqui passa por conservar isto. Sim conservo, mas não basta, eu tenho de alguma forma de publicitar isto para motivar algum investigador que pegue nisto. Só assim é que isto é valorizado. Quer dizer eu ao receber por ex. um espólio de um privado que eventualmente estivesse para ir para o lixo, digo que vale a pena conservar isso porque a memória da pessoa é valorizada, pode servir de investigação, pode ser fruída, utilizada. É realmente a conservação, a utilização, depois a fruição, que permite ver o património como um recurso intelectual, eventualmente como recurso económico. Se isto motivar um trabalho de investigação para posterior publicação, se calhar estamos aqui a dar um contributo para várias actividades económicas não só os tipógrafos como os dos compositores como se eventualmente o livro for para o mercado, para os livreiros e para o próprio autor acho que estas componentes tem que estar todas num todo. Às vezes fico *com pele de galinha* quando vejo algum fundamentalismo na conservação pela conservação. Interrogo-me sempre conservação sim mas para quê e por que? Por que a manutenção das coisas é muito dispendiosa. Por exemplo ver destruir uma Igreja antiga mas quando se diz conserve-se, não se deite abaixo, tem que se ter uma resposta ao como vamos manter aquilo e que uso lhe dar. Se for só refazê-la vai custar o dinheiro do restauro e depois o da sua manutenção, e não havendo um uso, não se tornando aquilo num recurso económico, passado pouco tempo está outra vez ao abandono ou em ruínas...

Entrevistador: e a relação entre elites, património e identidade como a vê?

AS: Isso é um sentimento de casta que se pode passar e, às vezes, o bairrismo pode ter uma grande aproximação a esse sentimento de casta. Se olharmos para uma visão das elites e do património durante o Estado Novo, antes de 1974, o património não era democratizado nem toda a gente tinha acesso, isto chegava quase ao ponto de amedrontar as pessoas. Eu era miúdo, era estudante e tinha receio de entrar numa

biblioteca, era aquele sitio onde só alguns é que podiam entrar, isto era uma mentalidade que elitista no pior sentido do termo. Só alguns “iluminados” é que podiam entrar. Só esses é que podiam ter acesso a determinado tipo de património. Quem diz a bibliotecas, diz determinado tipo de mentalidades ou outros assim. As elites existem, têm que existir, inclusive estou a fazer um trabalho de doutoramento sobre as elites, acho que as elites são um motor da sociedade. Agora elas têm um ciclo de vida e temos que as entender, como há um momento em que elas se começam a separar do cidadão comum mas com algumas vantagens ainda e, depois, começam a degenerar-se e a fechar-se no sentido de casta quando começam a viver mais do prestígio do passado do que por mérito próprio ou por algum trabalho que tenham realizado.

Entrevistador: E relativamente a Leiria até que ponto há uma envolvimento com o seu património? Ou ele está apenas na cabeça das elites? E Fátima que papel pode ocupar na representação da região?

AS: Fátima é claramente um património popular e, aliás, não sei se já se apercebeu disso, hoje em dia a grande dificuldade em Fátima é tornar aquilo num nicho para um público de elite. Há movimentações nesse sentido, em comparação com o Algarve quando há uns anos se dizia que era preciso acabar com o turismo pé descalço, Fátima não vai defender acabe-se com o turismo popular, não o pode fazer por várias razões, basta a essência de Fátima mas há de facto alguma preocupação em criar um vector em Fátima virado para um nicho do turismo de elite, de facto há. Quanto à envolvimento do cidadão comum, os grandes elementos patrimoniais penso que estão na cabeça do cidadão comum. São marcas demasiado óbvias e vistosas que não passam ao lado do cidadão comum até porque elementos como o castelo de Leiria não têm assim um grande aproveitamento por parte das elites de Leiria a não ser atenção quando há lá algum evento: peça de teatro ou jantar etc. De resto só aparecem meia dúzia de pessoas, a maior parte da população de Leiria não é consumidora de teatro ou então um teatro geralmente oficial, mas falta uma estratégia de valorização do património em relação ao cidadão comum. Agora o castelo é de tal modo imponente e altaneiro no sentido literal do termo que de facto não passa despercebido ao cidadão comum e este associa Leiria ao castelo. Nós vamos aí para fora e se perguntarmos a qualquer pessoa conhece Leiria? Há sim, tem o castelo e tal ou um castelo o castelo é Assim como o mosteiro da Batalha, o que não quer dizer que as pessoas o percebam, as pessoas vão ao castelo mas não o percebem. Vão ao mosteiro e não o entendem, a não ser que tenham um guia turístico a acompanhá-las e explicar meia dúzia de coisas mas há partida não percebem

o sentido das coisas e isso é que é lamentável. Realmente só uma elite é que se calhar sabe reconhecer devidamente o sentido do que é o mosteiro da Batalha, o que é o castelo mas se calhar falta outro saber. Penso que estes elementos patrimoniais são de tal forma pesados que não passam despercebidos ao cidadão comum, mas se me falar na Igreja de S. Pedro isso aí pergunte na cidade a ver e ninguém sabe onde é a Igreja da Pena que é no Castelo, não sabem, não há um reconhecimento, enfim a Sé é conhecida mas se perguntar a alguém se tem 200 anos 300 ou 500, não sabem, as pessoas não têm a mínima ideia, falta-lhes aí claramente elementos.

Se lhes perguntarem acerca do Santuário da Nossa Senhora da Encarnação, a população mais antiga do centro da cidade sabe mas se for uma população mais jovem não sabe, passa-lhes ao lado se calhar também não há uma educação para isso ... pois se calhar também não há, apesar de termos alguma moda da história local de alguns anos para cá, mas a história não se aprende só pelos livros, passa por ir e ver e perceber e saber como é que as coisas foram feitas o que é que representam, por exemplo fala-se aí tanto na Judiaria de Leiria mas fala-se tanto quem? Onde?

Realmente ao nível de um círculo muito restrito há gente que a localiza, meia dúzia de alunos também, até porque é uma área muito vilipendiada e uma zona...e veja, se for fazer um inquérito à população, a maioria das pessoas diz o que é que isto está aqui a fazer mais vale deitar abaixo e fazer de novo, cá esta é uma coisa que não é valorizada que não está a ser devidamente utilizada e é logo desacreditada. Está a ser um estorvo. Isto aqui não é só conversa dos promotores imobiliários mas o cidadão comum também se interroga, o que está aqui a fazer este casario velho? Isto não é bonito, é uma vergonha, haverá uma elite que percebe que aquilo poderia ter algum outro tipo de valor mas se calhar esta mensagem não está a passar, e isto por várias razões e não compreendem a função de objectos velhos e em decadência. Compreenderiam se realmente vissem que isto era um pólo que cativasse visitantes e que tivesse alguma dinâmica económica também, e isso está a perdê-la claramente, o que é muito angustiante para a cidade. Tenho a impressão que a médio prazo o centro da cidade será um parque de luxo para elites económicas de alta capacidade, a médio prazo uns 15 anos....a recuperar.

Qualquer dia será chique morar no centro da cidade e só alguns é que podem ter casas funcionais no centro da cidade ou transformar algumas fachadas numa utilização corrente e funcional ou então muita coisa será arrasada. Começa a haver uma doutrina de urbanização em que não vale a pena guardar tudo, também acho que não, não vale a

pena guardar tudo, mas esta doutrina de urbanização, em que não vale a pena guardar tudo, é que basta ficar um exemplar aqui e outro ali mas a malha toda perde-se. Vamos ver o que vai aparecer ali na rua direita, sabe, onde é o buraco, aquilo vai desvirtuar completamente, não quer dizer que não é bonito, não deixa de ser bonito, de um arquitecto que fala e faz lei mas que deixa, faz perder todo o sentido que aquele espaço tinha uma vez. Aquela zona era claramente uma zona de arquitectura de matriz judaica e vai perdê-la completamente. Agora realmente o que a população diz é: manter isto assim velho, para que é que serve? Não mora cá ninguém, quem é que cá pode morar, isto não tem condições, não tem casa de banho, não se pode trazer carro, não se pode, não sei quê... mais vale deitar abaixo, a maior parte da população fala claramente assim, falta atractividade, acção social a vivência de das pedras.

O castelo, o mosteiro da Batalha e o de Alcobaça são uma matriz ideológica na história, Batalha e Alcobaça claramente, e Fátima uma matriz ideológica a nível da mentalidade popular... não é por acaso que a Região de Turismo se chama Região de Turismo Leiria/Fátima, não é por acaso que a diocese se chama Leiria/ Fátima, porque Fátima é mais conhecida do que Leiria, basta ver os milhões de pessoas que vão a Fátima, uma média de 6 milhões se não me engano, realmente e aqui é claramente o exemplo de um património recente mas é património e de isso não há dúvida nenhuma, é património imaterial com base numas crenças, mas também património edificado com a basílica, e, apelativo, que chama gente e agora com a nova basílica ainda atrairá mais gente apesar de muito recente, mas que realmente quer dizer aquilo que eu falava há bocado, há um recurso intelectual, a crença religiosa, mas há também um recurso económico claramente. A dinâmica económica de Fátima é que lhe dá pujança, e que de facto a faz tornar o motor aqui da região, a dinâmica económica de Fátima é tremenda, com a grande desvantagem para o Estado de que a maior parte dos equipamentos de restauração e hotelaria pertencerem a organizações da Igreja não pagam impostos. Isso é um grande *handicap* para o Estado, mas de facto há ali muito dinheiro a correr, e daí, a grande influência de Fátima aqui na zona com uma projecção enorme e hoje há uma maquina de *marketing* que está permanentemente a potenciar essa projecção, ou seja a dinâmica cultural segue a económica quer dizer acabam por se imbricar uma na outra quer dizer imbricam-se uma na outra claramente, ou seja as pessoas também se não têm fruição económica dos bens mais facilmente se dissociam dos bens culturais não? Exactamente e veja aqui uma coisa, Fátima é do concelho de Ourém mas podíamos dizer que Fátima é do concelho de Ourém artificialmente porque Fátima tem muito mais

importância do que Ourém e Ourém está a fazer um esforço, não é por acaso, se calhar valia a pena esta análise em relação a Fátima não por acaso que Ourém contrariamente ao que era habitual em termos de bairrismo, não é por acaso que Ourém veria com bons olhos a criação do concelho de Fátima o que geralmente uma sede de concelho não gosta que lhe vão cortar uma fatia, e aqui a criação do concelho de Fátima seria uma situação pacífica e não só isso como eu sei que há nos bastidores gente importante de Ourém a apoiar o concelho de Fátima por duas razões: 1- neste momento o pólo de atractividade, digamos assim, o pólo catalizador de uma área de influência é muito mais Fátima do que Ourém, não só devido ao turismo como o parque industrial de Fátima, bem como o parque de serviços, que é hoje muito mais pesado do que Ourém, digamos que Fátima é hoje uma pequena sede de um pólo regional, mais do que Ourém e parte da sobrevivência de Ourém passava por um “chega-te para lá”, e nós estamos cá, qualquer dia a sede de concelho passa para Fátima e nós ficamos dependentes, passa-se isso um bocado, porque hoje em dia eu sei porque conheço bem a região, há muita empresa importante ali no concelho que deixou de estar sedeadada em Ourém para passar para Fátima. 2- Porque Fátima em vez de dar dinheiro à Câmara de Ourém porque de facto, grande parte das instituições sedeadas e Fátima estão ligadas à religião e não contribuem para a derrama municipal, isso é a questão pragmática utilitária da coisa mas é curioso como a coisa, um centro cultural, se transformou em centro económico e ganhou claramente a primazia em relação ao centro anterior

Entrevistador: tanto Ourém como Fátima defendem-se integrados numa região de Leiria não?

AS: Sim, quer dizer o lado de cá do concelho, o lado de lá já não é assim. As freguesias do concelho de Ourém do lado de Leiria claramente, as do outro lado já não é tanto assim, e isso claramente por questões económicas, porque há uma conexão das empresas e das relações de trabalho entre as freguesias de Ourém e Leiria não só a nível de entidades bancárias como a nível de deslocações de empresas como a nível de circuitos das pessoas. Umas dormem do lado de cá e trabalham do lado de lá e vice-versa bem como das relações do parentesco. Digamos que esta marcação regional da influência passa muito pelas relações de trabalho e de parentesco.

Entrevistador: e Fátima também por razões geográficas não?

Pois, isso é verdade, não são só as razões económicas. Mas aí atenção porque se ficarmos na questão do património não sei se sabe que Fátima quer... por exemplo em termos de diocese há um movimento dentro da igreja que quer separar Fátima de Leiria,

e é um movimento forte. Achem que em termos de imagem cultural de centro cultural ou religioso que sobrevivem por eles próprios. Se falar com o bispo ele diz-lhe que não, mas há, e de vez em quando notam-se mesmo algumas investidas e ameaças de escândalo que aparecem no jornal. São estratégias, a diocese de Leiria não tem Fátima como segura, e esse indicador não deixa de ser interessante nesta questão do património representativo de identidades regionais, não deixa de ser um indicador.

Entrevistador: e quanto ao sul do distrito? Afastamento, aproximação?

AS: O sul do distrito foi-se afastando porque realmente havia uma tradição de ligações, de comunicação com Lisboa. Hoje já não há essa dificuldade, mas entretanto o sul caminhou para baixo. De Alcobaça para sul, Caldas é claramente um centro agregador do sul do distrito, não tem centros de decisão como tem Leiria e esses são postos em função, a meu ver, no local que parece ser o mais agregador, é evidente que as franjas da região são arrastadas artificialmente com a constituição dos distritos. É assim, Caldas da Rainha, Bombarral ou Peniche agregam-se ao distrito de Lisboa ou agregam-se ao distrito de Leiria. Ficam ali no limiar fronteiro e é muito artificial colocá-los acima ou abaixo do distrito, assim como Castanheira de Pêra que se agregava, na altura, a Coimbra ou a Leiria, estava ali num local limiar, é um bocado artificial enfim, quando apertamos e se recuarmos a 150 anos atrás, as relações entre Leiria e Pombal, ou Porto de Mós eram nítidas. As relações com Alcobaça também, e aí não havia dificuldade, depois as franjas tinham que ser arrumadas de alguma forma e são-no sempre de uma forma artificial. Hoje em dia o sul do distrito tem outro problema em termos de colocação de centros de decisão. Caldas têm uma dinâmica própria mas é uma dinâmica que não está muito ligada á indústria, está ligada ao terciário. Assim como tem a tradição cultural ou turística. Os centros de decisão não estão em Caldas e os caldenses começam a temer que não sejam lá colocados, porque há hoje uma grande potência económica em ascensão que é Torres Vedras, situada entre Caldas e Lisboa.

Caldas sempre defendeu que, apesar da distância, preferia estar ligada a Lisboa, mas entre Caldas e Lisboa está Torres Vedras que é realmente pujante em termos económicos, e que não tem património de relevo, quer dizer se compararmos a tradição cultural e patrimonial de Caldas com Torres, Caldas é muito mais rica. Torres Vedras não têm património. Tirando as linhas de torres não têm nada de relevo, mas é um centro económico extremamente pujante.

Quanto ao património, enquanto elemento agregador, podemos dizer que as pessoas são muitas vezes induzidas pelas elites e as rivalidades por exemplo entre Caldas e Leiria são às vezes mais da elites do que do cidadão comum.

Digamos que nos anos 20 a 40 do século XX, se agudizaram as lutas entre Caldas e Leiria, onde se criaram bandeiras que arrastaram as populações, reivindicando a separação de Leiria. O mesmo se passou relativamente a Leiria e Coimbra. Coimbra surgia como o pólo principal do Centro.

Ao longo do século XX criam-se clivagens com as antigas províncias. Leiria não aceita a sua submissão a Coimbra nem Caldas a Leiria, mas tudo isto foi patrocinado pelas elites locais que arrastavam bandeiras de separação e com elas levavam as massas. Agora, com a globalização, tudo está mudado, não há uma cultura regional bem definida, mas não se esquece a memória e o património como representação da memória.

No século XXI, essas mesmas elites constroem um fetiche de ruralidade sem cabimento e que ainda hoje se mantém, uma ruralidade de um determinado espaço e de um determinado tempo. Existe hoje em Portugal uma ruralidade resignada, é uma visão rural a combater, um paternalismo sobre o pequenino. Tradicionalmente em Portugal não há uma cultura urbana, até parece não haver uma produção cultural urbana de qualidade, faz-se uma etnografia muito rural espacio-temporalmente localizada.

Foi encomendado ao CEPAE um guia do artesanato da região. Mas e, o que é o artesanato? Bordados e bijutaria? Trabalhos em arame? O que é o artesanato urbano? Há muito formalismo e não é admitida mudança.

Entrevista 2

Alfredo Rodrigues Marques

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro

08-05-2006

13.00 – 14.00 Horas

Na segunda-feira, dia 08 de Maio de 2006, pelas 12 horas, dirigi-me à sede da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro, onde tinha um encontro marcado com o Prof. Dr. Alfredo Rodrigues Marques. A conversa que tivemos consistiu numa série de questões abertas sobre a região de Leiria, e o seu posicionamento entre a Região Centro e a Região de Lisboa e Vale do Tejo e demorou cerca de duas horas. Nesta pude observar as suas opiniões acerca do papel do património na construção do espaço cultural de Leiria.

Transcrição da entrevista:

AM: Se estuda o problema da identidade da região do ponto de vista cultural, em primeiro lugar, é preciso ver se estamos a falar da Região Centro no seu todo, ou de uma parte da Região Centro. Disse-me que vai estudar mais em pormenor o distrito de Leiria, dá-se logo a circunstância do distrito de Leiria, na verdade, do ponto de vista cultural e não só, estar integrado na região Centro no seu todo, e é talvez sobre esta que lhe posso falar, em vez de estar a falar nas especificidades da região.

Esta região que tem um conjunto de recursos muito diversificado, o que é uma fonte de riqueza, que é o lado positivo, depois há o lado negativo nesta diversidade que é o facto de que a região se encontrar fragmentada. A Região Centro é uma região que se encontra muito pouco articulada consigo própria, integrada, é uma região fragmentada de todos os pontos de vista e do cultural também. Esta fragmentação tem a ver com várias coisas, tem a ver em primeiro lugar que não existe uma tradição de Região Centro, nós temos vários distritos repartidos entre regiões diferentes, uns para o norte outros para o sul, existe alguma identidade municipal mas sobretudo de país, dá-me a impressão que essa é a maior identidade.

Apesar de tudo existem alguns elementos suficientes e susceptíveis de serem agregados ou de serem concebidos e aproveitados em conjunto, de modo a criarem algum cimento na região. A região Centro é desde logo, do ponto de vista patrimonial uma região de castelos com outro tipo de construções, nós temos uma rede de castelos que têm a ver com a própria fundação do país, com o papel que teve na sua independência, um conjunto de construções de outro tipo, de palácios de palacetes, temos um conjunto de elementos que embora não sendo totalmente distintos de outros

no resto do país, têm aqui uma representatividade bastante considerável e que, portanto, são susceptíveis de dar alguma identidade à região, a cultura só do ponto de vista patrimonial, que é o tema da sua tese.

Temos as aldeias históricas, as aldeias de xisto, tem havido sucessivos programas da União Europeia de modo a valorizá-las, a dar-lhe visibilidade e a dar-lhe também unidade por exemplo as aldeias históricas, que foram e estão a ser ainda objecto de uma intervenção específica, no actual Programa Operacional da Região Centro, que acaba este ano. O programa para o conjunto dessas aldeias foi unificador dessa realidade patrimonial e destinou-se a identificá-lo em primeiro lugar. Identificou-o e fez uma intervenção coerente no sentido de valorizar esse património, de modo a dar mais valia cultural, recuperando-o, embelezando-o, defendendo-o de agressões, mantendo a integridade patrimonial daqueles espaços e valorizando-o economicamente, de modo a permitir que possam viver lá pessoas, explorar economicamente esse património sem o degradar, mas pelo contrário, sendo elas próprias as zeladoras da integridade. A mesma coisa com as aldeias de xisto, são dois patrimónios absolutamente específicos da região centro, eles próprios são grandes elementos da identidade da região, e no futuro próximo deve haver mais intervenções, mais estruturadas, de maior amplitude, precisamente no sentido de levar este património em si mesmo, pela sua riqueza intrínseca, pela sua valia intrínseca, como parte integrante do património português e da cultura portuguesa, a valorizar. Estas duas vertentes, perspectivas, têm que estar sempre presentes.

É um pouco utópico fazer uma cultura viva, preservar aquilo que existe, mantendo num bom estado de conservação, mas ao mesmo tempo utilizá-lo para qualquer coisa, alguns destes espaços constituem excelentes espaços para um enquadramento ambiental, constitui um meio ambiente, absolutamente extraordinário para um espectáculo de música rock numa aldeia histórica.

Sem capacidade de comunicação, sem um discurso vivo, é como se o património fosse parado no tempo e um encargo em que se gasta dinheiro a conservar, mas por que se gasta dinheiro tem que se preservar, aproveitar as coisas economicamente pode ser uma maneira de as conservar, não pode ser um aproveitamento que degrade, é preciso que as pessoas que fazem esse aproveitamento sejam pessoas cultas, não se pode por a explorar economicamente património cultural pessoas incultas, tem que ser pessoas cultas, pois em primeiro lugar não sabem transmitir a mensagem, em segundo lugar estragam, delapidam o património.

Quer dizer, não pode ser capitalismo selvagem a explorar o património, tem que ser um capitalismo culto.

Entrevistador: O investimento no património, na modernidade, está directamente ligado à edificação da identidade, nomeadamente nacional, e daí para a identidade regional! No caso português há particularidades, nomeadamente a afirmação das regiões se faz de forma bem diferente do que acontece noutros Estados. Por exemplo em Espanha nasceram várias nações, o que não aconteceu em Portugal, da mesma forma, neste sentido, o património das regiões portuguesas foi apropriado no discurso das elites, mesmo locais, na construção da nação portuguesa, e hoje, o património localizado em Leiria, parece estar lá mas é da nação, não é local, nem é regional.

AM: É o mesmo que se passa com as aldeias históricas, aliás, recorda-se no tempo do Salazar com a aldeia mais portuguesa de Portugal, aquilo era um símbolo de Portugal, não era da região. Nós não temos uma tradição de regiões, e não sei se algum dia viremos a ter verdadeiramente, embora tenhamos, provavelmente, dentro de algum tempo regionalização política. E assim se vai governar esses espaços, se a região tiver muitas funções no plano cultural é bem possível que isso venha a funcionar e a propiciar o desenvolvimento de uma maior identidade cultural. Começará a construir-se um discurso regional sobre o património da região, faz-se cultura assim, com o mesmo património pode dar outra cultura, há então uma cultura mais regionalizada porque se construiu um discurso regional apropriador desse património.

Entrevistador: Se calhar a ideia de região cultural não passa sem primeiro uma ideia de uma região política ou político-administrativa.

AM: Em Portugal não passa porque realmente este património não foi construído como um património regional, é que a realidade regional não precede a nação, mas pelo contrário a nação é que precede a região, nalguns períodos históricos teve algum desenvolvimento mas a região tem sido sempre pensada a partir do país, a partir da nação.

Entrevistador: Primeiro veio à luz a ideia da nação, fortemente centralizada, e a partir daí...

AM: A regionalização acaba por se impor a meu ver mais por razões económicas, no plano do desenvolvimento económico a regionalização faz todo o sentido e toda a necessidade. O desenvolvimento económico numa óptica de proximidade, políticas de desenvolvimento económico próximas do terreno, próximas

dos problemas, próximas dos agentes que devem ser mobilizados, ou então vale mais não fazer políticas desse género, que é também uma opção possível.

As regiões começaram por ser realidades estatísticas, foi assim que elas foram criadas em 1986, para fins estatísticos, depois transformaram-se em regiões de planeamento em Portugal, mas por essa via, por serem regiões para fins estatísticos, e terem servido para planeamento, mas planeamento regional em Portugal tem-se feito pouquíssimo. Tem havido um plano regional mas é para o país todo como uma região da Europa. Actualmente, pela primeira vez está-se a procurar fazer algum planeamento e definir estratégias regionais, mas isto porque as regiões portuguesas NUTII vão ter estatutos diferentes no âmbito da União, porque até agora nós tínhamos varias regiões mas todas elas tinham o mesmo estatuto, portanto não havia diferenciação, era o país todo, o país era todo tratado por igual do ponto de vista das suas regiões. Isto não era propiciador, digamos assim, às diferenciações internas, agora é que vamos ter, a partir do ano que vem, com os novos fundos estruturais, é que vamos ter, pela primeira vez, o Norte, o Centro, o Alentejo e os Açores, e o Algarve, mas o Algarve está em transição, têm um determinado estatuto, são regiões chamadas de convergência, e Lisboa tem um estatuto diferente, que é igual ao da Madeira, portanto, isto vai obrigar a que se criem a políticas diferentes, quanto mais não seja porque os fundos estruturais não alinham na mesma política, obrigam a políticas diferentes, portanto estratégias diferentes.

Definir uma estratégia é procurar o que é que identifica a região, o que é que dá identidade à região, o que é que a distingue das outras, portanto vai ter que se fazer isso. O Norte tem um discurso muito reivindicativo, mas onde é que está a identidade do Norte? Tem mais do que o Centro? No Norte é capaz de haver mais elites do que no Centro, mas serão representativas do Norte todo ou só do Porto?

Será que Bragança, Vila Real, e sobretudo Braga e Guimarães reconhecem assim muito a liderança do Porto, e sobretudo reconhecem-se nas elites do Porto, que fazem grandes reivindicações a Lisboa, que têm um discurso muito anti-centralista e tal.

Há um profundo centralismo em Portugal, eu não sou nada regionalista, onde é que há base para o regionalismo aqui? Não existe, existe sim a necessidade de regionalizar algumas políticas, era o que eu estava a dizer, agora fazer coisas artificiais não dá. Existe um centralismo altamente negativo, isso não há dúvida, e tem muito prejuízo para o país no seu conjunto.

Contudo, não é com discursos regionalistas exacerbados que se combate, não é isso que é alternativa ao centralismo, é por isso que eu duvido da eficácia do discurso

nortenho anti-centralista. Eu vejo isto de um ponto de vista pragmático, prático, desse ponto de vista é absolutamente essencial que haja descentralização de algumas políticas, concretamente da política de desenvolvimento, e isso pode ser justificador da regionalização, da criação de regiões político-administrativas, eu até costumo dizer, isto não é uma conversa sobre regionalização, mas tem muito a ver, eu quando me colocam essa questão costumo dizer, eu não ponho a regionalização à cabeça, ponho à cabeça é a descentralização, para mim o que tem que haver é a descentralização.

Se estivéssemos num mundo perfeito, a descentralização podia ser feita totalmente na base da desconcentração dos serviços da administração central, ou seja criavam-se entidades regionais, que já existem, existem depois direcções regionais de vários ministérios, e portanto, talvez fosse possível arranjar um sistema de coordenação a nível regional, que de alguma maneira está previsto agora no âmbito do PRACE. Aquele programa de reforma da administração pública de que se tem falado, está previsto qualquer coisa nesse sentido, ou seja de haver uma coordenação regional das intervenções do Estado em cada região, e portanto, se isto fosse um mundo perfeito, se calhar isto chegava para fazer a descentralização necessária. Como não estamos num mundo perfeito, eu duvido que isto seja suficiente e portanto, provavelmente não vamos passar sem regionalização propriamente dita, ou seja sem criação de regiões político-administrativas, para forçar a descentralização, portanto eu vejo a regionalização, ou seja a criação de regiões político-administrativas com um governo regional eleito directamente, vejo isto como uma solução de *second best*, ou seja, ela acaba por ser necessária por razões práticas por que de outro modo acaba por não ser possível fazer a descentralização suficiente porque há resistência do poder central.

O centralismo está enraizadíssimo no país e constitui uma força de resistência e de bloqueio a essa descentralização, e portanto ela tem que se fazer um bocado à força, ou seja vão-se construir as regiões um bocadinho como D. Afonso Henriques construiu o país, arrebatando os poderes a alguém, portanto os poderes vão ter que ser conquistados, porque o centro não cede os seus poderes facilmente, não os cede de boa mente, têm que lhe ser arrebatados, portanto as regiões vão ter que conquistar os poderes para assegurarem a descentralização, no mundo ideal talvez não fosse necessário, por que como não existe uma grande identidade destas regiões, à partida, como não existe esta grande identidade, aquilo que é necessário fazer não é para formar Estados regionais, é para formar entidades político-administrativas regionais que assegurem uma parte das políticas do Estado para a região, é assim que eu vejo isto,

agora é para algumas coisas, não é para tudo nem coisa que se pareça porque há coisas que não faz sentido, por razões de escala ou de integridade do próprio país, por razões de eficácia, portanto para voltar ao seu tema, a identidade regional sim senhor, do ponto de vista cultural, acho que há na Região Centro, no seu conjunto, alguns elementos culturais identificadores da região, portanto há alguns elementos culturais que permitem formar com base nisso uma identidade regional do ponto de vista cultural, agora isto tudo dá-me impressão que no âmbito de uma identidade cultural portuguesa mais vasta, porque não me parece que isto seja um elemento da identidade cultural regional que se possa directamente contrapor à identidade cultural de outros países ou regiões da Europa, mas olhe não sei bem, nunca pensei muito nisso, mas se pensarmos estes elementos culturais da região centro que podem dar alguma identidade cultural à região, será que isto se pode contrapor directamente às regiões espanholas por exemplo, ou que isto pelo contrário para se contrapor tem que ser inserido numa identidade portuguesa?

Entrevistador: Relativamente a essa questão, são realidades diferentes, o imaginário regional português é diferente de outras realidades. A formação do imaginário regional espanhol é muito diferente do português.

AM: Aqui é a nação que precede a região, nós não estamos na Alemanha, na Alemanha são os Estados Federados, são as regiões que precedem a nação. Aqui é a nação que precede a região.

Estou-me a lembrar do Camilo, quando li o Camilo aquelas histórias do Minho, aquela literatura muito regionalizada, eu senti-me minhoto, quer dizer eu apropriei-me tanto daquilo como qualquer minhoto, e as pessoas de Lisboa dá-me a impressão que é a mesma coisa, porque entretanto convivi com muita gente e as pessoas de Lisboa tinham o mesmo sentimento em relação aquilo, portanto sentem o Minho como sendo tão delas como o minhoto, quer dizer nós não somos só o sítio onde nascemos, agora até somos um bocadinho algarvios porque entretanto descobriu-se o Algarve, somos alentejanos não é? Eu adoro o Alentejo e sou daqui da região, adoro o Minho, sinto aquilo tão fortemente como sinto a minha região, aliás até o sinto mais porque esse tem mais identidade local, mais força cultural própria, agora aquilo não se esgota ali, nem é apropriado só por aquilo. Nós não somos aqui assim fabricados culturalmente numa cultura que mistura aquilo tudo que funde aquilo tudo que é Portugal, e portanto eu acho que estas realidades regionais que têm algum cimento, mas que têm que ser inseridas na realidade cultural nacional.

Reflexão do investigador

A nossa realidade é bem diferente de qualquer outra europeia, no fundo a nação portuguesa, por exemplo as nações espanholas tiveram nascimentos bem localizados, a nação portuguesa não nasceu em Lisboa só, no imaginário, nasceu em vários locais, no Minho, na Batalha, em Coimbra, em Évora, e por aí fora. Foi em Coimbra que se formaram as grandes elites que deram corpo à Nação, que formaram a nação, e nesse aspecto, em termos culturais, não se afirmaram regiões autónomas, precisamente porque o trabalho feito em prol da nação no século XIX foi muito bem feito que a nação portuguesa constitui um caso particular no âmbito europeu e mesmo mundial. No imaginário existem realidades como a provincial e a distrital, mas sempre inseridas no todo mais vasto nacional.

A construção da região é sempre um projecto, é um projecto em construção como a nação, embora quem decide tenha sempre que ouvir as pessoas, torna-se um projecto bastante complexo porque os sentimentos de pertença são múltiplos e cruzados.

Entrevista 3
António Carneiro
Presidente da Região de Turismo do Oeste
18-12-2006
10.30 – 11.30 Horas

Na segunda-feira, dia 18 de Dezembro de 2006, pelas 10.30 horas, dirigi-me à Região de Turismo do Oeste, sita na Rua Direita, nº 87, Óbidos, onde escutei as opiniões do Dr. António Carneiro acerca de algumas questões relacionadas com as representações culturais do Oeste enquanto parte integrante do distrito de Leiria. A entrevista consistiu numa série de questões abertas sobre as representações culturais de Leiria e seus principais agentes, e demorou cerca de uma hora. Nesta, pude observar as suas opiniões, acerca do papel do património nas representações culturais do Oeste e as suas relações com a região de Leiria.

Transcrição da entrevista:

Entrevistador: Representações culturais de Leiria e os espaços que este distrito encerra em si, nomeadamente o Oeste. Como é que o património serve o discurso de construção da região. O que distingue e o que aproxima o sul do distrito ao centro do mesmo?

AC: Talvez começando pelo mais fácil, a parte distintiva, essa parte é relativamente fácil. O professor Orlando Ribeiro tem um trabalho sobre a região mediterrânica, que situa algures por Alcobaça, como sabe é o limite norte da região mediterrânica. De facto quando caminhamos daqui para norte percebemos quando abandonamos esta área da vinha, digamos assim, como sabe, basicamente de Alcobaça para cima quase desaparecem as frutas e a agricultura intensiva, embora todo o país tenha vinha e frutas mas não como aqui. Talvez o aspecto mais distintivo da parte sul do distrito de Leiria que é rigorosamente igual à parte norte do distrito de Lisboa, e portanto estes dois sub-distritos formaram uma região, região que foi formada também organicamente como NUT III. Só não há coincidência entre a NUT III e a Região do Oeste em termos turísticos, por causa de Nazaré e Alcobaça que já estavam na Região de Turismo de Leiria. Aliás, não estavam, Alcobaça é que já estava na Região de Turismo de Leiria, quando foi formada a Região de Turismo do Oeste, que tem 22 anos. A Nazaré que fica no meio de Alcobaça não poderia aderir, embora quisesse, à Região do Turismo do Oeste porque tinha que haver continuidade geográfica, e portanto acabou por vir a aderir como era lógico à RTL/F, com a qual sempre mantivemos uma excelente relação.

Antes, até 1998, o país estava dividido em áreas promocionais, uma das quais era a Costa de Prata onde estávamos todos juntos. Portanto nós tínhamos acções promocionais externas conjuntas no mesmo *stand*, como Costa de Prata, estávamos em conjunto com os nossos colegas da Região de Turismo do Centro, de Aveiro e dos Templários e portanto nunca tivemos problemas de fronteiras por que na prática, internacionalmente vendíamos a marca Costa de Prata, embora internamente, e num mercado de proximidade como Espanha, é que trabalhávamos mais individualmente. Embora estivéssemos juntos, possuíamos uma imagem de marca separada.

Portanto o que sempre tenho dito é que há aqui uma fronteira mais ou menos fácil de definir entre esta zona de vinhedos, de fruta que é o Oeste, e a parte de cima que já é mais beirã, no sentido em que já é mais a cultura da pedra e menos a cultura da cal, mesmo agora que discutimos as regiões de turismo, temos clara noção de que Leiria é também distinta de nós relativamente à monumentalidade. Não temos grandes mosteiros, abadias, à excepção da vila de Óbidos, nós somos essencialmente uma região rural com tudo o que isso implica, enquanto que Leiria tem a Batalha, o castelo de Leiria, Ourém, Porto de Mós, tem de facto um interior, com aquela possível ligação aos templários, e Fátima, há aqui um caminho de grande monumentalidade, religiosidade, e misticismo que não temos do lado de baixo. Eu diria que basicamente este é o aspecto mais distintivo. O próprio slogan que a Região de Turismo do Oeste criou em 84 foi o de Terra de Vinhedos e de Mar, ou de pescadores, digamos assim. Esse é o aspecto que mais gostamos de distinguir, por exemplo, hoje, na promoção dos campos de golfe, nós gostamos de frisar que somos uma região rural mas com uma agricultura poderosa, onde demonstramos que as aldeias estão recuperadas e os campos agricultados, e onde as aldeias não estão abandonadas, as pessoas têm as casas recuperadas. Se caminhamos mais para cima, a gente não vê as aldeias recuperadas como as nossas estão, porque há algum poder económico e as pessoas têm as casas recuperadas, preparadas, caiadas.

Acho que a região faz muito bem esta quase dialéctica entre o verde do campo e o branco do casario.

Entrevistador: As pessoas identificam-se com a aldeia...essa ruralidade?

AC: Não há tanta mobilidade social como deveria, hoje começa a haver mais ao nível das novas gerações, mas esta foi sempre uma terra que granjeou o trabalho, e portanto, onde as pequenas vilas ou cidades aquelas que já têm alguma área de prestação de serviços, algumas indústrias, geram estes fluxos diários em que as pessoas estão nas aldeias mas foram trabalhar para as cidades ou vilas, por meio do autocarro,

do comboio, ou dos seus próprios veículos. Não houve tanto abandono das aldeias como em outras zonas do país, as aldeias estão vivas e agora com a chegada da auto-estrada há novamente um regresso às aldeias, muitos que eram das aldeias e que foram trabalhar para as cidades, onde alugaram casas, como Caldas ou Torres Vedras, regressam à terra dos pais, porque é muito mais agradável. Hoje as aldeias estão bem estruturadas, não se justifica ir viver para Torres Vedras quando se pode estar numa aldeia a 4 ou 5 km, com muito mais qualidade de vida. Hoje é ao contrário, há mais qualidade de vida nas aldeias, têm Jardins-de-Infância, têm Centros de Dia, têm médicos, têm farmácias, e portanto não há aquela necessidade de ir para a cidade para dar educação aos filhos.

Entrevistador: Com as vias de comunicação encurtaram-se as distâncias físicas.

AC: E por outro lado, se olharmos para o mapa da região é uma característica uniforme, à volta do centro do município gravitam um conjunto de aldeias de pequena e média dimensão o que nos dá, de facto, uma riqueza muito grande de paisagem humana e uma densidade populacional baixa, nós estamos com cerca de 200 habitantes por km² o que é uma densidade relativamente baixa mas que é suficientemente alta para evidenciar as aldeias sem essa pressão urbana.

Entrevistador: E o termalismo? Ao nível de Caldas da Rainha...as termas têm um papel importante nos discursos sobre o Oeste.

AC: É uma falsa questão, não têm, mas poderiam ter, sobre essa matéria há alguns tabus, se fosse há pouco tempo eu não tinha coragem para afirmar isto, hoje não tenho problemas nenhuns em afirmar isto, a questão de Caldas ser a cidade termal é uma mentira. As Termas do Vimeiro, de que ninguém fala, facturam cinquenta vezes mais do que Caldas, sendo que as termas de Caldas não são termas num sentido turístico desde logo, são um hospital como outro qualquer na rede de saúde pública. A única diferença é que é um hospital que faz tratamentos por águas, mas não são termas turísticas e portanto é um problema que Caldas tem que discutir porque quando o termalismo era pujante nos anos 20 a 30, para as pessoas se tratarem, pois vinha muita gente de fora, e alguma quartos nas pensões e comiam nos restaurantes e havia movimento. Hoje isso não acontece, primeiro porque com a indústria farmacêutica desapareceu isso tudo, segundo, por que mesmo que houvesse tratamentos de graça as pessoas regressariam para casa e portanto, as unidades hoteleiras de Caldas não têm clientes das termas.

Agora a questão que considero apesar de tudo grave, é o abandono a que isto chegou. É quase antipatriótico, é que há um potencial de crescimento que o governo enjeita, os sucessivos governos têm enjeitado, desde que aqui estou que fazemos esta

discussão. Quando em 1985 as termas fizeram 500 anos, e o discurso é que são as termas mais antigas da Europa, está bem, podem ser as termas mais antigas da Europa mas economicamente é zero, é um exagero, como é evidente, mas hoje em dia em que precisamos tanto de geração de riqueza e postos de trabalho, de facto, a situação já não se compadece com recordações do passado, e portanto é necessário... ainda agora estive cá o secretário de Estado e falámos-lhe nisso e pedimos ajuda e dissemos, mas o governo tem que decidir o que fazer.

A água não é do hospital termal, este é um concessionário como outro qualquer da água, que é gerida pelo Estado através do Ministério da Economia. Há água excedentária no caudal, e portanto há condições para levar essa água para hotéis, pode-se orientar essa água para hotéis para que haja balneários nos hotéis, e assim já se pode falar num termalismo, pessoas que podem vir a instalarem-se uma semana ou duas nos hotéis, fazer os seus tratamentos e regressarem, sem andarem enroladas em cobertores para irem para dentro do carro. Por outro lado, o parque termal das Caldas tem aqueles pavilhões abandonadíssimos, quando o Estado deveria privatizar aquilo e facilmente arranjaria quem pegasse naquilo e dar-lhe uma versão termal e turística. A partir daí as Caldas seriam uma cidade termal, aliás dissemos isso mesmo ao secretário de Estado. A esta curta distância a que estamos de Lisboa poderíamos ter uma cidade termal, mesmo em termos internacionais teríamos condições para isso, mas sobretudo porque há água, porque se não houvesse água, também não valeria a pena, e os pavilhões do parque seriam utilizados para outra coisa, e portanto, é esta a situação.

Temos mais termas, as do Vimeiro que funcionam bastante bem, foram compradas pelo Grupo Espírito Santo. Essas sim são pujantes, do ponto de vista turístico e económico e as termas dos Cucos, que vai ser lançado concurso, acho que já foi publicado em Diário da República, são as únicas termas que há em Portugal com tratamentos a partir de lamas quentes, uma peça arquitectónica única, em Torres, e que neste momento estão fechadas há vários anos por problemas de ordem familiar, mas que têm um grande potencial.

Entrevistador: E quanto à reorganização das Regiões de Turismo, de que se tem falado, nomeadamente no que diz respeito à criação das regiões de turismo do Oeste e do Centro de Portugal, que irão ocupar o espaço da RTL/F, a ser extinta?

AC: Há uma série de probabilidades ainda, quer dizer, esta é uma questão recorrente dos últimos 10 a 15 anos em que sempre se falou na necessidade de reorganização das regiões de turismo, por várias razões. A única questão discutida é o

mapa, porque é isso que faz sangue, quando o que está em questão é de uma cajadada matar vários coelhos. O que este governo pretende é o mesmo que os anteriores pretendiam, mas que por uma razão ou por outra não avançaram. Talvez a ideia estivesse já mais amadurecida para que o governo tenha essa coragem. Por outro lado, como sabe, o governo com a equipa do PRACE, teria dificuldade em não mexer também neste assunto, eu penso que o governo tem que, de uma vez por todas, extinguir os distritos, reorganizar o país sobre uma base muito mais cultural do que aquela que neste momento existe. Nós temos aqui uma NUT III, que perante Bruxelas é uma sub-região, mas que tem dois distritos, o que é um grande disparate.

Os distritos são uma figura obsoleta, não faz sentido rigorosamente nenhum haver um governador civil hoje em dia, isso era no tempo da monarquia em que se demorava três dias a chegar a Lisboa. Hoje em dia, um representante do governo no distrito para quê? Na minha opinião, temos que colocar toda esta questão na mesa para que não se pense que as regiões de turismo são alvo de uma perseguição por parte dos governos. Há um conjunto de situações que têm que ser re-arrumadas. No que a nós diz respeito, o governo pretende, primeiro porque criou um novo organismo central para o turismo, o Turismo de Portugal, ter no terreno um interlocutor válido em todo o território. Não há nenhum país no mundo, turisticamente organizado como destino turístico, que não tenha órgãos regionais de turismo. É uma condição *sine qua non* porque o produto turístico é um produto que se consome no local da produção, portanto tem que haver quem o enquadre e quem digamos transmita ao território, nomeadamente aos agentes económicos e às autarquias quem dialogue com o governo para transmitir quais são as linhas orientadoras. Não é fácil o diálogo directo com as autarquias ou milhares de empresas e, portanto, todos os países têm órgãos regionais de turismo.

O governo quer manter as Regiões de Turismo mas, simultaneamente, cobrir o todo nacional porque as regiões de turismo que existem, e existem há várias dezenas de anos, sempre nasceram por um acto voluntarista de alguém. De alguém que se lembrou de fazê-las, de uma emanção autárquica demasiado voluntarista que não obedeceu a nenhum rigor técnico, científico, em termos sociais, sociológicos, económicos ou culturais. No Oeste apesar de tudo ate temos alguma coerência. O governo pretende cobrir o todo nacional e arrumar de forma mais técnica e cultural, simultaneamente, com essa nova lei e pretende-se reforçar competências, nomeadamente, descentralizando-se algumas da administração central, e outras que estão nas autarquias, e a possibilidade do reforço de competências. Portanto, ter um órgão que no terreno

possa executar essas competências, e uma nova lei de financiamento, porque actualmente nem há lei de financiamento, há o orçamento de Estado, que aleatoriamente todos os anos fixa uma verba que pode crescer ou não e que é dividido pelas regiões de turismo, com os mesmos critérios de sempre, independentemente delas subirem ou descerem. A Região de Turismo do Oeste que tem crescido brutalmente sob o ponto de vista económico, não cresce em relação desse PIB interno, digamos assim. Tanto pode crescer o Oeste como pode crescer uma região que tenha fechado 5 hotéis. Para nós ter aberto o Marriot, dois campos de golfe ou agora abriu mais um hotel de 5 estrelas não interessa em termos de financiamento. O orçamento da região é igual, não é por isso que ele cresce, o que é injusto, imoral e é anti turismo.

É óbvio que tem que haver um princípio de subsidiariedade para as regiões mais pobres, mas minimamente o movimento turístico tem que ser reflectido na receita do órgão regional para que ele possa responder aos desafios. Hoje as empresas que organizam torneios internacionais de golfe pedem-nos apoios, temos uma tremenda dificuldade em apoiar porque a receita não cresce. Estes são os princípios que levaram a que o governo apresentasse uma proposta de projecto de decreto-lei, e o governo juntou-lhe de facto um mapa para discussão, só que esse mapa saltou para a comunicação social. Pensar que alguém aceitaria que uma região chamada Oeste e Centro de Portugal é pensar que somos todos patetas, portanto quem inventou aquele nome deve-se ter apercebido naquele momento. É impensável Oeste e Centro de Portugal, não faz sentido até porque o Centro é relacionado com Coimbra e toda aquela zona, nem Leiria se encaixa quanto mais nós.

Nós somos de Lisboa, até somos como marca internacional, Lisboa, sob a *umbrela* internacional portanto o que neste momento fizemos foi, para além de uma série de propostas de alteração ao articulado no projecto de decreto, nós apresentámos uma contra proposta do mapa com duas ou três alterações, sendo que em relação ao Grande Centro ninguém conseguiu definir coisa nenhuma. Eles não se entendem com a velha rivalidade Viseu, Aveiro, Coimbra, Leiria. Nós aqui, no Oeste, fizemos uma proposta de junção com a Região de Turismo do Ribatejo e Leiria fez uma proposta de junção com a Região dos Templários.

Aquilo que era uma região, a tal Oeste e Centro de Portugal, nós propomos dividir em duas transversais ao território de Portugal, uma a zona da vinha e outra, a zona dos tais monumentos e da tal religiosidade, havia aqui alguma coerência cultural e uma grande complementaridade entre as duas, porque nós neste momento já

trabalhamos em conjunto os quatro, porque assim aumentaríamos a massa crítica, por nós estamos disponíveis para o fazer.

Agora entregámos no dia 6 de Dezembro ao Sr. Secretário de Estado o nosso projecto. Entregámos adendas que todas as comissões regionais deram sobre o mapa e que agora o governo terá que decidir, mas eu penso que efectivamente se o governo quiser ir pela via das NUT III, a Região de Turismo Leiria Fátima pode desaparecer, o que eu acho triste, acho lamentável, não gostaria que isso acontecesse mas para o governo encontrar um critério de ordem política e técnica, digamos assim, terá que ir pelas figuras de planeamento porque se tentar ir pelas figuras de ordenamento cultural vai ser uma grande salganhada pelo país todo por que as pessoas não estão disponíveis para se auto-arrumarem.

Por outro lado fará ainda menos sentido se tivermos presente que este governo, na próxima legislatura, irá avançar com o processo de regionalização administrativa, ora já toda a gente percebeu que o governo pretende criar cinco regiões e, eventualmente, duas áreas metropolitanas, portanto não faz sentido que com as Regiões de Turismo haja regiões de turismo em mais do que uma NUT II. Portanto, é muito provável que o que venha a acontecer seja que as regiões de turismo sejam mais que cinco mas dentro das mesmas regiões aí há o problema com Leiria a não ser que, e aí acho que Leiria o deveria fazer, lute por ser integrada na CCDR LVT, o que teria alguma lógica. Pelo menos grande parte do distrito de Leiria, inclusive a cidade de Leiria. Digamos que Leiria ligada para baixo, ligada a Lisboa com a A8, faria algum sentido ficar nesta NUT II, e os outros municípios mais de cima então estarem ligados a Coimbra. Isto faria algum sentido, mas isso é entrar na fronteira da NUT II, é um trabalho político que Leiria terá que fazer.

Entrevistador: Relativamente às NUT para já tem sido sobretudo por uma questão de arrumação do território, em virtude da nossa integração na União Europeia....

AC: Sim, mas eu acho é que o governo já não vai conseguir arrumar de outra maneira, temos que ter presente o que é que deu a outra discussão sobre a regionalização, isto é as NUT II podem ser um disparate, mas o que é facto é que a partir do momento em que se apagou o figurino das províncias é difícil fazer de outra forma.

Se o mapa do Salazar, das províncias, tem sido mais corporizado, nós hoje estávamos arrumados naturalmente, quando muito poderíamos fazer re-arranjos, tendo

em conta as novas acessibilidades litoral-interior, mas com a Estremadura tínhamos um problema gravíssimo, eu não subscrevo nada, ainda ontem vi no jornal O Publico, o senhor presidente da câmara de Tomar a defender uma região chamada Estremadura, é um disparate, os nossos vinhos são da Estremadura o que é uma complicação. Há a Estremadura espanhola que tem outro peso na Europa e, portanto, nem os espanhóis de hoje para amanhã nos deixarão registar outras coisas com a marca Estremadura, deduzo eu não é? Agora abandonado, ou morrendo lentamente por si o figurino das províncias, o que é uma pena, hoje estaríamos culturalmente arrumados, porque um minhoto assume-se como um minhoto, só aqui nesta região é que eu nunca digo que sou estremenho, quer dizer, nós aqui estamos muito mais aculturados face à proximidade a Lisboa, mais urbanos, mais industrializados, mais aculturados, agora o resto do país, algarvios, minhotos, beirões, alentejanos, transmontanos...

Eu penso que o governo precisa de regiões político administrativas por razões de planeamento, de ordenamento, razões políticas e administrativas, no sentido da gestão política e, nesse particular, e eu acho bem, acho que é algo que poderá passar com alguma facilidade e portanto obviamente que o governo necessitando dessa arrumação tem hoje corpos técnicos nas CCR, estruturas montadas que tornam muito fácil essa regionalização, é mudar a tabuleta da porta, e eleger o órgão, é uma coisa muito mais simples, pacífica, não dá traumas de qualquer espécie, agora eu penso que não é compatível fazer isso com as marcas turísticas porque o turismo vive de marcas culturais e naturais, não vive de marcas de planeamento. Não vamos vender o Centro ou o Norte, agora, conseguimos vender o Douro ou o Minho, são marcas culturais, não só porque já estão coladas aos nossos subconsciente, como até de alguns estrangeiros, nomeadamente os mercados de proximidade, como ajuda porque tem substrato cultural, há uma cultura minhota, há uma cultura transmontana, e portanto, se a cultura e o ambiente são as únicas ferramentas de que se faz o produto turístico, então isso tem que ser compatível e portanto aquilo que estamos a fazer nesse sentido, é demonstrar isso ao governo, é não deixar fazer que o governo caia na tentação de fazer coincidir as regiões de turismo com as regiões de planeamento, o que é um disparate, só não será no Alentejo e no Algarve, porque aqui a coisa é fácil, a solução seria. Eventualmente teremos uma Região de Turismo para a área metropolitana de Lisboa, outra para o Porto, depois o país terá que se dividir eventualmente, Oeste, junto a Lisboa, Minho, Trás-os-Montes ou Douro, mas penso que o governo aí está disponível a ceder, porque já estamos a falar de marcas turísticas e não de figuras de planeamento.

Entrevistador: Na sua opinião as NUT II, cinco, não correspondem a realidades culturais, e daí a sua incompatibilidade com as regiões de turismo?

AC: Não correspondem, quer dizer, elas foram criadas em torno de cinco grandes cidades, assumidas como capitais, Porto toma conta do norte, Coimbra do centro, Lisboa, desta parte a norte e a sul do Tejo, Évora toma conta do Alentejo e Faro toma conta do Algarve, e portanto nalguns casos houve coincidências com províncias, noutros não. Portanto foi, não direi totalmente aleatório, porque como sabe nalguns casos não foi, mas basicamente foi isso, as cinco regiões, e depois esta grande Lisboa. Isso são figuras que estão reconhecidas hoje na estatística, no planeamento, no ordenamento, em Bruxelas, e portanto partir para outro tipo de regionalização seria partir para a agitação política do país, desnecessária e se calhar era fácil agitar o papão de que vamos partir o país todo, como já aconteceu, e não havia regionalização. Eu acho que o governo tem apalpado o pulso à nação e tem percebido que as pessoas pensam que se forem as cinco regiões, talvez passe. Agora também defendo que para além das cinco regiões existam as duas áreas metropolitanas: Porto e Lisboa. Penso que se justifica porque o Porto e Lisboa não têm nada a ver com o resto das regiões que capitalizam.

Entrevistador: Pelo que entendi, em sua opinião há particularidades que distinguem as zonas norte, centro e sul do distrito, que leva a pensar em várias regiões?

AC: Como lhe disse, não querendo ser muito rigoroso do ponto de vista científico, eu penso que há um limite mais ou menos estabilizado do que é a cultura mediterrânica. Aqui e algures a norte de nós, percebe-se, o pinhal, a vinha, a norte estamos mais no pinhal e na pedra, no xisto, e portanto, aqui para baixo é mais a cultura ligada àquilo que é a imagem mediterrânica, há esses caracteres distintivos, por outro lado ao nível do produto turístico também há uma coincidência, podia não haver, mas há, no norte, há o tal conjunto de monumentalidade e religiosidade, que se nós considerarmos também o papel importante do Convento de Cristo e de Fátima que nos distingue, e portanto, mas essa distinção é também, e quero frisar bem isto, uma complementaridade de umas regiões para com as outras. Não estamos a pôr muros de Berlim, a separar-nos, pelo contrário, fizemos uma rota do vinho, simultaneamente construída com a do Ribatejo, fizemos acções de promoção no estrangeiro conjuntas, dos nossos vinhos, concorremos a projectos comunitários conjuntamente, trabalhamos conjuntamente, a partir de um momento em que a rota está implementada, cada uma trabalha à sua maneira, mas temos acções de formação, se vierem jornalistas ligados ao

turismo, pois eles circulam nas nossas quatro regiões. Inevitavelmente vêm de Lisboa a Óbidos e depois seguem para Alcobaça, Leiria e metem para dentro, para Tomar, e depois seguem para Lisboa, é isto que habitualmente fazem, sempre em cooperação connosco.

Temos para muitas acções uma contabilidade conjunta, criámos uma associação com uma só contabilidade, em que cada uma das regiões transfere o dinheiro para essa associação, há uma contabilidade única, e portanto estamos habituados a trabalhar conjuntamente porque temos clara percepção de que os nossos produtos se complementam uns aos outros, há vantagens nisso, nós e Leiria podemos oferecer a praia atlântica, e simultaneamente os monumentos, os vinhedos, os campos de golfe, e a lezíria, são coisas muito interessantes e uma enorme diversidade, e tudo isto na proximidade de Lisboa. Por isso me parece correcto estarmos na Região de Lisboa, por muito que Coimbra gostasse que estivéssemos com eles... quando nós agora, o Oeste está ligado à CCR do Centro para efeitos de quadro comunitário e o senhor Presidente, a primeira vez que viu disse: agora vamos ter finalmente campos de golfe, e eu disse, desculpe para todos os efeitos somos Lisboa, nós só estamos aqui para efeitos do quadro comunitário, não haja confusões, e isto está perfeitamente definido pelo governo. Por podermos, em 2007, apresentar candidaturas junto da CCDR Centro, não dá à Região Centro o direito de tomar conta da nossa região do ponto de vista turístico, da nossa região e de Leiria, naturalmente.

Quando falamos de ruralidade, é esse o marketing do nosso golfe, essa é a principal marca de distinção do nosso golfe relativamente ao mais mediterrânico, pois estamos aqui numa fase de transição, nós somos de cultura mediterrânica mas não temos clima mediterrânico, no sentido do calor, aqui joga-se golfe no verde todo o ano, no meio das vinhas e dos pomares, e isso temos sentido muito, nós tivemos ainda agora aí há duas semanas uns grupos de nórdicos que vinham visitar os campos de golfe e sentiram isso, não é fácil encontrar isto.

E os campos não estão no meio de zonas demasiado desenvolvidas ou urbanizadas. Hoje, com a sociedade cada vez mais mobilizada, o valor rural é um valor cada vez mais importante e eu tenho dito aos senhores presidentes das câmaras, os nossos PDM têm que ser suficientemente abertos para serem dinâmicos, mas em relação à ruralidade têm que ser intransigentes, nomeadamente ao nível da arquitectura rural. Não se pode permitir por exemplo um prédio de três ou de quatro pisos com campainhas

de porta e isso, acho uma loucura porque sociologicamente, a partir daí destroem-se os laços de vizinhança, tudo.

Se a região da parte de cima tem essa monumentalidade que por si atrai, nós se não tivéssemos este todo, se tirássemos Óbidos, não tínhamos nada, o que vale é o todo, são os milhares de colinas, moinhos, é a paisagem, o que é que temos mais? É evidente que depois podemos falar do crasto calcolítico do Zambujal de Torres Vedras, tem um valor cultural brutal, porque é o mais importante crasto da Idade do Cobre em Portugal, mas eu penso que nem 10 por cento da população de Torres Vedras sabe que ele existe, quanto mais os outros, são coisas muito interessantes, mas não são suficientemente apelativas para vender. Enquanto a norte temos monumentos património mundial, como é o caso de Alcobaça, da Batalha, Convento de Cristo, felizmente nós depois compensamos com este conjunto que tem de ser muito bem preservado, esta cultura no sentido lato da Região Oeste.

Entrevistador: E as particularidades paisagísticas do Oeste? Uma Toscana portuguesa?

AC: Muitos jornalistas nos dizem isso, curiosamente, a primeira vez que o ouvi, para aí há uns 15 anos, fiquei babadíssimo, lembro-me perfeitamente. Estava a haver um campeonato de futebol da Europa ou do Mundo. Aqui há uns anos lembro-me de dois jornalistas italianos dizerem que tinham a sensação de estarem em casa, a paisagem era muito semelhante à deles.

Entrevista 4

António Fonseca Ferreira

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo

08-03-2006

10.00 – 12.00 Horas

Na quarta-feira, dia 08 de Maio de 2006, pelas 12 horas, dirigi-me à sede da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Lisboa e Vale do Tejo, onde tinha um encontro marcado com o Eng. António Ferreira.

A conversa que tivemos consistiu numa série de questões abertas sobre o espaço cultural de Leiria, e o seu posicionamento entre a Região de Lisboa e Vale do Tejo e a Região Centro, e demorou cerca de duas horas. Nesta pude observar as suas opiniões acerca do papel do património na construção desse espaço cultural de Leiria, e a relação entre os concelhos do sul do distrito, integrados na chamada Região Oeste, e os do norte e centro, mais próximos do que se poderia designar por Região de Leiria.

Transcrição da entrevista:

Portanto sobre a questão digamos, do Oeste, e em termos do que isso significa para o distrito de Leiria que é uma divisão, mais do que uma união é uma divisão, o caso do Oeste. Mas é um problema que temos aqui como temos noutros pontos do país, digamos, as diferentes divisões político - administrativas, fundamentalmente administrativas ou geográficas que temos tido ao longo da história e que não têm, como se vê, com o processo de falhanço da regionalização, nunca assentaram em identidades unificadas ou homogéneas, ou com uma certa unidade em termos de determinados territórios, isto é provado muito no tempo não é? Agora, desde a integração europeia temos a questão das NUT, que no caso do Oeste, de Leiria, vem criar novas tensões, porque tradicionalmente tinham a Estremadura. A Estremadura unia os concelhos do norte e os do sul, e portanto de alguma maneira aí se fundia, e se, se diluía o distrito de Leiria, agora com a criação da NUT III do Oeste, passámos da Estremadura que era uma entidade mais abrangente no litoral oeste para uma unidade territorial que é esta NUT III do Oeste que tem claramente, e nós temos sentido.

Ainda não tem este nosso plano estratégico? Fala cá dessas coisas, portanto, onde, e eu isso tenho acompanhado, vou fazer 8 anos no dia 16 de Março que estou aqui e que desde essa altura, começámos fundamentalmente nessa altura, vim cá para desencadear o processo do Plano Estratégico da Região e aí, como está escrito em várias passagens, no Oeste há claramente uma tensão entre o norte e o sul, o que é natural porque a NUT III não veio unificar outros territórios, por exemplo um administrativo

que são os distritos, o distrito de Leiria a norte e o distrito de Lisboa a sul, uma divisão, e a NUT III, a identidade do Oeste ainda não ultrapassou essas tensões, há claramente outra, não sei, estou a falar de tendências que vinham de trás, não sei fazer as contas mas, politicamente, o PSD tradicionalmente dominava a norte, estou a falar no Oeste, nos concelhos a norte. O Partido Socialista dominava a sul, o PS ou a CDU, ultimamente em Sobral de Monte Agraço, podemos dizer uns sectores mais à esquerda a sul e mais há direita a norte, portanto aqui o Oeste teve um processo complexo, onde há falta de lideranças. Por exemplo aqui na região, fora a área metropolitana, a região de Lisboa tem três NUT III, que é a do Oeste, a do Médio Tejo e a da Lezíria do Tejo, enquanto no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo há lideranças regulares que têm conduzido as comunidades urbanas, no Oeste claramente não há. Aliás na semana passada veio no Público, eu tive lá uma reunião e disse isso mesmo, numa reunião com autarcas, ocorreu há coisa de um mês e uns tempos depois veio no Público em que eu era acusado de que tinha feito considerações que não abonavam muito a favor da Comunidade Urbana do Oeste, pela Associação de Municípios do Oeste. O que eu disse, e foi numa reunião privada de autarcas, alguns deles é que vieram cá para fora.

O Oeste, por exemplo, é o único caso desses três em que ainda não fizeram a passagem clara, assumida, de Associação de Municípios para Comunidade Urbana enquanto que o Médio Tejo e a Lezíria do Tejo o fizeram imediatamente, cumprindo aquela legislação de 2003 das Comunidades Urbanas. No Oeste não, ainda andam, ainda estão indefinidos entre Associação de Municípios, Comunidade Urbana. Estão divididos, não há liderança, há bocado ia dizer, houve em 1998/99, foi quando eu vim para aqui, havia lá um líder dos agricultores que depois morreu num acidente, era um homem que estava a criar uma certa liderança no Oeste em torno da agricultura, em torno também, podemos ver, daquilo que são elementos mais tradicionalistas que é a agricultura e o espaço rural, que são muito importantes no Oeste. Esperamos que o Oeste mantenha, mesmo com a modernização que agora se está a dar por via fundamentalmente do turismo e do lazer, esperemos, de alguma indústria que também teve tradicionalmente, mas aquilo bom que tem o Oeste é um conjunto de características de ruralidade e de agricultura, maçã e hortofloricultura são elementos muito fortes.

Esse homem, Sebastião qualquer coisa, de facto, promovia ali uma liderança forte, o homem morreu e não há nos autarcas lideranças, são as lideranças mais apagadas da Comunidade Urbana. Concluindo, penso que... portanto, na sua tese é mais distrito de Leiria, o distrito de Leiria tem aí um problema. Agora eu acho que os

distritos vão a caminho de acabar, vão a caminho do fim, era a proposta dos governos anteriores do PSD / CDS e o Partido Socialista não é muito claro sobre isso porque tem gente no seu interior que defende muito fortemente a manutenção dos distritos mas pelo que sei está-se a preparar uma reorganização da administração desconcentrada do Estado e eu acho que os distritos vão acabar. Neste processo as pessoas são fundamentais para criar o espaço de identidades.

Eu sinto dois factores que tanto podem ser causa como resultante do processo de indefinição de identidades que são as divisões administrativas e como lhe digo não é só o problema do distrito, vem de trás, portanto antes foi a província da Estremadura, aí de facto era diferente, não sei se abrangia Torres Vedras, não me recordo do território, depois os distritos dividiram, e portanto sem dúvida que o distrito ainda tem tido até recentemente, e ainda tem um peso forte que são os círculos eleitorais e como tal funcionam porque são os partidos, funcionam à base dos partidos. Para o bem e para o mal, queiramos ou não, são os partidos que governam na democracia e que têm muita força. Portanto, o mais forte âmbito dos distritos actualmente é constituírem círculos eleitorais, se fizerem a alteração da legislação dos círculos eleitorais para os nominais como se pensa, se fizerem subdivisões como está pensado, rapidamente é que os distritos perdem mesmo, independentemente da reforma administrativa. Eu acho que a reforma administrativa vai no sentido do governo passar dos 18 distritos para cinco regiões que são as regiões plano. Portanto o que se tem dito é ir preparando a futura regionalização e fazer a regionalização funcional, funcional administrativa e, portanto, penso eu, mas isto ainda não foi posto claramente porque é uma questão delicada mas tanto quanto me apercebo a ideia é continuar, portanto, com o apagamento dos distritos. Eventualmente, ainda nos próximos anos, eu penso que o governo vai apresentar essa proposta este ano, senão também já não apresentará, de passar dos 18 distritos para cinco representantes do governo. Acabar com os governadores civis para passar a cinco que serão representantes junto das regiões plano, ou as regiões da CCDR, as NUT II. De facto há essa tensão e depois como lhe digo também há territórios sociológicos que levam a que nas últimas eleições autárquicas se tivesse mantido essa tendência do PSD. No norte manteve Alcobaça. Nazaré e Peniche passaram para a CDU, portanto baralhou-se aí e manteve o Cadaval e o Bombarral. Manteve a predominância, só entrou aí a CDU, mas manteve a predominância não é? E o Bombarral também já era e, no sul, também ficou Torres Vedras, Sobral, depois há o concelho de onde é o presidente da Associação de Municípios, que é Arruda dos Vinhos, o PS manteve Alenquer. Há de

alguma maneira uma dominância de digamos dos sectores políticos mais à esquerda no sul. Há aqui uma indefinição, aliás, a prova é que quando foi a questão da constituição das Comunidades Urbanas em que o governo deu aquela anarquia toda, a possibilidade de cada um ir para seu lado, e portanto discutiu-se muito e esteve aí um reforço de Leiria, e digamos da identidade de Leiria e do centro em Leiria para tomar o Oeste. Se Alcobaça, Nazaré, eventualmente também Bombarral, mas claramente o que ia decidir eram Alcobaça e Nazaré se tivessem optado pelo norte.... Nazaré manteve-se neutra, não sei se já decidiu, acho que o engenheiro mantém-se no Oeste, na Comunidade Urbana do Oeste, mas queria ir por razões político - partidárias claramente para Leiria. O homem da Nazaré, que em termos de liderança é mais fraco, foi rapidamente apanhado pela liderança do partido e manteve-o até à última da hora como enclave da possibilidade de aderir enquanto que o homem de Alcobaça é um tipo mais afirmativo, tem o seu poder próprio e na altura decidiu pelos seus meios manter-se Oeste, contra a orientação do PSD. Aliás, a estratégia das Comunidades Urbanas foi uma estratégia fundamentalmente... eu concordo com alguns aspectos e estive sempre a favor, contra o meu partido, o Partido Socialista, de fazer um *UP Gread* das Associações de Municípios e o nome Comunidades Urbanas soava-me bem. Mas seriam sempre de natureza intermunicipal, depois o secretário de estado Miguel Relvas lançou esta confusão toda e uma das estratégias deles era o que conseguiram em Viseu, criar a Grande Área Metropolitana de Viseu, não há metrópole nenhuma, mas para criar aquela coisa, da 1ª divisão, mas conseguiram, o autarca deles de Viseu polarizou um grande território indo buscar concelhos à Guarda, a Coimbra etc., portanto baralhou os distritos, e queriam fazer o mesmo em Leiria mas não conseguiram, conseguiram levar o homem de Ourém para Leiria mas falhou-lhes o concelho decisivo que era Alcobaça, para a Grande Área Metropolitana, porque Alcobaça não aderiu. Alcobaça é que dava a população até aos 350.000. Portanto, nós temos tido estes problemas todos.

Relativamente à sua questão, eu não sei por onde isto passa, o Oeste, eu acho que o Oeste, e podemos dizer que Leiria, independentemente do distrito, mas o espaço que podia e, de alguma maneira, é polarizado economicamente por Leiria em termos dos factores designadamente do património tradicional tem força e particularmente quais são os aspectos distintivos do Oeste em termos tradicionais, é uma certa identidade podemos dizer, quase geológica ou topográfica que é a ondulação do terreno, única no país, digamos moderada mas muito variada que eu comparo muito com aquela zona de Florença da região do centro de Itália, depois ligado a isto também os factores

de ruralidade, uma boa ruralidade quer em termos do espaço físico, quer em termos da produção agrícola e também tradicionalmente com uma boa articulação entre litoral, costa, elementos de praias, de lazer, com essa qualidade do espaço interior com alguns elementos patrimoniais como Óbidos, agora em termos mais urbanos, portanto há ali um conjunto de elementos que ainda fazem parte da memória e eu espero da identidade do Oeste. Espero que mesmo nessa modernização que se está a dar muito fortemente por via do lazer e do turismo, porque enfim no pequeno curto espaço histórico que aqui estou, apesar de já serem muitos anos, a caminho dos oito, mas sinto ali uma mudança muito forte. Quando não havia, o turismo era o lazer tradicional. O Oeste era uma zona de veraneio das populações da Área Metropolitana de Lisboa, agora está-se a internacionalizar, uma das coisas quando nós fizemos o plano estratégico é que o Oeste mantinha-se muito autárquico, sem uma das apostas do plano estratégico, deste e o da Associação de Municípios, que fez o chamado PEDRO, Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Oeste, era a internacionalização, quer por via da produção agrícola e industrial, quer por via do turismo. Claramente que se está a dar, está a dar, a industrial não terá produzido muito mas já tinha as cerâmicas, em particular, e as agro-indústrias, mas a agricultura assentou claramente, com a pêra rocha, com algumas hortofloriculturas e agora com e Centro Tecnológico acentuou essa internacionalização, e mais visivelmente o turismo, que fez, estão a ser feitos ou acabados dois grandes empreendimentos chamados de Turismo no espaço rural.

O Bom Sucesso, aquele grande empreendimento que está em construção, com 2000 apartamentos e não sei quantos arquitectos. É um investimento inglês, aquilo tem um nome inglês, mas nunca fixei, fui eu que aprovei aquilo, mas é no Bom Sucesso, é entre Óbidos e a praia D'el Rei, portanto tem a praia D'el Rei, que tem ajudado a internacionalizar, portanto vai ter este grande empreendimento, isto é que vai dar o grande salto, quando estiver a começar a ser concluído, porventura até ao final deste ano, vai começar a ser habitado, e tem aquele em Torres Vedras, que se chama Campo Real, também de ingleses, ligado a ingleses, portanto é o chamado turismo, é uma categoria que existe na legislação, turismo em espaço rural, podemos dizer. O Oeste não tinha nenhum hotel de 5 estrelas, agora já tem o da Praia D'el rei, e vai a caminho dos 5 hotéis de 5 estrelas, e não tinha golfes e já tem o do Campo Real, vai ter esse do Bom Sucesso e também já tem o da Praia D'el Rei, portanto vai a caminho dos 5 campos de golfe, o considerado forte para a internacionalização, uma região como esta ter 5 campos de golfe. No início faziam o Praia D'el Rei, aqui com o Estoril, etc., mas a

ambição deles é ter 5 campos de golfe na região porque parece que é o que constitui os circuitos do golfe. Claramente, o Oeste está na via da internacionalização. O que é que isso depois vai dar, eu acho que, eu tenho algum receio, por exemplo aquele nós aprovámos aqui porque correspondia à lei, mas corresponder à lei nem sempre corresponde ao que tenha de ser feito, tenho receio que ali aquela zona entre Óbidos, onde se está a fazer esse grande empreendimento do Bom Sucesso, entre Óbidos e a Praia D'el Rei, aquilo é um ecossistema muito especial, muito frágil, aquilo é zona, como sabe o mar chegou até à pouco tempo a Óbidos, e portanto é tudo praticamente dunar, com uma vegetação muito própria, que este empreendimento está a destruir completamente. Mas o Oeste está-se a internacionalizar, também foi a aposta estratégica, e obviamente em termos de criação de valor é muito importante, era bom que o Oeste conseguisse compatibilizar essa modernização com elementos de tradição bons, património e ruralidade etc.

Entrevistador: Tenho reparado nos estudos que fazem referência ao Oeste, uma grande referência ao termalismo... às termas da região.

AFF: Sim, Caldas, Vimeiro, Alcobaça, e os Cucos, são pelo menos essas quatro em que há um processo, acho que foram adquiridas aí por um grupo económico, a maioria delas, senão todas estão nas mãos do grupo BES, esse grupo está não só aí mas noutras regiões do país, está a apostar no termalismo, saúde, nessa ligação e o Oeste tem, portanto aí está um elemento tradicional, entretanto fecharam e agora estão a ser requalificadas e relançadas, isso articula-se com o turismo e com os vários segmentos do turismo de lazer claramente, obviamente é um elemento de valorização.

Em termos patrimoniais nós temos aqui alguns eixos que nos permitem de certa forma pensar uma região cultural, que girará em torno de elementos patrimoniais como construídos ou paisagísticos e estou-me a lembrar da paisagem típica do Oeste, a própria agricultura que é de certa forma, a patrimonialização da produção... desde há muitos anos que se produz a pêra rocha que é um elemento característico da paisagem e da sociedade e da cultura do Oeste, até Óbidos como paisagem construída, até ao termalismo como uma marca identitária, algo através de qual se pode representar, ou objectivar esse sentimento de pertença, alguns desses elementos... Eu acho que há no Oeste um mix de litoral e interior também muito forte, com espaços como por exemplo a lagoa de Óbidos ou a concha de S. Martinho. É um litoral muito forte, outro elemento patrimonial com que temos de contar no Oeste é todo o litoral, lagunar um pouco mais a norte mas também as arribas, depois quando vimos para a Lourinhã ou Torres Vedras,

mais de arribas, particularmente a Lourinhã, aquela zona das praias da Lourinhã, até aquela praia de Torres Vedras. Temos que contar com esse litoral, não é a temperatura da água, infelizmente, mas com condições balneares e paisagísticas particularmente as características da costa, portanto há aí um conjunto de elementos, agora como é que isto tudo evolui e particularmente depois a questão distrito de Leiria, resto do Oeste, se caminharmos depois para uma re-arrumação das regiões, portanto está previsto manter a Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Leiria e Marinha Grande polarizam um pólo de forte actividade económica, de grande dinamismo económico, mas é um eixo que em termos administrativos estará integrado, no futuro, na Região Centro, a manter-se a ideia deste governo e do primeiro ministro. Se formos para a regionalização, não agora, mas em 2010/2011 para um novo referendo, onde se pensa que se manterão as regiões plano actuais, e portanto economicamente há essa zona de grande actividade económica, nessa zona Leiria – Marinha Grande mas, embora estando integrada na Região Centro, as relações económicas serão com Lisboa e Vale do Tejo, são com Lisboa, com a área metropolitana e com a internacionalização, e não com o Centro, portanto aí, vamos lá a ver Portugal não tem, histórica, tradicionalmente e ecologicamente não tem, com excepção do Algarve, não temos espaços de identidade regional. Andamos à procura, temos de andar a procurar ao longo da história, com a história das províncias, depois os distritos, agora das regiões plano, e eventualmente das regiões político-administrativas, agora isto não corresponde às tais percepções e às identificações regionais, culturais e identitárias. Não há uma correspondência, com excepção do Algarve.

Entrevistador: Podemos falar de uma região do Oeste separada de outra região de Leiria?

Separada não, até porque a Região Oeste são 6 concelhos no sul e 6 concelhos no norte. Também é significativo e, portanto, também há aí uma divisão administrativa. Seja NUT, seja distritos, há aí uma divisão, eu acho que no Oeste, se calhar era a Estremadura que correspondia mais a uma identidade unificada do Oeste, agora as divisões são administrativas, entende-se mesmo que há regiões que no futuro continuarão divididas e separadas. Eu acho que o Oeste aí, se calhar se integrassem os concelhos da Marinha Grande e de Leiria no Oeste, na NUT III do Oeste, então é que ficava um grande Oeste, e com uma identidade própria, embora mais industrial a norte, mais rural a sul mas com uma identidade própria.

Acho que no que diz respeito aos seus elementos de pesquisa, o que eu penso é que exactamente entre aquilo que podem ser factores de identidade, factores identitários, culturais e de património e que podemos dizer que sempre têm tendências, digamos tradicionais, entram em tensão ou em conflito com aquilo que são divisões administrativas.

Em relação às comunidades propostas pelo PSD, eu intervi bastante. Aliás, fiz um certo contraponto lá do PS, ao secretário de Estado, simultaneamente eu estava aqui, tinha responsabilidades institucionais e como concordava com esse *UP Gread*, apoiei a questão das comunidades mas bati-me contra que não houvesse critérios, acho que a base deviam ser as NUT III. Eu admitia uma comunidade que englobasse a NUT III do Oeste e a NUT III do Pinhal Litoral que dava a Estremadura, no fundo era a Estremadura e voltava a um espaço, por exemplo eu apoiaria isso. Agora aquelas ideias de formar uma grande área metropolitana! A gente metrópoles tem, pequeninas em termos europeus, a de Lisboa e a do Porto, um bocadinho, Leiria, muito menos. Viseu é uma ficção não é? Se tem ido por esses critérios eu acho que aquelas duas NUT deviam unir-se numa Comunidade Urbana alargada etc. e aí íamos a caminho de uma integração da identidade do Oeste, agora mais tarde com a regionalização não sei como é que seria, eu acompanhei isso muito próximo porque entrei bastante nesse debate, por outro lado acompanhei muito com o presidente de Alcobaça, enfim tenho boas relações com os 51 presidentes da região. Mas com esse de alguma maneira em particular, até porque somos os dois da Beira Alta e já nos conhecíamos anteriormente, e ele consultou-me muito sobre essa matéria.

E para além dele, o que se passou nessa altura foi o seguinte: a atracção do sul de Leiria por Lisboa tem a ver com relações funcionais e simbólicas, funcionais porque é aqui que está o centro, quer de poder, aí a nível simbólico e funcionais que é a Área Metropolitana, a grande cliente de muitos produtos daquela região, sejam agrícolas, sejam industriais. Ou é cliente, ou é por onde se exporta. Há relações simbólicas e relações funcionais que levam a essa atracção. Outro concelho que o PSD queria unir a Leiria era Caldas, para formar a grande área metropolitana e fugir porque o controlo aqui a sul era do PS. O homem de Alcobaça não estava de acordo com a facção do seu partido, o PSD, e quis sempre pertencer ao sul, impedindo que o homem da Nazaré também fosse para Leiria, porque, por razões partidárias, também teria ido para Leiria. Portanto houve ali um xadrez, e felizmente manteve-se, pois ir tudo para a Grande Área Metropolitana de Leiria seria desfazer a NUT, que são para manter, mas

fundamentalmente é de ter em conta esse aspecto e progressivamente Leiria e a Marinha Grande se vão reforçar nesse sentido, portanto há uma dissensão do Centro por causa da atracção funcional prática, económica e simbólica, relativamente a Lisboa.

Fátima tem uma identidade própria, há ainda outra questão que tem que se resolver, que são as regiões de turismo e aí também Fátima está dividida, espero que também se passe para cinco regiões de turismo, foram as indicações do Secretário de Estado do Turismo. Há aí feudos. Fátima tem uma identidade própria, religiosa e portanto há ali sempre um certo arbítrio, por exemplo Ourém passou para Leiria, mas agora parece que vai de novo passar para o Médio Tejo. Com a reorganização que se vai dar a partir das leis de 2003, em que vão passar as NUT III a ser a base das novas regiões. Esta base vai passar a ser o critério que eu sempre defendi. O secretário de Estado ainda há dias me disse isso. Portanto, em princípio Ourém vai voltar às origens, mantendo-se as antigas NUT III.

Leiria é o Pinhal Interior, onde há uma comunidade, uma associação de municípios ou uma comunidade do Pinhal Interior que é Leiria e Leiria norte. As NUT I são os países, enquanto que as NUT II não. É uma nomenclatura europeia. Em Portugal não temos regiões, mas as NUT III têm, em termo de sub-espacos, alguma identidade própria. Cova da Beira, Oeste, o Algarve que é uma única, no Alentejo, norte, centro e sul, acho que no Vale do Tejo deveria ser só uma, mas há duas, uma a norte e outra a sul, e que trabalham em conjunto, portanto as NUT III têm sentido ecológico e se calhar identitário. Eu acho que as NUT III vão prevalecer no futuro como sub-regiões, eu acho que tenderemos para aí.

As regiões de turismo já são feudos que nos estão a causar dificuldades na unificação estratégica e territorial. São idiosincrasias e interesses pessoais, é a manutenção dos pequenos poderes.

Entrevista 5

Diogo Mateus

Ex. Vice-Governador Civil do distrito de Leiria e actual número 2 do elenco camarário de Pombal

28-10-2005

13.30-15.30 horas

Transcrição da entrevista:

Questões:

Que região de Leiria?

Qual o lugar do norte do distrito nessa região?

Que elementos patrimoniais servem para legitimar essa região?

DM: Eu acho que é um processo pacificado (o da aproximação de Pombal a Leiria), a única zona onde pode haver algum equívoco é na saúde.

Vocês que estão na zona Oeste (do concelho de Pombal) o que é que escolhem? Coimbra ou Leiria? Quando têm um problema de saúde onde é que vão, a Coimbra ou a Leiria? (Diogo Mateus interroga os outros presidentes das juntas de freguesia presentes no almoço).

Resposta: Coimbra

Tudo, vão todos a Coimbra

É de tal maneira inequívoca essa opção que a administração já podia ter tomado, de nos fazer depender sob o ponto de vista hospitalar, de um determinado equipamento que a única, é dos poucos, não vou dizer o único porque posso errar, é dos poucos concelhos do país onde, ao contrário do que acontece na maior parte dos casos, as pessoas não têm informação porque ninguém lha dá, de quais são os seus hospitais de referencia, Leiria é um hospital distrital (alguém diz, e o de Pombal?) mas ninguém se aproxima muito dele. Eu também vou a Pombal, a não ser que faça o meu próprio diagnóstico e diga, não vou aqui fazer nada, vou logo direito a Coimbra, não é? E a própria administração hospitalar nunca quis dizer em Pombal, vão para Lisboa, não querem sequer tomar essa decisão. Criavam um conflito enorme sendo certo que se calhar as pessoas do ponto de vista geográfico, as freguesias do sul estariam mais rapidamente em Leiria, mesmo que Albergaria dos Doze possa estar em termos km mais

próximo de Leiria, é mais fácil em termos de comboio chegar a Coimbra. Pode não ser mais rápido se tiver carro, mas estou convicto, a maior parte de casos, casos que temos, a mulher do Marquês foi tratada em Coimbra, tinha um cancro, a maior parte, o teu miúdo tem pediatria onde? Em Coimbra, ainda agora o filho que é de Albergaria dos Doze, teve um problema, não se sabia do que é que era, e esteve em Coimbra. Repare que em termos quilométricos está muito mais perto de Leiria do que de Coimbra. Esta questão da saúde, acho que é a única onde ainda subsiste...ah e o ensino, temos que comparar o comparável, a questão do ensino superior universitário e o ensino superior politécnico, mas se calhar se formos para o ensino politécnico já será opção Leiria, em função dos cursos onde haja opção.

Eu acho que é um processo muito mais consolidado (a pertença a Leiria) seja porque agora vamos aquelas áreas que se calhar levam a que a opinião publica ceda ou seja eu acho que há aqui uma dupla repercussão de causa efeito: 1 é a consciência social que aponta num determinado sentido, outra é, numa zona de equívoco ou de alguma nebulosidade, o político tomar a decisão muito provavelmente com um grande conteúdo do que é o espírito da comunidade, mas nas zonas onde existe alguma indefinição, ele claramente assume o presidente da câmara de Pombal se entender que do ponto de vista da saúde, Pombal deve depender de Leiria ou de Coimbra, ele responde de certeza absoluta que é de Coimbra, mas será a única área.

Alguém diz, e a diocese?

DM: Dioceses temos duas, o concelho de Pombal está dividido em duas Dioceses (alguém diz: outra coisa que já se poderia ter resolvido), o que tem vantagens e desvantagens. O distrito de Leiria tem três dioceses, o distrito de Leiria tem a diocese de Lisboa, Leiria – Fátima, e Coimbra.

RV: Pombal pertence à diocese de Coimbra!

DM: Pombal, paróquia, porque o concelho tem duas dioceses.

Se há umas áreas onde é claramente evidente ...não custa nada... há outras onde se discute, por exemplo a primeira associação de municípios em que Pombal se integra, se pensarmos que é uma entidade administrativa que não é imposta, mas sim opcional, onde há uma adesão consciente e portanto em determinado sentido, sendo certo que tinha como referente uma área única: a serra de Sicó, tem ou não tem, portanto quem tem pode quem não tem não pode mas pode querer ou não querer e sem prejuízo dos benefícios que daí podem advir dessa adesão o que é certo é que eu nunca senti isto pode se dizer agora, onde posteriormente essa opção se tiveram que tomar outras

decisões. Quanto a esta questão das áreas metropolitanas, das Comunidades Intermunicipais e das Comunidades Urbanas, nunca se questionou, mesmo estando nós na ADSICÓ, que a nossa ligação em termos de parceiros no futuro fosse com essas mesmas autarquias ou concelhos. Quando se pôs o problema das comunidades urbanas, toda a gente assumiu que é Leiria, foram todos os partidos, não houve discussão alguma, ou seja, aí, mesmo que existissem anteriormente algumas iniciativas com provas no terreno, a terras ADSICÓ é exemplo disso em que tinha havido ligação a outros como por exemplo Penela, com quem fazemos fronteira, Condeixa, com quem não fazemos fronteira, mas fazemos com Soure aqui ao lado, ou Ansião e Alvaiázere com quem fazemos fronteira. Mas nunca se colocou nenhum tipo de dúvida com quem nós queremos emparceirar para o futuro dentro deste quadro.

De qualquer forma, e isto eu acho que advindo dessa zona de limbo se quisermos, é o curioso desta zona de transição, é que acabamos de ter a consciência de que o caminho a seguir nunca se perdeu. Portanto isto, dentro das características dos pombalenses como o espírito de sacrifício e a capacidade de iniciativa, características mais positivas se quisermos, depois há aqui uma que ainda não percebi se é uma defesa se é uma circunstância, ou se é um fado, mas há uma coisa, sinto que não foi isto, se calhar será polémico. Pese embora tenhamos os equipamentos de ensino, não temos problemas nestes níveis, eu por vezes sinto que o nível de formação que depois se vai traduzir nas profissões e na própria constituição da comunidade e nas suas próprias características, isto vai beber também aos níveis de analfabetismo que registámos e que ainda registamos e que nos destacam sob a negativa se calhar essa pouca educação ...em termos de ensino formal é um problema nosso ...(pausa porque fala com o Presidente da Câmara de outras questões)

Nunca nos passou pela cabeça ficar com Coimbra, pois teríamos sempre uma posição periférica. Em Coimbra seríamos sempre o mais a sul enquanto que em Leiria somos o mais central, por isso nunca se pôs o problema de pertencermos a Coimbra. A própria dimensão (de uma região de Coimbra) não era interessante. Depois, acusando a hierarquia histórica e a importância das cidades, e o caso concreto de Coimbra, que apesar de manter um certo estatuto em virtude da sua importância histórica, o facto de já o estar a perder conduz à existência de muito mais identificação com Leiria.

Em Coimbra há muita gente que não é de Coimbra, em Leiria também já há mas antigamente não era tanto, e já há uma escola com 20 anos âncora importante e um parque industrial que atrai e ancora muita gente de fora o que é característico. Coimbra

nunca foi assim, é um sítio muito mais de passagem e quem está lá é por força das circunstâncias. Por isso há muito menos espírito de identidade, porque as pessoas não são de lá, é como Nova Iorque, a característica principal das pessoas é não serem de lá. Só estão lá, não são de lá, e de facto não podemos encontrar em Manhattan uma família de quinta geração ou temos poucas, é uma estirpe seleccionada. Eu acho que em qualquer das hipóteses há sempre muito mais trânsito de pessoas nas vias rodoviárias do que de comboio e acho que em termos de Leiria, por exemplo, muitas das pessoas da geração do presidente da câmara fizeram os estudos preparatórios em Coimbra. No fundo este processo também está sempre em mutação... eu posso ter uma ideia muito fundamentada naquilo que foi uma praxis da geração anterior e portanto o que eu conheço como sendo a única ...e é mais perto. Leiria é mais perto e em todas as matérias estamos mais próximos, excepto na da saúde...e há muitas freguesias, mais de metade, que tem fronteira com o concelho de Leiria ... ou seja há muitas mais ligações com pessoas do outro lado dos concelhos do sul, para o norte isso já não acontece, excepto com Soure, mas que é um concelho mais pequeno. As ligações com Ansião ou Condeixa também são débeis o que se prende também com os corredores de circulação. Veja-se o IC8, tem apenas 15 ou 20 anos. Dantes demorava se uma hora para fazer os 15 km até Ansião, portanto já não havia e também acho que já não vai haver assim tanta ligação a Coimbra. Se uma destas vias se desenvolvesse primeiro que as outras é uma coisa curiosa, por exemplo se nós olharmos para a lógica de investimentos do IC8, esta estrada que devia ligar a Figueira a Castelo Branco, a parte Oeste é a última.

Entrevistador: E Leiria enquanto distrito? O que caracteriza o distrito?

DM: O distrito de Leiria tem diferenças enormes em termos da forma como as pessoas encaram a vida, basta olhar para o litoral sul, tem uma forma de olhar a vida completamente diferente do que tem Figueiró dos Vinhos, Alvaiázere, Pedrógão Grande ou Castanheira. A paisagem é também mais do que expressiva destas diferenças e o próprio esforço de liderança é muito ...eu acho que as posições que localmente se formam manifestando em todos os executivos das câmaras definem bem... as pessoas que se destacam na sua vida pela sua capacidade de trabalho... mas há concelhos com gente muito bem formada com grande capacidade, com percursos extraordinários. Acho que há imensa gente que depois não põe ao serviço da comunidade essa sua genialidade e capacidade de conhecimento...ninguém é profeta na sua própria terra...muitos são deslocados e as terras que os adoptaram ficam muito mais ricas... nos temos gente de

muito valor, ...no entanto o retorno da experiência da gente de valor deixa muito a desejar...

Reflexão final dos investigadores

28/10/2005

14.30

Algumas ideias

São duas ideias que deixo escritas porque hoje dia 28-10-05 foi um dia muito cheio, viemos almoçar, éramos para almoçar apenas com Diogo Mateus ex. Vice-governador do distrito de Leiria e actual nº 2 do elenco camarário de Pombal, tínhamos reunião marcada para a uma hora e ele estava reunido com os presidentes de junta, tendo nos convidado para almoçar com eles só que entretanto não era só ele, era também o presidente da câmara, era o vereador da educação, doutor Fernando parreira, era a secretária do presidente, era o Diogo Mateus, era o presidente da junta da guia, era o presidente da junta da ilha e outro. Eu fiquei sentado ao lado do presidente da junta da Ilha, construtor em Coimbra que vendeu o discurso que a ligação a Coimbra por parte de Pombal passa muito pela existência do hospital em Coimbra com a fama que tem de ter os melhores médicos do país, isto é uma ideia interessante que é o mapa identitário constrói-se também com o mapa da saúde que é uma necessidade vital para as pessoas. As pessoas desta região quando precisam de ir ao médico ou alguma coisa grave existe, algumas vão ao hospital de Pombal, e depois daí deve haver ordens formais para se ir para o hospital de Coimbra, portanto há esta ligação histórica e a tradição não se constrói apenas num dia ou num ano, além disso há outras pessoas do norte do concelho que vão logo para Coimbra. Este argumento não é novo mas é aquilo que o presidente da junta da Ilha opina. Ele frisou que em relação às suas ligações a Coimbra há aqui uma grande história, e aquela torrezita que está lá em cima manda muito. Foi ter numa segunda instância à universidade, já não é só o hospital. A ideia da universidade de Coimbra é muito marcante para os jovens desta zona que querem ir para a universidade e vão para Coimbra, e portanto este apego ou ligação a Coimbra é também forte. Por outro lado, há também uma maior proximidade geográfica a Coimbra e em tempos iam muito lá às compras só que agora as vias de comunicação alteraram o nosso país e as infra-estruturas viárias também alteraram o enquadramento de Pombal e de Leiria no contexto do país. Mas a ideia do hospital e a da universidade são importantes. O Diogo refere também estas ideias. A aproximação de Pombal a Leiria nos últimos tempos tem

mais a ver com a auto-estrada e com as vias de comunicação aproximaram pombal a Leiria ao mesmo tempo que afastam de Coimbra. A grande ligação a Coimbra fazia-se através da saúde e da educação por via da universidade, mas ele referiu que eram as únicas vias de ligação a Coimbra, mas todas as outras estão em Leiria, comércio, circulação, serviços, vias de comunicação que se desenvolveram nos últimos anos e que permitiram a aproximação a Leiria. O desenvolvimento do hospital de Leiria nos últimos 15 a 20 anos bem como do Instituto Politécnico forma os dois grandes motores de aproximação a Leiria. Por outro lado, relativamente ao distrito, o Diogo dá a entender a existência talvez de duas regiões, uma a norte e outra a sul, o que é visível nas paisagens, no modo como as pessoas “encaram” a vida. Os concelhos do norte, mais do centro estão ligados a Leiria, ao contrário dos do sul, que parece distanciarem-se. Deve-se explorar a ideia do que é encara a vida, o que é encarar a vida.

O próprio presidente da câmara de Pombal virou o discurso para a construção da região, defendendo cá um pólo do instituto politécnico de Leiria, o que poderá centrar e captar mais gente em torno da região de Leiria.

Entrevista 6
Graça Leiras
Técnica Superior da Região de Turismo Leiria / Fátima
07-02-2006
10.00 – 11.00 Horas

Na terça-feira, dia 07 de Fevereiro de 2006, pelas 10 horas, dirigi-me à Região de Turismo Leiria/Fátima, onde havia marcado um encontro com a Dra. Graça Leiras, técnica superior da Região de Turismo Leiria/Fátima. A entrevista consistiu numa série de questões abertas sobre a região de Leiria, suas territorialidades e patrimónios tendo-se prolongado por cerca de uma hora.

Transcrição da entrevista:

Graça Leiras:

Em termos de estratégias turísticas quer a nível nacional, internacional ou da nossa região o património cultural, isto é, o turismo no âmbito do património cultural é um dos principais produtos da região: A região tem dois monumentos classificados pela UNESCO como património mundial. Para além disso temos 5 castelos e temos depois uma infinidade de património edificado de carácter mais religioso que são as igrejas, os santuários e isso tudo. Ora bem, este património, no fundo, constitui um produto turístico que é um dos principais desta região: o seu património cultural. Em complementaridade temos depois toda uma panóplia de produtos que complementam esta âncora que é o património em si, como a gastronomia, o artesanato, o folclore, portanto as festividades, as tradições culturais desta região, tudo isso serão, digamos que, atributos complementares ao património em si. Em termos turísticos é de todo o interesse para a região fundamentar a sua estratégia promocional, quer em termos internos, quer em termos externos, portanto, em toda a riqueza que temos a nível patrimonial. No fundo são motivações suficientemente fortes para trazer pessoas à região e para complementar outras motivações como por exemplo as motivações de índole religiosa no âmbito do turismo religioso que hoje em dia, regra geral, elas já são complementadas em termos culturais, isto é as pessoas não se deslocam à região já só pela motivação religiosa, neste caso a Fátima mas depois complementam essa visita com património.

Entrevistador: As pessoas de fora ou de cá de dentro associam a ideia do património à região, identificam-se com ele, identificam-no como delas?

GL: Eu penso que sim penso que cada vez mais e nomeadamente o Mosteiro de Alcobaça ou da Batalha, que são dois pontos fulcrais bastante importantes, *per si* também já funcionam como elementos identificativos na região e vice-versa.

Entrevistador: E o sul do distrito, como se posiciona relativamente à região de Leiria?

GL: No sul temos uma outra região de turismo, do Oeste sim, mais a sul sim. Alcobaça e Nazaré pertencem a esta região, a partir daí é que os concelhos integram a chamada Região de Turismo do Oeste e eu penso que aí não haverá tanta ligação nem tanta tradição em vir para o interior. A aproximação é mais em relação a Lisboa, a nível de Caldas da Rainha até Torres Vedras, para baixo. Eu penso que há mais afinidade, mais tendência para virar para Lisboa do que virar para este lado.

Entrevistador: Ao promoverem o património cultural, sente que as pessoas desta zona da Região de Turismo se sentem ouvidas, participam, sentem-se dentro deste discurso? Essas pessoas são representadas e têm representatividade, quer através dos órgãos locais, e podem fazer-se ouvir, nomeadamente, no âmbito das Juntas de Freguesia e através de outras entidades, e temos a comunicação social que pode fazer chegar o sentido das populações locais de várias formas e em determinados assuntos. Hoje em dia temos consolidada uma democracia e não me parece que haja uma situação de as pessoas não poderem, portanto, demonstrar ou apresentar os seus pontos de vista relativamente a assuntos do interesse local, das suas localidades das suas realidades regionais.

Eu penso que podemos falar do ponto de vista cultural de uma região de Leiria. Penso que há suficientemente a demonstração de que existem traços culturais tradicionais que são comuns a estas populações que nós podemos denominar de Leiria. Se calhar, se for feito um estudo aprofundado das etnografias, das tradições, do folclore, das gastronomias, de determinada utilização de um infíndável número de coisas, há situações muito idênticas, muito parecidas ao nível do concelho de Leiria do concelho da Batalha, do concelho de Ourém, de Porto de Mós, e depois toda a nossa orla costeira também mantém entre si, embora haja algumas diferenças na proa dos barcos, mais a norte é mais afilada e a sul menos, mas há muitas características comuns que eu penso que pode fazer desta região um todo cultural. Por exemplo foi recentemente criada a confraria da morcela de arroz. A morcela de arroz é um momento gastronómico muito comum aos povos de toda esta região. Ela pode ter uma *nuancezinha* um pouco diferente, mas no fundo digamos que é comum a uma série de concelhos. Se fizer uma

análise dos trajes dos ranchos desta região vai encontrar muitos elementos comuns, muito parecidos, muito idênticos.

Entrevistador: Do seu ponto de vista há uma associação dos monumentos à região ou são sobretudo de âmbito local, como por exemplo o Castelo de Leiria, o Mosteiro da Batalha, ou de Alcobaça?

GL: Eu penso que há uma análise desses monumentos em termos de região, há uma visão que não é só local mas um identificativo da região em si. Se for feito um inquérito às populações, penso que irão assumir esses monumentos da seguinte forma: “isso é da minha região”. Um habitante de Leiria, quando confrontado com imagens dos mosteiros de Alcobaça ou da Batalha é capaz de afirmar: Isso é da minha região! É um elemento identificativo. Existe, portanto, uma tendência para se identificar como daquela região. Eu tenho observado que em contextos exteriores as pessoas são ainda mais capazes de ter uma atitude desse género.

Entrevistador: Em vários casos por mim observados, relativamente à política cultural de outras regiões, tem-se observado que a organização de mega-eventos, aos quais se tem dado privilégio, é sobretudo para uma pequena parte da população. Normalmente as elites. E relativamente ao caso de Leiria o que pensa disso?

GL: Nós não temos mega eventos, mas o facto de isso acontecer se calhar tem mais a ver com problemas de educação. A questão de só frequentarem esses eventos um reduzido número de pessoas, isso é capaz de ter mais a ver com problemas anteriores de educação de base. Se calhar se fizer um evento desse género em países como a Holanda ou a Áustria tem a população quase toda lá. Mas eu penso que isso tem mais a ver com estruturas ligadas à educação, portanto implementadas ao longo de décadas. Nós não temos uma cultura popular desse tipo de espectáculos. A população é capaz de ainda não desenvolver uma afinidade assim tão grande relativamente a esse tipo de espectáculos. Isso tem mais a ver com a educação.

As estratégias de valorização e de animação do património são um dos pontos fracos. A falta de dar vida aos monumentos embora me pareça que as autarquias e os próprios mosteiros têm tido algumas iniciativas é uma das nossas limitações. Nós somos um país pobre, sem capacidade financeira suficiente para implementar determinadas acções nesses monumentos. Por outro lado temos também uma coisa que se chama IPPAR, que tem tido uma postura muito fundamentalista daquilo que é possível fazer nos monumentos, praticamente não tem sido possível fazer nada nos monumentos, tudo isso tem levado a que ao longo destes anos tenha sido muito difícil implementar

actividades de animação e complementares no âmbito desses monumentos. Se nós formos para o estrangeiro, nomeadamente se formos para Inglaterra ou até mesmo os nossos vizinhos espanhóis, há décadas que animam os seus monumentos com outras infra-estruturas, portanto criam salas de museus, vendem materiais, vendem merchandiser, etc., o que para nós tem sido praticamente impossível implementar. Eu penso que presentemente, as coisas estão a mudar nesse sentido, que as pessoas estão a perceber que se calhar tem que haver uma maior rentabilização desses espaços. Nomeadamente ao nível do Mosteiro da Batalha e do Mosteiro de Alcobaça, sei que os directores estão muito empenhados em desenvolver algumas actividades para complementar a visita, não ser só a visita ao monumento, mas desenvolverem-se outras potencialidades. Por outro lado, e eu penso que há todo o interesse, não tanto nos castelos, que são mais limitados, mas mais nos mosteiros, há edifícios anexos enormes que estão fechados, a deteriorar-se, sem utilidade, onde havia espaço para outro tipo de actividades diferentes, galerias, se calhar pequenas salas para colóquios porque não até um restaurante com determinadas características. O restaurante “Cozinha Velha” no palácio de Queluz funcionava com um enorme êxito.

Eu acho que se deve recuperar o património, mas também para rentabilizar. É uma forma, num país que não é rico, de conseguir verbas suficientes para ter sempre a manutenção do edifício para além da conservação, eu acho que poderíamos passar por aí.

Entrevistador: E a envolvimento da comunidade no património não seria uma boa forma de o dinamizar. Sente que as pessoas aderem e sentem o “seu” património?

GL: Não sinto essa adesão. Isso faz-se muito em França, nos castelos, com espectáculos medievais e esse tipo de situações, eu penso que em relação ao nosso caso, é uma questão de educação. Não vejo em Portugal, há excepção de alguns honrosos casos de experiências que têm sido feitas em escolas de ensino secundário com recriações históricas, nomeadamente em algumas associações – tem-se feito na Batalha, junto ao mosteiro, uma recriação do mercado do século XVIII /XIX. Contou com a participação de várias associações e até escolas. Mas eu penso que em Portugal não tenho visto muito a tendência das populações locais se envolverem e tentarem criar, quando se tenta fazer alguma coisa tem que se recorrer normalmente a grupos de teatro, mas que funcionam só a troco de pagamentos. Fora disso, por iniciativa própria ou de associações, não tenho tido conhecimento de que isso seja possível a não ser algumas excepções em termos de projectos escolares e isso, alguns até com bastante qualidade.

Mas isso lá está, tem a ver com professor que está com determinado projecto, mas no ano seguinte muda e o projecto já não se mantém, e portanto é perdido o impacto. Se isso fosse criado sistematicamente, anualmente, ou em determinado período podia-se constituir como um evento que trouxesse ao monumento visitantes, turistas. A Região de Turismo aqui há uns anos fez um projecto desse tipo. Criou os trajes medievais nos castelos, só que foi um projecto muito dispendioso e o orçamento da região não tem possibilidades de arcar com esse tipo de projectos. Não temos possibilidade de dar continuidade ao projecto, precisamente pelos seus custos, e depois também porque foi determinado grupo de teatro que assumiu esses espectáculos que depois não tiveram continuidade e portanto, isto envolve toda uma situação impossível de controlar quer em termos técnicos, quer financeiros. Era necessário que estas iniciativas tivessem continuidade no espaço e no tempo e a partir daí as pessoas já começavam a saber que naquele mês ou dia havia espectáculos.

Entrevista 7
Joaquim Ruivo
Presidente do Centro de Estudos de Património da Estremadura (CEPAE)
20-02-2006
16.00 – 17.00 Horas

Segunda-feira, dia 20 de Fevereiro de 2006, pelas 18 horas dirigi-me à sede do CEPAE, Centro de Estudos do Património da Estremadura, onde tinha um encontro marcado com o seu presidente, Prof. Joaquim Ruivo. A conversa que tivemos consistiu numa série de questões abertas sobre o espaço cultural de Leiria e o papel do património, nomeadamente do CEPAE, na construção desse espaço cultural de Leiria.

Transcrição da entrevista:

Entrevistador: Que região de Leiria? Há património regional?

JR: O meu desejo era que existisse uma região de Leiria efectivamente, porque nós sentimo-nos bem quando sentimos que há uma identidade que está por detrás de nós, algum contexto específico que nos dá alguma identidade. Agora, na realidade se ela existe, eu penso que pontualmente aqui e ali poderá existir, mas sobretudo nesta região do país, como estávamos a falar há bocado, essa identidade confunde-se muito, há uma osmose, e é difícil dizer, na minha opinião, que aqui há uma identidade específica da Estremadura, já que falamos do CEPAE, mas eu suponho que é uma base de trabalho prioritária em termos de quem lida com o património. É tentar encontrar essas especificidades, é uma base essencial, logo o primeiro caminho, porque no fundo é isso que nos pode dar alguma identidade como região, independentemente de regionalismos ou não, mas isso deve ser, é um ponto de partida base, é encontrar essa identidade (objectivada no património), a haver deve ser explorada muito positivamente.

O meu ponto de partida é que há aqui património, inclusivamente há património mundial, mas no fundo será que esse património é nacional, mundial, ou as pessoas da região também se identificam, enquanto região, com o seu património?

Identificam, mas na minha opinião de uma maneira superficial, identificam porque normalmente identifica-se o património com o monumento, e isso é, digamos, hoje em dia, uma visão redutora do património. Agora se me perguntar se os habitantes desta região vivem o seu património, se sentem, fazem dele, o conhecem e lutam pela sua preservação, parece-me que não, aí há um trajecto muito longo a fazer hoje em dia. É prioritário, quando se faz, por exemplo, qualquer tipo de acção no âmbito patrimonial, ganhar em primeiro lugar os habitantes, os cidadãos da região, para que amem o seu património, para que, no fundo, forcem os organismos que têm responsabilidade a tomar

medidas concretas de preservação desse património, isso aí, dá-me impressão que há um caminho grande a fazer. Agora há uma identificação básica, Batalha, mosteiro da Batalha, mas isso é mais simples, é mais superficial, não é aquela que a gente sinta que se viva o património, que faz parte da nossa identidade ancestral e que está por detrás de nós.

A construção da região foi sempre uma construção elitista, quer se queira quer não, e por isso também se nota o quê, que nestas regiões há muita associação que tenta, sobretudo até na Batalha, ligada aos ranchos folclóricos, ligada a uma certa preservação etnográfica do fundo mais popular, porque sempre houve, de certo modo, um certo elitismo cultural.

O processo de construção das identidades comunitárias parte sempre de cima, partindo de cima para baixo, chega a baixo em termos de imagem mas não chega em termos de vivência, porque a vivência do património é algo que vem de baixo, e há também um trajecto educativo a fazer, nas escolas, junto das populações, portanto não se pode fazer nenhuma acção sobre o património nem nenhuma acção de âmbito cultural mais geral, sem começar com as populações que vivem e se situam naquele determinado lugar. Aliás, todas as recomendações do Conselho Europeu, até algumas, no fundo orientações básicas de educação patrimonial, apontam nesse sentido. Dizem: primeiro identifiquem a especificidade do vosso património, é essa a vossa riqueza, aquilo que vos distingue digamos, culturalmente, de outra região, e depois de identificadas, façam acções de modo a que vocês sintam o património como vosso, e só depois é que podem transmitir essa afectividade aos outros que o visitam, aos visitantes, e daí torná-lo motor de desenvolvimento de uma região. Agora se tem um monumento, vão visitá-lo milhares de pessoas mas, na realidade, a população está afastada dele, isso não permite um desenvolvimento da região eficaz, de maneira nenhuma.

O que é preciso fazer para salvaguardar a herança cultural, o modo como se deve agir, e como sabe, cidadãos conscientes do seu património, e quem fala nisso fala nos valores dos direitos humanos, tanta questão que está em jogo, e só no fim dos cidadãos estarem conscientes disso é que podem também intervir como cidadãos com consciência, queremos isto para a nossa região.

Nenhum desenvolvimento local passa sem a população viver a sua cultura e o seu património. Hoje o museu quer-se vivo, numa dinâmica de interacção com escolas, senão temos um património escondido, um património de meia dúzia de pessoas, mas isso, felizmente tem tendência para acabar, mas ainda existe bastante essa noção, do

museu, uma coisa que está para ali, sagrada, absoluta, onde não se pode fazer barulho, não se pode fazer nada. É o silêncio absoluto, um respeito venerando pelas pedras, quando na realidade não se vive assim, nem os miúdos podem viver assim, nesse tipo de registo, é como no fundo, isto tem também muito a ver com um concerto de música clássica, se levam um menino que nunca viu música clássica a um concerto onde exigem uma postura de absoluto silêncio e respeito quase fúnebre, esse menino acabará um dia por nunca gostar, mas a criança tem que se sentir à vontade.

Ainda há pouco tempo vi na TV2 aqueles concertos Promenade em Londres com milhares e milhares de jovens e famílias com os miudinhos pequenitos a ouvir música clássica mas numa interacção fantástica de alegria e isso é necessário a todos os níveis, senão temos sempre a cultura para meia dúzia de pessoas, é verdade, elitista, profundamente elitista.

Por outro lado, como sabe, há uma extensão conceptual do conceito de património, digamos, sobretudo foi a partir dos anos 60, como sabe, com uma nova abordagem ao património, o que é o património? É o meio ambiente, é a natureza, é tudo aquilo que se chama de cultura imaterial, as lendas, as tradições, a gastronomia, tudo isso, o cinema, o artesanato e portanto há aqui uma recuperação de uma série de conceitos de património que traz atrás princípios formidáveis e que talvez até estruture mais aquela ideia de identidade fora dos conceitos elitistas. Dantes víamos o património como o grande monumento, uma estátua, mas agora não, atrás vem toda uma extensão de património cultural riquíssima que nos obrigou a ir ao mundo rural, a ir mais fundo nesse património imaterial, que não é palpável e isso é um desafio aliciante, que ainda hoje está por fazer, apesar de tudo.

Entrevistador: As classificações do que é património efectuadas pela UNESCO mudaram nos últimos 30 anos.

JR: E por arrasto toda a questão do conceito de património vem por aí e depois acaba por ser interiorizado por uma série de resoluções nomeadamente do Conselho Europeu, mas isto liga-me sempre à questão base. Como sou professor tenho sempre que ligar que é a questão da educação patrimonial, e aí o CEPAE tem um papel fundamental, se é certo que alguns dos objectivos para que foi criado à alguns anos atrás, talvez já não sejam tão consistentes, até porque repare, há dez ou onze anos atrás, quando o CEPAE foi criado, para além de ter sido criado nesse contexto de uma euforia regionalista, de certo modo um pouco à força tinha que se encontrar aqui uma região com uma identidade própria, as câmaras, os serviços educativos e culturais estavam

muito pouco estruturados, e o CEPAE até nesse âmbito, ao promover essas actividades, tinha uma certa importância, hoje nem tanto. Actualmente, as câmaras têm serviços educativos e culturais com uma certa implementação, fazem actividades interessantes, e o que é que pode o CEPAE fazer no meio disto tudo, primeiro está por fazer uma coisa fundamental que é a inventariação do património. O CEPAE pode fazer a inventariação do património, mas é uma tarefa ciclópica, tendo em conta que são vários concelhos e que seriam necessárias se calhar três ou quatro pessoas a fazer isso, essa ideia está estagnada, parou, nós temos uma base de dados muito incompleta porque acabaram-se os fundos europeus e quem estava aqui a tempo inteiro já não pode estar.

Há todo um trabalho que foi iniciado e que está aqui, registos patrimoniais que várias equipas faziam por aí, que está por fazer e se calhar nunca vai ser feito, por outro lado, é sempre pertinente questionar e fazer jornadas sobre o desenvolvimento regional, local, como é que o património, que papel tem no contexto desse desenvolvimento, isso é sempre importante e continuar-se à a fazer isso, mas a educação patrimonial é um vector prioritário. É que quando falamos em educação não falamos só em escolas, quando falamos em educação falamos também para os adultos, e para outros habitantes e aí eu penso que cada concelho devia estruturar com alguma consistência algo relacionado com isso, formação de professores e depois clubes da património nas escolas, circuitos patrimoniais, visitas de estudo que não estão feitas, guiões para professores e alunos, tudo isso está por fazer, e é um grande campo de manobra, rotas, que vão ao encontro das populações para que as pessoas conheçam e possam intervir como cidadãos conscientes. Vou-lhe dar um exemplo, sou professor ali na secundária da Batalha e quando, nós no início do ano começámos para os vários anos de ensino, ou no final do ano, começamos a preparar o próximo ano, o plano de actividades, inevitavelmente temos que planear visitas de estudo e nunca pensámos em visitas de estudo a Ourém, a Porto de Mós ou a Pombal, ou a Leiria, nunca pensámos, porque não está nada feito. O que é que nós vamos, a verdade é esta, os professores às vezes querem a papinha feita, e tem que ser mesmo assim, nós já temos tanto problema, e onde é que nós vamos, vamos àqueles locais onde recebemos uma brochura com um circuito já pré - estabelecido, e chegamos lá às dez e temos um guia, e vemos aquilo e aqueloutro, e se calhar coisas com menos interesse do que aquelas que tínhamos aqui.

Então repare, não há nada feito, não há um circuito de castelos para os miúdos visitarem. Por exemplo, eu vou agora programar uma visita ao mosteiro da Batalha, que não conhecem e são da Batalha, isso aí tem muito a ver com aquela questão que

falávamos há bocado, e portanto, até a esse nível da coisa mais simples que é fazer circuitos com guias, não há nada feito e eu penso que o CEPAE pode ter uma função importante aí, um objectivo importante, a concretizar, portanto, criar material de apoio, didáctico e pedagógico, e outra área em que o CEPAE pode ter pertinência é reunir a informação que está toda dispersa, das diferentes autarquias e associações, tudo o que seja sobre actividades ligadas ao património deviam estar reunidas e eu penso que o CEPAE podia ter essa função, reunir essa informação dispersa e depois comunicá-la como um todo coerente, mas claro que para isso é preciso meios, é preciso pessoas, vamos ver se conseguimos isso, num sítio da Internet. Temos um mas não funciona bem.

O sítio do CEPAE não está desactivado mas está super desactualizado, e uma das coisas fundamentais do sítio era ter a base de dados a funcionar, agora a nossa questão que se põe é, vamos pôr uma base de dados incompleta? Vale a pena pôr o que temos ou não pôr nada, não sei, ainda temos que ver isso.

Entrevistador: Qual é a área abrangida pelo CEPAE? O distrito?

JR: Sabe que o CEPAE só depois de ter sido fundado é que mudou o nome para Estremadura, precisamente para poder englobar essas outras regiões. Dá-me a sensação que o distrito é heterogéneo, por vários condicionalismos e porque ao longo dos anos dá-me a sensação que quiseram que ele o fosse, políticas, e obviamente o pólo de atracção de Caldas é mais Lisboa do que propriamente Leiria, logo aí há uma situação que não permite falar num distrito homogéneo, assim como talvez Pedrógão Grande e Alvaiázere, que acabam por estar distantes do centro, e isso depois reflecte-se em determinados contextos. Por exemplo, neste momento não temos nenhum desses concelhos associados ao CEPAE, por algum motivo é. Acabaram por sair, por que no fundo eles também têm que sentir que algo lhes é dado, e o CEPAE, neste momento não tem meios para conseguir, efectivamente corresponder aos interesses de todos esses concelhos, é claro, acaba por centralizar a maior parte da sua acção nestes concelhos aqui, junto de Leiria, assim como Nazaré saiu, Alcobaça saiu, Caldas mantém-se, talvez por uma razão de afectividade e que nós queremos manter essa ligação, mas na prática não é fácil. O distrito é heterogéneo, sem dúvida, agora saber se essa heterogeneidade é mais política do que cultural, ainda me resta saber, se há afinidades culturais específicas. No seu trabalho pode ser que chegue a alguma conclusão, é interessante.

Assim como Fátima é muito mais próximo de Leiria do que de Santarém, é óbvio, e Fátima também faz parte do CEPAE porque realmente aí, por exemplo, vejo

muito mais identidade cultural e afinidade cultural com Leiria do que propriamente com Santarém, e tudo indica que sim, mesmo em termos de trabalhos etnográficos revelam que há mais ligação aqui, do que propriamente a Santarém, até porque depois a serra cria aqui uma divisão geográfica bem perceptível. De qualquer modo quando hoje se fala de mundialização e de globalização, nós podemos ter duas atitudes: reforçar as especificidades regionais num contexto de mundialização e de globalização, onde não há fronteiras, e portanto só por uma questão afectiva e de memória colectiva que se vai alimentando, é que nós podemos falar dessa identidade, mas a meu ver não é por ser professor de história e achar que essa identidade deve ser reforçada, acho que é fundamental reforçá-la e todos os projectos e organismos que se criam em termos europeus, têm sempre como referência essa região, vejam o que é a vossa identidade, é essa a vossa riqueza, e depois claro, aproveitem como motor de desenvolvimento económico, os espanhóis já fazem isso muito bem, os franceses também, os ingleses excelentemente, nós, uma resolução que saiu em 1998, relativa à educação patrimonial, não vejo em absoluto onde quer que se tenha feito em Portugal alguma coisa a esse nível.

Cá há uma insensibilidade absoluta, não há, eles prevêm a criação de monitores em cada região, e património, que por sua vez se articulariam com guias, que movimentariam todos os projectos junto da escola e da comunidade, projectos ligados ao património, não vejo nada em Portugal, 0.

A ideia que eu tenho é que as regiões que conseguem demarcar bem a sua identidade histórica e cultural são as que acabarão por ter uma presença mais forte em termos de desenvolvimento. Temos aí uma correlação, até porque depois, quer ela seja um pouco artificial, essa identidade, construída, acaba por resultar na prática, porque nós sentimos pertença de algo e temos de construir algo no contexto daquela identidade.

Entrevistador: É também uma questão de auto-estima...

JR: Sem dúvida nenhuma, dá-me a sensação que nenhum governo central consegue, e isso é uma das nossas grandes fraquezas, por isso é que quando me falam, “isto não podemos estar aqui com regionalismos”, identidade, isso é um bocado falso, eu fico com muito receio porque isso é uma perda de força tremenda, porque nenhum governo central consegue impor uma política cultural identificadora da região, nenhum governo consegue fazer isso, e quando falamos do perigo de Espanha, o perigo é de perda de identidade cultural em relação à pujança que eles têm, isso é verdade, eu por

exemplo não vejo perigo nenhum económico de Espanha, se eles compram empresas, investem, isto é um campo aberto, em termos económicos, qual é o problema!

Se conseguirmos manter a nossa identidade cultural de base de modo a que não haja confusão, senão Portugal é uma província de Espanha e isso pode acontecer, porque eles têm uma pujança, uma coisa incrível a esse nível, e portanto, não há nenhum governo central forte que consiga, nem tem meios para isso, definir e marcar e estruturar uma identidade cultural própria, porque é sempre desfasado das populações que vivem essa cultura.

Contrariamente um pouco a quem defende que isto é um mundo aberto, em globalização, em que as coisas perderam o sentido, eu acho que há muito sentido na identificação regional. É aí que nos pode vir a força, tentar perceber as identidades próprias das diferentes regiões, não concordo muito com a regionalização (política), isto é um aspecto pessoal, estarmos aqui a criar governos regionais, mas concordo com essa identificação cultural regional, e muito por que cada região deve criar o seu sistema de avaliação e desenvolvimentos, isso aí é fundamental, agora a nível do governo central não estou a ver grande vontade, aliás porque para isso os *media* deviam deviam estar do lado desse caminho de valor, e como sabe, veja a diferença entre a televisão galega e a televisão portuguesa, é abismal.

A televisão portuguesa é uma televisão de Lisboa, uma coisa abismal, eu vejo aqueles programas na TV galega com artistas galegos, vejo em horas nobres eles a irem às aldeias mais recônditas da Galiza fazer programas com os gaiteiros, fazerem programas sobre a questão do desenvolvimento económico daquelas aldeias, tudo está ali esquadrinhado, programas sobre a natureza, o meio ambiente, é formidável, a esse nível acho-os fantásticos, é uma televisão que cumpre um serviço público, em meu entender.

Eles num encontro de gaiteiros fazem um programa de um dia em horário nobre, têm lá a televisão, as pessoas a assistirem, cá isso passaria totalmente à margem. Portanto, se não forem as regiões a defenderem, a criarem essa identidade, não vejo grande perspectiva, por isso acho que o CEPAE cada vez tem mais pertinência nesse contexto. Não se sobrepor àquilo que as autarquias estão a fazer, como é óbvio, mas reunir informação, por exemplo, agora nós temos um chamado conselho consultivo, um conjunto de pessoas que se reúnem de vez em quando para falar sobre a questão do património, e eu encontrei um guia metodológico muito bom desta aliança das vilas europeias da cultura em que eles de certo modo dão chaves e indicadores de como

avaliar em determinada região, em determinada autarquia ou concelho, como se fazer um programa de avaliação e criar objectivos em termos de desenvolvimento cultural, e estamos a traduzir isto, precisamente para entregar aos autarcas e às pessoas ligadas, para eles terem um instrumento com algum rigor para que possam avaliar políticas de desenvolvimento e traçar objectivos e isso também é um papel do CEPAE, vejam este documento está aqui, traduzimos para vocês e a partir dele analisem e façam a vossa avaliação do desenvolvimento local, portanto, outro papel do CEPAE é esse, informação que chega e enviar para as diferentes autarquias.

Entrevistador: o CEPAE é uma instituição que pode desempenhar um papel motor num mundo e numa Europa globalizados, que encorajam a heterogeneidade cultural regional. Pela comparação é que me pergunto quem sou? E invisto em mim, onde fico, onde fica o meu grupo?

Esperamos que quando chegarmos aí não seja já demasiado tarde, não é, e pode-se retomar algum trajecto de auto-afirmação, e esperamos que não seja tarde. Mas isto tudo é muito bonito, desde que o CEPAE tenha condições para fazer o seu trabalho, vou-lhe dar um exemplo concreto, todos os meus colegas de direcção são professores, ou pessoas que estão aqui, depois do seu emprego, mais por carolice, é impossível fazer nestas circunstâncias um trabalho de fundo, depois não há aqui técnicos que estejam a tempo inteiro, já houve, durante alguns anos, mas deixou de haver. Está aqui a Ana, três horas por dia, a fazer trabalho administrativo, quando nós precisávamos aqui de técnicos, dois ou três a tempo inteiro que, no fundo, com base em propostas da direcção, ou vindo das autarquias, estabelecessem um plano de acção e que depois eles implementassem, tanto no âmbito da inventariação do património, como de acções do património. Nesse aspecto, vamos ver o papel do CEPAE. Pode ser um desafio aliciante no futuro, por que tem muita razão de ser, como pode ser também um projecto falhado.

É sempre uma prioridade tentar apanhar projectos europeus e haver candidaturas a eles, o que me parece é que se ninguém pegou nisso, por algum motivo é, se é sempre uma prioridade e ninguém pega, que é que se passa, como sabe também as candidaturas a esse tipo de projectos, como é que eu hei-de explicar, não são fáceis de abordar, a não ser que o sejam por especialistas, nós sabemos que há empresas que possuem *know how* suficiente para se candidatarem aqui e ali e nós só por nós nunca o conseguiríamos fazer, uma vez que os recursos são tão poucos e essas candidaturas sempre tão escondidas. Teremos que pensar sempre em fazer qualquer tipo de parceria com uma empresa que esteja vocacionada para esse tipo de serviço e isso vamos ver, agora uma

coisa em que vamos apostar a sério é num fundo documental coerente, não apenas livros, mas vamos tentar todo aquele património, pequenos estudos, monografias que estão por aí perdidas, nós vamos tentar conseguir que isso venha tudo para o Centro Documental, filmes, fotografias, passar de VHS para CDS, pôr isso à disposição das pessoas e especialistas que o queiram, talvez seja uma dos grandes apostas do CEPAE no futuro. A criação de um Centro Documental importante, forte, onde qualquer pessoa possa vir e conhecer todo o património desta região, e portanto penso que isso também é um papel muito importante do CEPAE.

No fundo, a verdade é esta, as autarquias são sensíveis ao património, mas teria que haver um investimento muito grande, de todas elas, um investimento muito grande no CEPAE, e isso para já não está conseguido, elas estão associadas, pagam uma cota, que apesar de tudo é ridícula, são cento e tal contos por ano, a autarquia da Batalha tem uma despesa por que suporta aqui a sede e acaba por ter mais interesse em que isto se mantenha cá, há duas ou três autarquias mais sensíveis, mas também a verdade é esta, se não houver uma equipa aqui no CEPAE, que faça actividades e que dê visibilidade às autarquias e que tenha alguma pertinência para elas. Só assim é que elas poderão justificar apoiar com mais intensidade, senão também não vale a pena. Se eu fosse presidente da câmara ia perguntar, o que é que eles andam para aí a fazer? Umas acções, umas jornadas, isso não me serve de nada. Vamos ver se conseguimos criar aqui um novo *elan*, mas não é nada fácil, mas é pena pois há cá condições para criar um centro de património formidável. É impossível, é preciso técnicos, mesmo eu e o meu colega, somos professores e devíamos conseguir o destacamento para estar aqui a tempo inteiro, a verdade é essa, depois das quatro, não é numa hora ou duas que se pode dinamizar o que quer que seja, vamos tentar, pode ser que esta questão do património seja sensível, tanto aos organismos oficiais, ao Ministério da Educação, que possa haver aqui, eu vou fazer um projecto que passa pela possibilidade do nosso destacamento aqui a tempo inteiro e aqui as câmaras não tinham despesa nenhuma, era a minha escola que me ficava a pagar, o Ministério da Educação. Isso era excelente, pelo menos no período de dois anos talvez se pudesse fazer alguma coisa, até que se possa desenvolver e implementar projectos, até que numa fase posterior eles andem por eles.

Estava aqui a tentar encontrar-lhe um caso, já agora que falamos, ontem estava a traduzir isto e vi aqui um caso exemplar, de uma cidade espanhola que tinha tido, com aquele *boom* do turismo, um desenvolvimento pavoroso, uma desorganização absoluta, estava a perder, realmente todos aqueles traços patrimoniais que a podiam distinguir, e

claro que aqueles sentiram a partir do *boom* turístico dos anos 70 que aquilo começou em queda por que a qualidade de vida daquela cidade se tinha degradado e por aí adiante, então, a câmara, o *ayuntamiento* e associações empresariais, particulares e especialistas juntaram-se, e isso é impressionante. Não consigo ver isso em Portugal, independentemente das diferenças políticas, eles juntam-se e criam um projecto de reestruturação de um território e de valorização extraordinário, no fim de 10 anos tinham de novo uma cidade a abarrotar de turistas, mas com uma organização exemplar, com qualidade de vida, com defesa do património, do ambiente, com um parque natural formidável, com uma estética urbana tendo em conta os novos desafios e quando vejo esses exemplos penso que há alguma esperança em determinado sentido.

Pelo menos este é um caso, é Calviá, decidiram tomar a sério a sua, uma concepção integrada de desenvolvimento local, agora têm uma cidade, não conheço mas parece-me que têm uma cidade muito bonita numa região fantástica.

Por outro lado, o património não pode ser visto só como recurso económico, o património tem a ver com o desenvolvimento das populações locais, portanto elas têm que habitar ali, é um pouco como o mosteiro (da Batalha), o IPPAR controla o mosteiro, que é uma fonte de milhares de contos por ano, agora o que é que o mosteiro tem de integração na comunidade? Muito pouco. Não há qualquer actividade cultural associada ao mosteiro, quase nenhuma, passam-se anos sem se fazer nada, e o que se faz é preciso requerimentos, autorizações, tem que mudar alguma coisa a esse nível e isso tem a ver com o centralismo. É preciso que algum património volte para as populações, sem medo de que isso aconteça, desde que haja uma política coerente em Portugal, não vejo receio disso, assim como muitas peças artísticas como retábulos, imagens de igrejas, houve a tendência para, é certo que algumas estavam a perder por incúria das pessoas, então é melhor recolher do que estragarem-se, mas muitas foram para Lisboa e andou, nunca mais regressaram.

Entrevistador: A construção do Estado-Nação a isso conduziu, foi uma forte tendência centralista!

JR: Que ainda se mantém, pelo menos verifica-se isso a vários níveis, por exemplo, em termos de educação, há um centralismo absoluto, eles falam constantemente em autonomia, mas que autonomia? Que autonomia têm as escolas? As de 1º ciclo ainda estão muito ligadas a autarquias, há ali uma responsabilização directa, mas as de 2º e 3º ciclo e secundárias, não têm absolutamente autonomia nenhuma. A autonomia que nos é dada é quando temos que tomar as decisões difíceis, de resto não

há autonomia financeira, que é a base de um projecto de autonomia de uma escola, de alguma autonomia financeira. É dizer: vocês têm este dinheiro, agora giram como querem, não havendo, não há hipótese nenhuma e portanto está tudo muito centralizado.

Eu acho que a identidade cultural regional deve ser reforçada, e não tenho dúvidas quanto a isso. Agora, também os regionalismos às vezes são maus exemplos, o excesso de bairrismo, muitas vezes associações que deviam colaborar juntas estão de costas voltadas e fazem cada uma o que quer para seu lado, isso também é um problema tipicamente português. É difícil congregar pessoas num projecto comum, e excesso de bairrismo também é muito contra procedente, e portanto, tem também que haver um bom senso, para saber o que é que as pessoas querem, e definir o seu projecto local de desenvolvimento, e todos se unirem nesse projecto, o que às vezes é complicado.

Entrevista 8
José Miguel Medeiros
Governador Civil do Distrito de Leiria
24-02-2006
16.00 – 17.30 Horas

Na sexta-feira, dia 24 de Fevereiro de 2006, pelas 16 horas, dirigi-me ao Governo Civil do Distrito de Leiria, onde tinha um encontro marcado com o Dr. Pedro José Miguel Medeiros. A conversa durou cerca de uma hora e meia, e consistiu numa série de questões abertas sobre o espaço cultural de Leiria, o papel do património na definição dessa imaginação, e o seu posicionamento entre a Região Centro e a Região de Lisboa e Vale do Tejo. Nesta pude observar as suas opiniões acerca do papel do património na construção de um espaço cultural de leiriense.

Transcrição da entrevista:

JMM: A minha experiência diz-me que as acessibilidades melhoradas vieram, de certa forma dar mais consistência a esta divisão é curioso. O distrito de Leiria, do ponto de vista administrativo, tem sido um bocado as sobras dos outros distritos. Teve várias configurações, e inseriu-se de maneira diferente nas várias regiões, na Estremadura, na Beira Litoral, nas Beiras. Sempre andou nesta. Como todas as zonas de transição tem dificuldade em ter uma maior consistência como Coimbra por ex.

Penso que nenhum concelho do distrito de Coimbra questiona a sua pertença ao distrito de Coimbra. Talvez porque também Coimbra se destacava claramente de todas as outras terras do seu distrito. No caso de Leiria sempre teve uma concorrência muito forte por parte de uma segunda cidade como Caldas da Rainha e que ao contrário da Figueira da Foz em relação a Coimbra, não era a praia das pessoas de Coimbra, não era uma Coimbra B. Quer dizer, Caldas da Rainha é Caldas da Rainha com uma identidade cultural muito forte, e a parte norte, talvez pela sua distância física a Leiria, sobretudo pela separação geográfica traduzida também na falta de acessibilidades, quer dizer, não havia carreira directa, uma boa parte do distrito não tinha ligações directas à capital de distrito por via de carreira, enquanto havia autocarros, por exemplo, para Coimbra.

A região a norte, isto é, a este de Ansião, eu digo a norte do ponto de vista de Leiria, mas toda a parte este do distrito chamada norte, e que também o é, é uma zona que durante anos não tinha ligação directa a Leiria, em termos de oferta de transportes. Assim, para vir a Leiria, tinha que se vir no autocarro até ao Pontão, que era uma zona de distribuição, depois daí até Pombal e daqui até Leiria. Quer dizer, quer queiramos quer não, isto condicionou toda uma aproximação distrital. Mesmo até nas linhas

comerciais das terras ali do norte do distrito, com uma componente têxtil forte e sempre foi uma zona, de certa forma, exportadora de têxtil, sobretudo interno, mas também para o mercado externo. Foi uma zona de onde irradiava, a indústria têxtil, de onde se expediam produtos para todo o país, e as principais rotas daquela região faziam-se ao longo da estrada 110, que vai para Tomar e para todo o Ribatejo e Alentejo, e para norte, para Coimbra e toda a zona norte, Beiras e por aí fora. Quer dizer, de certa forma, esta zona de Leiria e de todo o Oeste é uma coisa muito longínqua. Eu fui pela primeira vez ao Bombarral quando era casado! E estou convencido que da minha terra não são muitas as pessoas que tenham conhecido o Bombarral. Hoje vamos ao Bombarral em pouco mais de uma hora, naquele tempo demorava-se cerca de 5 horas para ir ao Bombarral. Não ficava nas nossas rotas e vice-versa, e a parte inversa também é verdadeira.

Eu penso que vivemos, actualmente, num tempo em que as coisas são diferentes. Seja por que as circunscrições administrativas não têm o mesmo valor imperativo e impositivo para a vida das pessoas, quer dizer, uma ou outra matéria é muito importante para elas. Hoje o tempo não se mede pela distância física, ou por outra, a distancia não se mede pela distância física, mas pelo tempo que se gasta por que isso traduz-se em custos e hoje há a necessidade de chegar mais depressa. Mesmo muitas actividades que no passado sobreviviam em certos pontos do nosso território, a certa distância dos mercados, porque a velocidade com que as pessoas exigiam as coisas, era menor, e a concorrência também era menor.

Por outro lado, com a evolução das redes de comunicações, com a melhoria dos transportes etc., tudo se tornou muito mais facilitado. Há também outros factores que não existiam dantes. Leiria hoje tem uma oferta de ensino superior que não possuía há 15 ou 16 anos, para já não falar há vinte. Ninguém punha a hipótese de estudar no ensino superior em Leiria, e isso era uma condicionante da ligação. Basicamente as pessoas vinham a Leiria por causa do passaporte, aliás, nem isso é obrigatório, qualquer cidadão pode tirar o passaporte num distrito qualquer do país.

Hoje tem, mesmo ao nível de algumas elites, muito sentimento de pertença distrital, até mais do que nas bases, e isto porquê? Como a divisão distrital serviu de base a muitos outros tipos de organizações, que é uma organização de base de círculo eleitoral e digamos policial. Os distritos são uma herança napoleónica e a competência principal do governador civil é a segurança, curiosamente mantém-se, é a principal competência que tem, para além de representar o governo, em termos de competências

próprias são as questões de segurança, polícias, protecção civil e matérias que tenham a ver com a ordem publica etc. Mas... dizia eu, que o facto desta circunscrição ou desta divisão administrativa se manter para certos efeitos, como por exemplo, a nível das estruturas desportivas, a base dos campeonatos é distrital, quer se queira ou não se queira, e repare, isto faz com que os meus filhos, o mais pequeno tem 13 anos e o mais velho tem 18, conheçam todo o distrito nestas idades, já foram ao Bombarral. Para eles, Peniche pertence ao distrito deles, o distrito dos meus filhos não é o mesmo distrito que eu tenho, ou que a minha mãe tem.

Penso que há vários distritos conforme as gerações a que nós pertencemos, as circunstâncias e os tipos de actividades que temos. Acho que hoje, este conceito de divisão, o conceito de rede substituiu muito o conceito tradicional de região demarcada. Por isso acho que, se calhar, esta procura de uma unidade distrital é uma quimera, não é? Procurá-la com base, ou dizer assim bom existe aqui uma coisa que nos dá consistência a todos. Por esta via acho que não vamos lá, acho é que esta divisão, como poderia ser outra qualquer. Do ponto de vista do interesse prático para os cidadãos, o sentimento de pertença pode ser uma necessidade que eles tenham. Dizer assim, de onde é que você é, sou de Leiria ou sou das Colmeias, mas sou de Leiria. Eu penso que, por exemplo, em toda a minha região, se você perguntar a Pedro Tochas ou a Luís de Matos que são duas personalidades conhecidas e que são da minha terra, de onde são, eles num primeiro momento sempre associaram, hoje já dizem que são naturais de Avelar, concelho de Ansião, distrito de Leiria, mas durante anos, por exemplo o Luís de Matos que estudou lá e viveu lá e os pais dele vivem no Avelar, se lhe perguntasse de onde é que ele era, ele era de Coimbra, mas o Luís de Matos não é de Coimbra. Não é? Bom, ele foi para lá estudar com 15 anos, fez lá parte do curso, que não acabou, de agronomia, depois é que foi lá para as convenções da área. Se calhar é mesmo de Coimbra, ele identificou-se. Com Leiria não tem ligações nenhuma, porque quando era miúdo não estudou aqui, a sua vida não passou por aqui, Leiria não era a capital a que ele tinha que se dirigir não é, quer dizer, a minha capital de juventude não era Leiria, era Coimbra, embora eu curiosamente não tenha nenhuma, não é uma cidade com a qual eu tenha uma especial relação, apesar de lá ter vivido uns sete ou oito anos e de lá ter um filho a estudar agora, e de provavelmente lá irem parar os outros quando forem para a universidade, aquilo que eu verifico é que de facto, quando eu era miúdo

Leiria era uma cidade onde eu vinha duas ou três vezes por ano sobretudo quando o meu pai agarrava em mim e me vinha mostrar o mosteiro da Batalha, o castelo

de Leiria, ou coisa que o valha, ou o pinhal, aquela coisa de família porque nem sequer os exames mesmo os exames de âmbito nacional que o colégio da minha terra promovia, isto é, nós terminávamos o colégio e depois tínhamos que fazer os exames oficiais nas escolas oficiais, era o Liceu D. Duarte, mesmo ainda hoje, mesmo em termos de saúde, todo o norte do distrito pertence a uma unidade de saúde que se chama Coimbra Sul. Portanto, isto para dizer o quê, também olhando para o mapa a gente percebe porque é que isto acontece, não é, a configuração do distrito, esta bota virada ao contrário, que tem uma latitude brutal, é dos distritos com maior latitude. Com excepção da actividade desportiva e da actividade política, poucas são as pessoas de Castanheira de Pêra que têm algum contacto com as pessoas de Bombarral e vice-versa.

Outro exemplo: você tem 3 regiões de turismo no distrito de Leiria. Se for ver uma divisão que é das mais antigas de todas, a da Igreja Católica, você tem o patriarcado que chega a dividir concelhos a meio. O patriarcado tem parte do concelho de Alcobaça, o Bispo de Leiria – Fátima tem parte do concelho de Alcobaça, Porto de Mós e por aí acima, e depois o Bispo de Coimbra tem parte de Pombal, para sul pertence ao bispo de Leiria - Fátima e o norte e toda a parte interior do distrito está todo no bispado de Coimbra. A Igreja é um bom exemplo de que o distrito de Leiria nunca foi, quer dizer, ao contrário da diocese de Coimbra, ou até mesmo de Viseu que tem duas dioceses, a de Viseu e a de Lamego, esta talvez possa ter algumas semelhanças. São casos em que, de facto, a geografia e a história não coincidiram bem com a divisão administrativa. Houve ali qualquer situação que não permitiu que estas coisas se conjugassem. Por outro lado, é interessante verificar como a persistência no tempo desta divisão, e acho que se mantivermos muitos anos sem fazer uma nova reorganização administrativa, que aliás acho muito difícil, fazer reorganizações administrativas, em contextos democráticos, está demonstrado que é muito complexo. Partindo dos sentimentos de pertença, que são tão complexos e tão variados nunca consegue fazer isso, porque economicamente posso me sentir pertença de um grupo, exactamente, e culturalmente noutra e até afectivamente noutra, isto é tudo muito subjectivo, agora isto é assim, para que é que você quer uma região? Se a região for considerada um instrumento você dá-lhe uma determinada divisão, se for considerada um fim já poderá, eu acho que num plano cultural uma região é um fim, ou por outra, não sei se posso dizer isto nestes termos, procurar a minha identidade cultural é um fim, procurar a minha origem, de onde venho e para onde vou, isso pode ser um fim. Procurar encontrar a nossa zona cultural, o nosso espaço e aí uma região cultural do ponto de vista da sua

delimitação é um fim, uma região económica não é assim, é um meio para se atingir um fim diferente que é a criação da riqueza, a produção e a distribuição de riqueza, e aí pode até nem coincidir, aliás esse é um problema grave porque quando se fazem divisões administrativas, elas têm uma lógica de racionalidade económica normalmente e isso não é, muitas vezes, compatível, normalmente não é compatível com a identidade cultural, com a lógica e com a realidade cultural e isso é um problema complicado. Aliás o discurso mais confuso que há e o discurso mais díspar que existe, mesmo dentro dos partidos e dentro das pessoas que defendem as mesmas posições relativamente à regionalização, os argumentos que as pessoas usam para defender a sua tese são completamente heterogéneos. Uns dizem que não, nos pertencemos... E é sempre por oposição do que por afirmação se você reparar, não é? Quando se pôs o problema da regionalização dizia-se nós para Santarém? Em Santarém dizia-se nós para Leiria? Não diziam nós com Leiria nem nós com Santarém. Portanto isto não é uma coisa muito fácil, é uma conversa interessante e acho que tem um trabalho interessante pela frente mas eu que sou geógrafo, sinceramente olho para este distrito e fico muito baralhado, quer dizer, do ponto de vista da lógica de áreas de influência não tenho dúvidas nenhuma de que toda a parte norte de Pombal e uma grande parte do Pinhal Interior de certos pontos de vista é completamente atraído por Coimbra. Mas é curioso, quando foi da votação da regionalização, as pessoas mesmo nas duas perguntas que havia, uma era se concordava com a regionalização e outra era se concordava com o mapa proposto e o mapa proposto destacava Figueiró, Castanheira e Pedrógão para o distrito de Coimbra e o pessoal chumbou também esse mapa, o que significa que os senhores presidentes de Câmara Municipal que na altura decidiram propor a passagem para Coimbra, os cartazes de quem era contra a regionalização e que foram feitos cientificamente, por exemplo no meu concelho era assim, você quer pertencer a Santarém, você quer manter-se no distrito de Leiria e fazer com a região de Santarém? Se isto fosse em 1970, o meu pai chegou a ter escritório de advogado em Tomar, o meu pai que era de Ansião não tinha escritório em Leiria, mas tinha em Tomar e não é porque não tivesse clientes em Leiria, agora enquanto ele demorava 35 ou 40 minutos a chegar a Tomar, se calhar para Leiria demorava uma hora e meia ou duas. Isto ao fim dava mais de 2 horas de viagens por dia e Tomar, nos anos 70 tinha um dinamismo económico muito grande, tinha um clube de futebol, o que era reflexo de uma determinada capacidade económica. Há aqui um conjunto de matérias, de áreas de reflexão muito importantes porque eu acho que, o seu trabalho não tem esse objectivo, mas um decisor político que tenha de decidir sobre

uma determinada divisão administrativa, se demorar muito tempo a decidir, de repente quando escolhe, já está desactualizado.

As decisões têm que partir sempre ouvindo as populações, sim, mas também se as elites não decidirem fazer alguma coisa, se estiverem à espera de decisões democráticas estão tramadas, a questão das regiões é muito complicada pois parte-se do principio de que regionalizar é estabelecer um objecto, e que é criar unidades orgânicas, só que depois há outra questão que é assim, se formos ouvir a população é sempre muito complicado porque os sentimentos de pertença são múltiplos e cruzados, de facto pode pertencer culturalmente a uma e ter interesse económico e pertencer a outra, é como o emigrante, ele está em França por razões económicas, mas está cá com a cabeça porque é daqui que ele é. O grande drama eu acho, é que é preciso saber para que queremos a organização administrativa, porque até nada me choca que haja várias divisões administrativas se isso for do ponto de vista do interesse e da racionalidade útil, não tenho anda contra, até porque uma região cultural, é uma região que, do ponto de vista material não interfere, não faz mal a ninguém se você disser assim, meu amigo cria-se a região cultural Leiria / Fátima, isto não choca ninguém, não faz mal a ninguém, só pode é trazer vantagens, não traz nenhuma desvantagem, não tem nenhuma consequência prática no sentido de você dizer assim, eu a partir de agora tenho de ir fazer chichi a Fátima e tomar o café não sei aonde, nada disso acontece, mas se for uma região económica e se tiver a ver com o acesso à justiça ou questões administrativas, aí já pode levantar questões complicadas, porque pode obrigar a fazer mais quilómetros, menos quilómetros, a ganhar ou a perder mais tempo.

Tenho observado relativamente a um sentimento de pertença em termos culturais, é facto, não é fácil encontrar uma região cultural no distrito... era a única coincidência, mas isso não acontece em nenhum distrito, até porque a divisão distrital, há coisas curiosas, por exemplo há uma divisão que praticamente nunca não teve nenhuma consequência administrativas, muito pouco, teve um período muito pequeno, mesmo no Estado Novo, que foram as províncias e que ainda hoje estão no imaginário das pessoas, a Beira Litoral etc., mesmo eu que já nasci num tempo em que não havia províncias mas ainda as estudava na escola, quer dizer é curioso, as províncias já não existiam, isto também tinha a ver com as correntes do pensamento, por exemplo você no seu trabalho certamente há autores que consultou ou vai consultar como o Amorim Girão que foi muito importante nessa definição, o professor Orlando Ribeiro, as escolas de geógrafos quer de Coimbra quer de Lisboa, foram muito

influenciados pela geografia francesa no final do século XIX, e a geografia foi uma área do conhecimento a quem sempre se pediu muito e que sempre se debruçou muito sobre as divisões e sobre as várias, aliás a geografia regional tem uma tradição em França muito grande que procura a delimitação de regiões naturais, delimitação de regiões culturais, e houve muita busca e muita produção, no sentido de demonstrar que certo tipo de diferenças naturais também justificavam diferenças culturais e que por sua vez justificariam diferenças administrativas. É por aí que passava, porque aí as divisões eram mais fáceis de fazer. O poder político aceitava bem essas situações porque, por exemplo, utilizar um rio por fronteira era mais fácil. Portanto, eu tive um professor que às vezes perguntava se o rio separava ou se o rio unia, ou será que aquilo que se faz nas duas margens é tão diferente assim? Se calhar o que se faz numa margem e na outra é a mesma coisa, então o rio não separa, o rio pode separar fisicamente mas pode unir noutros pontos de vista, portanto isto é uma matéria muito complexa e muito difícil e que não tem uma resposta a preto e branco, não tem uma resposta sim ou não, quer dizer eu acho que... enfim eu acho, pela minha leitura do que eu conheço do país mesmo os distritos mais homogêneos que são normalmente os distritos alentejanos, com excepção do Algarve, e mesmo o Algarve, hoje em dia, tenho as minhas dúvidas que se possa falar do Algarve como uma região cultural, mas apesar de tudo deve ser mesmo a mais homogênea de todas, foi um reino, quer dizer foi o Reino de Portugal e dos Algarves, teve sempre a serra do Caldeirão, quer dizer aquela divisão geográfica, física, foi durante muito tempo... e como era completa, e como seccionava todo o Alentejo e o isolava do mar a sul isso deu ali bastante identidade a todo o Algarve e criou uma economia quase autárquica dentro do próprio Algarve, não é fácil quer dizer, fazer aqui, eu acho que em Portugal estabelecer, claro, depois temos coisas muito específicas, eu acho é que talvez não haja, talvez não seja muito fácil estabelecer identidades muito regionais, há uma identidade nacional e depois muito locais, do ponto de vista cultural quer dizer, não sei, eu vejo mesmo as pessoas ditas das beiras, ali por exemplo Beira Alta, Trás-os-Montes, Alto Douro, quer dizer mesmo esses sentimentos de pertença a essas regiões naturais delimitadas geograficamente à época com critérios até muito rigorosos do ponto de vista científico, eles até iam à botânica, quer dizer separavam aquilo nas plantinhas, onde deixava de aparecer a planta A e passava a aparecer a planta B, aquilo era um elemento que eles procuravam, um factor, quer dizer era a busca de um factor que, era uma catalogação, quer dizer, estes aqui e até mesmo na descrição idiossincrática dos povos é engraçado porque depois é os beirões, as características, eu

acho extraordinário isso uma visão muito objectiva das regiões, era por exemplo, os etnógrafos portugueses e a antropologia, os antropólogos, na sua expressão mais recente, enquanto doutrina integral, mas enfim, enquanto doutrina e aquelas áreas que andaram por aí, o professor Viegas Guerreiro e outros fizeram estudos muito interessantes, aliás eu conheci-o pessoalmente, ele é um tipo muito impecável, extraordinário, até se deu um fenómeno engraçado em que ele uma vez andou a fazer um trabalho ali numa zona saloia e identificava aquelas particularidades das pessoas, os hábitos, os territórios, as culturas, mas era giro que as pessoas identificaram-se tanto com ele e ele identificou-se tanto com o trabalho das pessoas que quando lá chegavam e perguntavam, quantas pessoas vivem aqui, as pessoas diziam aqui vivem 223 habitantes, ou seja já utilizavam a linguagem do livro dele, o que era giro, o efeito, quer dizer porque há aqui um problema que muitas vezes não é considerado na decisão política e não só na decisão política, mesmo nos estudos científicos avalia-se pouco, também é um problema de metodologia e um problema prático, que é o efeito decorrente da manutenção no tempo de certo tipo de divisões, mesmo que elas não tenham tido consequências práticas, é quase como uma indução, uma região provocada está a perceber?

Eu penso que o distrito de Leiria hoje é capaz de ter mais consistência do que tinha há 20 anos atrás ou 30, porque alguns serviços utilizam o figurino distrital, é como lhe digo, aquilo que são as actividades culturais você tem a Federação das Bandas, as bandas quando se começaram a organizar pela primeira vez, não se organizaram bandas da região, sem ter uma base. As pessoas gostam de uma âncora, então a Federação das Bandas é do distrito de Leiria, a Associação de Futebol é do distrito de Leiria, Associação de Andebol de Leiria, quer dizer tudo isso é de âmbito distrital, os campeonatos vão da Castanheira a Bombarral, os miúdos já, quer dizer se isto demora muitos anos a manter-se assim, não tenho grandes dúvidas que daqui a uma ano há uma identidade, não sei se é cultural, mas pelo menos é um sentimento de pertença a um mesmo espaço. Essa é a grande questão que se coloca hoje relativamente à palavra de cultura, uma cultura objectiva e essencialista fora das pessoas cultura só existe porque existem pessoas que reflectem sobre as coisas, a cultura não é uma coisa estática, porque essa ideia da região cultural (moderna) também parte do pressuposto de que a cultura é uma coisa estática. É como a história do artesanato, eu por exemplo acho um piadão hoje em dia, quer dizer eu até gosto de ver nas feiras de artesanato onde vou agora, o que eu procuro encontrar é novos artesãos. Porque eu acho piada, porque aquilo

que nós hoje vemos na maior parte das feiras de artesanato não é artesanato, é a reprodução de artesanato antigo, não é artesanato contemporâneo, é giro e eu até costumo dizer, bom então os nossos descendentes, um dia até hão-de perguntar, onde é que está o artesanato do final do século XX e princípios do século XXI, não há, tem que haver em qualquer lado, porque se continuarmos a fazer, não quer dizer que não haja espaço para o homem que faz a cesta, para a senhora que faz não sei quê, a manta de trapos, as mais diversas formas de expressão artística e cultural por essa via, mas também é interessante estimular o artesanato contemporâneo, até porque os padrões estéticos não são os mesmos não é, até porque a tradição se inventa e reinventa constantemente, pois é nós, uma coisa é preservarmos os saberes, outra coisa é fazermos sempre da mesma maneira não é? São coisas diferentes, o turismo é responsável por grande parte da invenção e criação de tradições, grande parte das tradições muito antigas, manifestações culturais, era tudo inventado há muito pouco tempo, mas a tradição é sempre inventada, às vezes, criam-se coisas para o momento que passam a ser regras, foi uma coisa ocasional que passou a ser regra, ainda antes de ontem visitei, em Alvaiázere, uma fábrica de artesanato, aquilo era extraordinário, ou seja como o artesanato se torna industrial, de produção em massa, no artesanato cada peça deve ser única, mas aquilo é uma fábrica de artesanato que não fabrica artesanato local, o tipo de fabrico, aquilo não é artesanato, já tem uma lógica de montagem, de produção em série, portanto não é uma lógica, digamos, mecanizada totalmente, mas é uma lógica de produção em série, um bocado já contrária à ideia de que... quer dizer é uma coisa que aplica já praticamente a divisão técnica da produção que Adam Smith estudou. Achei piada por que quer dizer, a malta ainda olha para aquilo como se fosse artesanato, e eram até umas peças muito feias, só mesmo turcos é que poderiam comprar aquilo, coisas horríveis. Não sei se é suficiente ou se tem mais alguma coisa que queira colocar.

Entrevistador: Relativamente ao património, parece-lhe que se pode falar de uma objectivação da identidade por intermédio do património localizado na região?

JMM: Eu acho que o património, quer dizer, dá algum sentimento de pertença, eu sempre tive a noção, a minha geração, não sei talvez eu até posso nem se um bom exemplo, dado que os meus pais possuíam já alguma formação académica, isso talvez tivesse facilitado a minha relação aqui com o património da nossa região, mas Fátima por exemplo é uma coisa, os caminhos de Fátima passavam todos no meu concelho, na minha terra, as pessoas iam a pé a Fátima, as peregrinações, eu acho que Fátima é um elemento importante aqui da nossa região, eu acho que tudo isso faz parte cá do nosso

imaginário, quer dizer acho que se um dia me perguntassem num lado qualquer, você é da região de Fátima, eu diria que sim, era capaz, se estivesse num país estrangeiro e me dissessem você... eu diria com facilidade que sou da região de Fátima, que o concelho de Ansião em Linha recta está a pouco mais de 20 km de Fátima, portanto era um trajecto que era feito a pé pelos meus colegas de escola, havia grande nessas alturas em que as famílias iam a pé a Fátima, porque era uma das formas das pessoas saírem da terra e de poderem ir ver outras coisas, era um momento de algum *fricçon* para a rapaziada lá da minha terra, eu não ia a pé, nunca fui a pé porque a minha mãe embora sendo católica não era muito fã desse tipo de peregrinações ou dessa forma de peregrinar e mesmo os casamentos da terra, havia muitos casamentos em Fátima, a questão religiosa é uma questão, enfim, e Fátima tem uma certa influencia aqui, em você perguntou o património, não sei se Fátima se poderá encaixar nesse conceito, mas por exemplo, acho que o mosteiro da Batalha particularmente, Aljubarrota.

Enfim, acho que isso tudo acho que há aqui um conjunto, talvez estes dois elementos, o mosteiro da Batalha e o mosteiro de Alcobaça, mas para a minha região a Batalha mais do que Alcobaça, porque Alcobaça apesar de tudo, embora seja relativamente perto, na altura era uma coisa longe, muito mais longínqua, enfim mas eu penso que, admito que esta, estes elementos patrimoniais funcionem aqui como um elemento comum, não digo que seja central ou decisivo da identidade, mas acho que é um elemento com o qual as pessoas se identificam, se revêem no impacto que essas formas de património têm. Estava a ver aqui se tinha mais alguma ideia, mais algum elemento patrimonial que pudesse, estava-me a lembrar quando os emigrantes, até de certa forma inconsciente, levam os postais da sua região de Leiria, com aquilo que são para eles os grandes ícones da região, tais como os castelos ou os mosteiros, da Batalha e de Alcobaça.

Eu penso que toda a gente quando vai a qualquer lado e quer falar das suas origens, e lhe perguntam, então o que é que lá há? Penso que toda a gente referirá o santuário de Fátima, referirá, obviamente, o Mosteiro da Batalha, o Mosteiro de Alcobaça, o pinhal de Leiria. O Pinhal de Leiria, acho que é um elemento significativo aqui porque sendo património diferente, não deixa de ser um elemento patrimonial e com um valor histórico-cultural muito potente, talvez eu penso que o pinhal de Leiria estará ao mesmo nível de alguns destes monumentos do ponto de vista do peso que tem e simbólico. Um pinheiro é um pinheiro, basicamente, acho que há aqui uma matéria também importante, que é a indústria do vidro e a sua ligação à Marinha Grande,

também de certa forma, para além de dar uma cultura muito própria à Marinha e de ser algo muito importante para a auto estima das pessoas da Marinha, penso que também é um elemento bastante importante e que marca aqui, eu acho que, de certa forma esta região, a sua diversidade seja o seu ponto forte, não tanto por via de uma capitalidade muito forte de Leiria, que eu acho que é maior hoje do que há uns anos, apesar de tudo, acho que Leiria, vejo mesmo na minha região, as pessoas, não há semana nenhuma em que por exemplo, o meu irmão, sendo advogado não venha a Leiria, não há semana, sejam eles as câmaras da região ou os tribunais, ou os cliente, um advogado é um bom exemplo da forma como os fluxos de pessoas, económicos se movimentam no terreno porque ele é representante dos interesses das pessoas e portanto circulam um bocado em função da circulação dos interesses das pessoas, portanto ele hoje já vem quase tantas vezes a Leiria como vai a Coimbra, claro que Coimbra continua a ter um peso bastante grande para a nossa região. Leiria ou Lisboa e há muitas coisas hoje em que as idas a Lisboa são muito frequentes pois há coisas que se resolvem directamente em Lisboa.

Entrevistador: E relativamente ao sul do distrito, sente a sua aproximação, distanciamento...

JMM: Sabe, eu sou um bocado suspeito porque quer dizer, eu quando comecei a minha vida profissional, fiz o meu trabalho de fim de curso sobre Leiria, por mero acaso, não foi pelo meu sentimento de pertença, foi por uma razão prática, depois tinha aqui uma colega minha que era casada com um amigo meu, que é engenheiro da câmara, e na altura veio para engenheiro da câmara e isso facilitava, na altura, o acesso à cartografia para fazer o trabalho que nós pretendíamos fazer e a cidade de Leiria tinha por outro lado a vantagem de ter uma certa dimensão e dava-nos interesse para o trabalho de geografia que tínhamos de fazer e fizemos, e isso deu-me logo, em 1983, um conhecimento de Leiria e uma relação com Leiria que eu não tinha até aí, Leiria para mim era uma terra onde eu sabia que era a capital de distrito, onde eu sabia que tinha que de vez em quando vir resolver coisas. Normalmente era sempre um azar porque os meus pais fazíamos uns piqueniques aqui para estas bandas, a minha mãe e o meu pai trazia-nos a todos, éramos 5, e quase sempre chovia, o que era uma grande chatice, porque nesta zona aqui chove durante o Verão como você sabe, nas Vieiras e tal, são umas praias terríveis, mas depois, mesmo já mais tarde, depois de ter casado, nos primeiros anos de casado fazíamos férias ali nas Vieiras. Acho que de facto, as acessibilidades alteraram muito a relação da parte norte, a parte sul eu conhecia melhor quando dei aulas em Alcobaça em 86, não conhecia, fiquei até bastante fascinado e hoje

é uma zona de que gosto muito, do sul do distrito, vivi na Nazaré um ano. Portanto, eu não serei estatisticamente um elemento significativo pois na representarei um cidadão tipo do norte ou tipo do sul, ou ainda tipo do centro, está a perceber, nunca vivi, viver foi sempre no norte, depois tive episódios na minha vida. Agora, o que é que eu tive sempre, sempre fui ligado ao futebol da minha terra, fui presidente durante 20 anos do clube da minha terra e isso obrigou-me a andar pelo distrito todo, portanto tenho amigos, depois na política fui dirigente da Federação do Partido Socialista, já conhecia, isso obrigou-me a percorrer o distrito, se há coisa que os distritos são é círculos eleitorais, as organizações partidárias estão assim estruturadas, quer dizer, os distritos é uma coisa que eu vejo com naturalidade, se calhar é natural que ele não terá, mas para mim até uma coisa que gosto, gosto desta configuração, até me vai custar se um dia ele desaparecer, vai custar um bocadinho, mas admito que isso seja mais por razões afectivas do que por razões racionais porque o que é facto, é que a realidade mostra que as pessoas mais ao sul relacionam-se mais com Lisboa, em regra e tal, também com a A8 há uma nova realidade que anteriormente não existia. Para mim há duas vias que alteraram completamente tudo isto, uma foi o IC8 que é a estrada que vai de Pombal para cima, se você imaginasse o que era aquilo antes desta estrada ser construída, ou pode imaginar se passar nuns troçozitos que ainda por lá existem na antiga, por exemplo entre Ansião e Pombal. Mesmo de Ansião, se for pela estrada da Ribeira de Alge acima, também, ainda agora está com o piso bom, se for pela estrada antiga entre Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, então você aí vê o que é que é aí no Pedrógão Grande e entre o Pedrógão e Bombarral naquele tempo eram umas cinco horas ou seis horas, mas ainda podemos ir mais longe, quer dizer, o IC8 foi uma estrada decisiva, depois a auto-estrada A1 a atravessar Leiria, até Pombal, e a ligação mesmo entre a A1 e Pombal e a A1 e Leiria, foram decisivas para que este tráfego aumentasse intensamente e para que as pessoas passassem a olhar para Leiria como um sítio onde podiam de facto ter a sua vida, trabalho, organizar a sua vida a partir, Leiria reforçou muito a sua capitalidade com isto, depois foi a A8, você vai daqui às Caldas em meia hora, que era uma viagem que demorava uma hora e tal, à volta de uma hora, muito trânsito e com estradas horríveis, de Alcobaça para baixo era uma estrada nacional, era uma coisa, ora bem, a A8 veio dar razão a isto tudo. Hoje, acho que de facto o distrito de Leiria convive bem com esta heterogeneidade, agora compreendo talvez, também, que por motivos modernos, o tipo de divisões administrativas que os países tinham nos moldes tradicionais se calhar também não fazem muito sentido hoje, uma divisão que faça

coincidir todos os serviços, até porque os serviços são para servir os utentes e não o Estado, e não para serem um fim em si próprios ao serviço do Estado. Muitas das lógicas de organização administrativa deixam de fazer sentido nos moldes quer dizer, hoje a ideia de atendimento ao cidadão, chamado de balcão único ganha mais forma e isso vai fazer com que seja desnecessário capitais, estas se calhar vão ser muito mais centros de excelência pela massa crítica que concentram, pelas ofertas que produzem mais, do que pela obrigação que impõem.

Entrevista 9
José Ribeiro Vieira
Grupo Movicortes e Jornal de Leiria.
09-07-2006 – Domingo
17.00 – 19.00 horas

No domingo, dia 09 de Julho de 2006, pelas 17 horas, dirigi-me à livraria Arquivo, onde tinha um encontro marcado com o presidente do Grupo Movicortes e de um dos mais importantes jornais regionais de Leiria: o Jornal de Leiria. A conversa que tivemos consistiu numa série de questões abertas sobre as territorialidades da região de Leiria e o papel do património na sua construção.

Transcrição da entrevista:

JRV: Então Fernando é assim, eu acho que a Região de Leiria propriamente, é um conceito, que se quisermos, do ponto de vista sociológico... o que é a região de Leiria? Região de Leiria só posso encontrar uma definição para isso como um agregado populacional ou geográfico territorial onde há uma interacção objectiva, real e uma interacção dentro desse espaço. Essa região que não tem que ver com as considerações políticas que são feitas sobre a regionalização ou sobre a sua utilização sequer, mas sim do ponto de vista do desenvolvimento desta comunidade onde estamos, coincide para mim, mais ou menos, com a Região de Turismo Leiria / Fátima, ou seja, também com a diocese Leiria/Fátima. Serão os concelhos do distrito de Leiria, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Batalha, Porto de Mós, Alcobaça e Pombal, e depois Ourém, e mesmo assim partes de Alcobaça e Pombal pertencem a dioceses diferentes. A diocese Leiria/Fátima não abrange completamente o concelho de Alcobaça, como não abrange completamente o concelho de Pombal.

Acho que a diocese tem uma caracterização, o espaço da diocese é aquele que coincide melhor com aquilo que eu acho que se poderia chamar de Região de Leiria, onde os protagonistas políticos e sociais que estão nessa área poderiam tornar isto quase só um município, praticamente uma região com interacção, onde já há uma massa crítica razoável de população e onde poderia haver instrumentos de desenvolvimento de várias espécies, desde o ensino, a educação etc., que se pudessem congregar, fazer esforços congregados e estudar-se como uma região só. Podia haver até um supra-município para esta região, que poderia ser a Associação de Municípios da Alta Estremadura, a AMAE. Fiquei a saber numa conferência que fez na segunda-feira o professor Jorge, que é um especialista em matéria de ordenamento de território, e que

tem feito este projecto, o projecto NOT. E ele referiu que a AMAE seria um *case study* em Portugal porque é uma zona onde, de facto, existem condições para fazer esta articulação, porque há outras regiões do país onde a articulação pode existir sob o ponto de vista teórico mas não prático. Isto para mim é uma região que poderia resultar dessa Associação de Municípios, o que eu acho que a Associação de Municípios poderia perfeitamente resolver-se ao nível da coordenação, planeamento, só que isso pressupunha o esbatimento individual de cada município, pressupunha uma grande capacidade de entendimento entre eles, para que se sobrepujasse aos interesses individuais, os interesses da região, dado que cada vez me parece ridículo falar-se num concelho. Por ex. parece-me ridículo que se fale no desenvolvimento estratégico do concelho de Alcobaça, qual estratégico, não há espaço para desenvolvimento estratégico, é micro, pelo menos tático, agora estratégico pressupõe que há espaço, densidade populacional, do ponto de vista político, e da descentralização dos serviços do Estado. Eu acho que o distrito é a realidade que poderia permanecer, porque qualquer outra organização vai-se encontrar também com contradições e dificuldades.

Se o distrito de Leiria tem a norte concelhos que podem estar mais próximos do distrito de Coimbra, mesmo sociologicamente, do passado, das tradições e das relações tradicionais, como alguns dos concelhos do distrito do sul têm mais relações com Lisboa, na verdade é que eles também, se for em relação a Lisboa são periféricos. A Grande Lisboa já tem problemas por si, já é por si suficientemente problemática na organização do território, e na defesa dos seus interesses, portanto, como os concelhos do norte do distrito em relação a Coimbra. Coimbra já tem uma periferia suficientemente degradada e concelhos problemáticos, com suficientes dificuldades para lhes acrescentar outros, ou seja os concelhos do norte do distrito de Leiria não têm nenhuma vantagem, em minha opinião, não pertencerem ao distrito de Leiria, penso que eles cada vez pensam mais isso.

Portanto, direi que uma coisa é a região de Leiria, aquilo que se pode chamar de Região de Leiria, que é esta coincidente com a Estremadura, incluindo Alcobaça e Nazaré, que actualmente fazem parte da Associação de Municípios do Oeste.

O distrito é uma unidade sobretudo política, porque não há nenhuma ligação entre Óbidos e Leiria, quer dizer, não há nenhuma ligação a não ser política, mas o território tem que estar organizado, estruturado do ponto de vista administrativo, para fins políticos, ou político-administrativos, se quiser, eu não vejo outra relação que não possa ser essa. Não faz sentido falar no distrito de outra forma, noutra perspectiva, para

mim o distrito deveria coincidir com esta região que lhe disse, o que era mais lógico era o distrito coincidir com a região natural de Leiria, a AMAE, poderiam associar-se um ou outro concelho se assim o entendesse mas se passassem para Coimbra, não vejo nenhum problema, ou se criassem eles próprios com outros concelhos que têm que ver com aquela realidade mais da serra outro distrito ou outra estrutura. Eu sou mais favorável ao aumento do número dos distritos, para fazer coincidir os distritos com as realidades sociais e naturais da relação entre as pessoas e entre as comunidades, do que propriamente com o fim dos distritos, depois os distritos organizavam-se de acordo com o esquema de descentralização que o Estado entendesse melhor, mas não tocaria nunca no fim dos distritos e fazia-os coincidir com as realidades. Também não vejo problema que haja uma realidade supra-municipal, tipo Associação de Municípios e continuava os distritos, em tempos já defendi que o país deveria estar dividido de acordo com os distritos e que as Associações de Municípios deveriam ser distritais, como acontece na Região Autónoma da Madeira em que há só uma associação de municípios da região da Madeira, mas neste momento o mais lógico seria: o Oeste tem a Associação de Municípios do Oeste, a AMAE tem a Associação de Municípios da Alta Estremadura, deviam era ter funções e missões que fizessem interagir e que fossem funções plenamente de governação e outras responsabilidades nesse domínio para poder conversar e defender esses interesses.

Ou então fazer coincidir os distritos com essas regiões, aumentando o número de distritos. Porque quando me pergunta o que é a região de Leiria, ela não é, de facto, uma realidade administrativa e política. A região de Leiria para mim é esta região de interacção (AMAE), é um espaço onde há identidade de facto. O distrito de Leiria deveria ser esta região, nenhum concelho se sentiria mal por fazer parte deste distrito, quando começamos a ultrapassar para lá de Alcobaça ou de Pombal começamos a sentir que há dificuldades naturais de identificação, é esta a realidade que tem Leiria, que como principal centro económico, seria o polarizador desta região.

Entrevistador: O que pensa acerca do património localizado nesta zona de Leiria em termos das representações da região?

JRV: Eu acho que, no domínio do património cultural, não se pode desligar a identidade ou o sentimento de pertença do património cultural, das questões que marcaram a nossa história do passado e que provavelmente terão contribuído para que essa relação se possa tornar mais sólida, se for aproveitada, até por relações de proximidade. Naturalmente nesta região que estamos a falar temos Fátima, Alcobaça,

Batalha, e Leiria onde há manifestações mais sólidas de natureza cultural, Ourém, Porto de Mós, os castelos, o que me parece é que se houvesse um supra-município ou um distrito desta dimensão isso também podia resolver parte dos problemas que o professor Saul António Gomes refere ao nível do património cultural. Como não há uma proximidade, a política de certo modo, a forma como tem sido feita, os concelhos, a excessiva balcanização do território acaba por perturbar a relação que poderia favorecer a proximidade com que todos ganhávamos, tornando esta região, particularmente rica, aproveitando o património cultural, o património histórico, natural e arquitectónico, enfim todas as manifestações que temos nesta região, e podia ser uma região com identidade.

Houve até a criação do CEPAE no âmbito da ADLEI, o Centro de Estudos do Património da Alta Estremadura, na altura, o objectivo era tentar identificar o património desta região da Alta Estremadura, e de certo modo, criar entre ele alguma relação que pudesse dar dimensão e dar expressão a muita coisa dispersa que acaba por, isoladamente, não ter capacidade para se projectar. Bom se me perguntassem, talvez o município da Alta Estremadura, ou a Associação de Municípios da Alta Estremadura, com meios e com objectivos comuns, ou então o distrito da Alta Estremadura, e depois criava-se o distrito do Oeste, criavam-se mais distritos que dessem coesão às regiões. Como digo, para mim o distrito é uma realidade política e administrativa, não colide com esta, mas também se podia fazer coincidir, provavelmente é um bocado mais complexo em termos de organização do território a nível administrativo.

O afastamento do distrito acaba por levar muito ao conceito de charneira, para não dizer concelhos, como dizia o professor Jorge Gaspar, para não dizer que é periférico, disse são charneira, é uma forma diferente de chamar periférico, deixava de haver essas periferias, havia mais identidade, mais sentimento de identificação, portanto nada era periférico, os espaços eram menores, mais coesos, talvez houvesse maior coesão.

O município, com o tempo, deve ser cada vez menos autónomo, acho que devia ter sempre em conta, não vale a pena certas coisas, por exemplo aqui em Leiria temos um investimento cultural de certo tipo e depois fazer outro igual na Batalha, aqui a 10 km, a quantidade de dinheiro que se estraga quando estamos todos já próximos. Essa entidade deveria regular e devia dizer não, na Batalha vai haver esta valência, em Leiria já há, e as pessoas naturalmente tinham que se deslocar até porque há necessidade de economizar meios e de controlar as finanças públicas. Mesmo para estas, essa questão

era fundamental, porque senão era uma pulverização de equipamentos culturais e outros que não faz sentido, quer dizer, deveriam fazer se fosse num país riquíssimo, onde o dinheiro nunca mais acabasse. Teoricamente, era bom haver de todos os equipamentos em cada freguesia, mas na prática isso não é possível.

Por outro lado, devido à má qualidade da construção actual, parece-me que estas casas antigas e do centro urbano (histórico) ainda vão ser valorizadas com o tempo, com as novas técnicas de recuperação e de conservação de edifícios e de manutenção, criando condições mais confortáveis, vão acabar por valorizar os centros históricos em função dos subúrbios das cidades onde se constrói mal.

O distrito é até uma boa forma de racionalização e distribuição dos equipamentos, onde houvesse maior aproximação e uma complementaridade. Eu acredito que o país precisava de uma reformulação da dimensão dos distritos, podia ser na criação de uma identidade de distrito, sendo consignados poderes ao distrito para ser uma entidade reguladora dos grandes investimentos aos quais é preciso dar sempre um parecer e que tinha acções de planeamento e de ordenamento do território ao nível mesmo dos investimentos públicos, seria uma estrutura intermédia de âmbito distrital. Podiam criarem-se mais distritos no país e depois esses distritos podiam então ser organizados dentro de estruturas de maior dimensão ou não, o país é pequeno e não sei se precisaria disso.

Para mim não haveria problema que se criasse o distrito Oeste, o que eu posso dizer é que não há nenhuma identidade ou relação hoje, entre o que se passa nas Caldas e em Leiria, nada, as pessoas estão lá. Politicamente podemos estar no mesmo distrito, não há problema nenhum, se falarmos em identidade e sentimento de pertença, isso não há de certeza absoluta, cada um está no seu sítio, também não há nada contra, mas isso também não há com o concelho de Rio Maior, como não há com o de Tomar, a mesma coisa que há com as Caldas, também não há com Rio Maior nem com Tomar. Não temos interesses comuns muito próximos nem identidade comum, só temos interesses comuns porque somos o mesmo país, mas se formos a ver não há interesses que se possam identificar com uma comunidade que interage quotidianamente etc., são ideias que resultam da minha reflexão que têm vindo a mudar ao longo do tempo, à medida que o tempo vai passando.

Entrevistador. Que comunidade? Distrito, província?

O distrito não é sentido como entidade única, no entanto também é verdade que é a realidade que há e com a qual se convive, mais nas questões de natureza política.

Entrevistador: E o norte do distrito?

O desenvolvimento económico do distrito de Leiria e a estagnação de Coimbra, portanto, as pessoas têm que procurar emprego e tendencialmente caminham para Leiria, não podem caminhar para o interior, nem para o norte. Por isso é que eu digo que provavelmente os concelhos do norte querem pertencer ao distrito de Leiria, querem estar mais próximos de Leiria, independentemente de pertencerem ou não ao distrito, porque também têm, politicamente, vantagens nisso, mas também têm a sua associação de municípios própria, mas querem pertencer ao distrito de Leiria. A identidade com Leiria significa a identidade com uma realidade económica mais activa, mais dinâmica, a identidade com Coimbra é mais de natureza académica, cooperativa, enfim, escolástica, de serviços, mas penso que a actividade económica foi muito importante, o próprio Politécnico contribuiu imenso para essa aproximação.

Agora quando se fala na organização do território, nas cinco regiões etc., eu acho que isso é tudo dispensável, o país é pequeno, os meios de comunicação, as novas tecnologias de comunicação facilitam imenso a aproximação e a gestão, eu sou mais favorável, de facto, ao aumento dos distritos ou seja destes distritos, nem que seja sociais, económicos, não sei se políticos, e onde haja sentimento de pertença e identidade e onde se possa fazer sinergias. Aproveitar esses monumentos, no caso de Leiria, de uma forma integrada, tratar do assunto do mosteiro da Batalha e do de Alcobaça, tratam aquilo como se fossem donos desses monumentos. Parece que são donos do mosteiro. O mosteiro é o mosteiro património mundial, são os dois património mundial e portanto não ficava nada mal que houvesse uma entidade que tratasse de organizar e coordenar estes meios que temos e de os aproveitar para o futuro, para bem de todos.

Entrevistador: O facto do mosteiro da Batalha ou de Alcobaça serem representativos da Humanidade não inviabiliza o papel que poderiam ter em prol da região?

JRV: Não, exactamente, até é pena porque o mosteiro de Alcobaça este ano teve uma intensa actividade cultural. Ao nível da música, Alcobaça tem tradições neste domínio, tem o mosteiro de Alcobaça e é pena que as pessoas não se habituem a ir lá, se houvesse uma interacção e uma unidade entre estes concelhos, em que cada um teria a sua valência, mas era preciso criar um sentimento de identidade e o trabalho que a escola tem feito a esse nível acho que devia caminhar, até para tirar alguma conclusão, na minha opinião, devia caminhar para tentar fazer com que a Região de Turismo

Leiria/Fátima ou esta região fosse uma região com identidade mas tinha que haver alguém com responsabilidades e poder. Para resolver o problema da regionalização eu admito a criação de mais distritos. Por exemplo este distrito que elegia por exemplo 11 deputados, passaria a eleger sete mas eram entidades próximas. De outro modo, não se conhecem nem sabem quem são.

Poderia partir dos presidentes de câmara e constituir-se essa entidade a partir daí. Não era preciso haver mais eleições, tinha era que haver a realidade política, administrativa e social que identificasse esta região. Não era preciso chamar comunidade urbana nem coisa nenhuma, não, era uma região natural onde há proximidade, interação permanente, relações permanentes entre as pessoas e que se complementam em que pode não haver antagonismos. Tem é que haver poder de decisão. Esta entidade teria que se entender com as nacionais, nomeadamente com o IPPAR para evitar que tanta gente tivesse que se entender com o IPPAR, relativamente aos nossos monumentos da região, o mosteiro de Alcobaça, o mosteiro da Batalha, eram questões estruturais que passariam para essa entidade da região bem como as vias de comunicação, essas questões dos monumentos e outras...

Seria uma estrutura regional que poderia interagir com o governo central sobre essas questões da região. Sem as regiões a burocracia é incrível.

Apesar dos esforços deste governo, a burocracia continua a ser a mesma. É tudo uma questão cultural.

Não tenho assim muito para dizer...

As ideias que eu deixo são estas duas realidades: Uma realidade objectiva em que se pode falar de identidade do sentimento de pertença, e a outra uma realidade política que não quer dizer que não existe, mas é de outro domínio de outro campo. Eu tenho vindo a repensar as questões da região e penso que não há uma identidade cultural coincidente com o distrito e por isso não se pode falar de uma região coincidente com o distrito, pode é haver necessidades de natureza administrativa e política em que é necessário o distrito mas não é isso, mas imagino que a sua preocupação, na linha do trabalho que tem feito na ESEL, não seja este mas sim o de tentar identificar dinâmicas e sentimentos de pertença. São duas coisas distintas, não sou contra nem a favor, aliás sou sempre contra o fim dos distritos. Pelo contrário, até admito que sejam mais, se forem os mesmos, que se permita de uma forma simples a criação de regiões do género das que referi. Regiões de pertença e, nesse sentido, as Caldas nada têm a ver com Leiria, até pelo contrário ao nível cultural e histórico há diferenças entre estas cidades.

A cidade de Caldas já foi um grande centro cultural, Alcobaça já teve a sua importância, já houve, por exemplo o João de Deus Ramos que era filho do João de Deus já foi deputado pelo concelho de Alcobaça. Alcobaça já teve um regimento militar, onde está o mosteiro, que de certo modo estes regimentos davam importância ao local e ao país no início do século e eram distribuídos de acordo com a importância dos locais onde estavam, dando-lhes também importância, portanto, Alcobaça perdeu isso, perdeu importância. Em vez disso meteram lá o asilo dos idosos de Lisboa. Esse regimento era um regimento republicano e anti-salazarista. O Estado Novo teve problemas e então Alcobaça foi castigada porque aí paravam sempre oficiais e entidades que eram o centro republicano que criou dificuldades ao Estado Novo. Portanto Alcobaça sente-se diminuída na sua identidade própria, sente que foi violentada ao longo do tempo. As Caldas têm as mesmas queixas, já foi um importante centro cultural. Eu lembro-me das pessoas irem de Leiria às compras às Caldas. Hoje é ao contrário, as pessoas vão a Lisboa ou vêm a Leiria, porque nas Caldas não encontram quase nada, falta oferta comercial, enquanto em Lisboa há aqueles centros comerciais que certamente é o que fazem, ou então apesar de tudo vêm a Leiria, e Alcobaça tem o mesmo problema. Aliás, vou-lhe dar aqui uma informação que é bem sintomática, um pouco para reforçar esta ideia. Houve uma tentativa de fazer uma livraria semelhante a esta em Alcobaça, duas pessoas, um professor e um advogado, que são duas pessoas dedicadíssimas e constituíram, abriram uma livraria interessante para a cidade. Em Pombal fizeram a mesma coisa, mas esta era mais pequena, uma já está fechada e a de Pombal está quase a fechar, agora veja, essas duas cidades que são os agregados populacionais com mais população do distrito de Leiria não têm uma livraria, portanto o Fernando se viver em Pombal tem que vir a Leiria ou ir a Coimbra para comprar um livro, como é que há cidades sem uma livraria. Alcobaça sem uma livraria, veja bem, eles devem ter uma livraria, as pessoas que se preocupam com isso devem sentir uma grande vulnerabilidade, eu penso que a própria câmara devia fazer alguma coisa no sentido de evitar o fecho da livraria, embora eu saiba que não o pode fazer, não pode ajudar a subsistir empresas privadas, tais como outras lojas que já desapareceram, mas de facto em Alcobaça há um centro comercial miserável, neste momento, por isso é que esta região a consolidar-se deveria aproveitar certas coisas, tem o mosteiro que é uma grande mais valia, tem essa cultura da música que agora até recuperaram o de Alcobaça, uma entidade, uma associação, uma agremiação, da altura, com um grande nome, foi recuperado há três anos. Fui ver um espectáculo aqui há tempos, e de facto é

impressionante ver a quantidade de gente presente. Se calhar outra cidade teria mais teatro, outra teria mais vocação para outra coisa, não sei. É também uma forma de enriquecer e tornar menos difícil a vida das pessoas que vivem aí. É isso que eu penso.

Vai ser novidade porque eu sou conhecido como um grande defensor da unidade do distrito, embora já tenha escrito um texto aqui há tempos no jornal, de certo modo de acordo como o Presidente da CCDRLVT, que é meu amigo e uma pessoa bastante interessante, o professor Fonseca Ferreira, na área do planeamento, conhecedor, consciente, porque se estudou a hipótese quando estava na lei, de criar, de fomentar o distrito do Oeste, eu quando escrevi foi em sintonia com ele, mas para não ser ele a escrever.

O distrito do Oeste acabava por ser um distrito tipo o da Alta Estremadura e integraria Rio Maior (Santarém), Alenquer, Cadaval, Arruda, Torres Vedras, e pelo menos até Mafra, depois integraria o Bombarral, Peniche, Óbidos, Caldas, e emergia um distrito coeso, com alguma relação, no fundo aquela região tem uma cultura própria, que não tem nada a ver com isto aqui. É uma cultura predominantemente agrária, com base na terra e no turismo e indústria tem muito pouca, nós aqui somos uma zona que, entre Pombal, Marinha e Alcobaça, Alcobaça tem a maior fábrica do distrito em termos de mão de obra intensiva que é a SPAL, unidade que emprega mais gente e depois temos a Marinha que tem muitas, onde temos várias zonas industriais numa espécie de *cluster* industrial, este é um distrito industrial, também já se fala nos chamados distritos industriais. O prof. Augusto Mateus refere-se a isto como o distrito de Leiria, mas o distrito para ele é esta zona da AMAE porque é o distrito do ponto de vista industrial, porque a partir de Alcobaça não se pode falar mais em indústria. A sua realidade industrial é completamente diferente, mas ela é homogénea quando se chega a Torres Vedras com as praias, é homogénea também até cerca de Rio Maior com a agricultura, Cadaval. Eles próprios podiam constituir uma unidade. Enquanto isto continuar tudo dividido como está agora, o sentimento de pertença não existe, não é partilhado por estas unidades políticas existentes, são outras realidade e é pena que não se constituam estas realidades de proximidade como um município próprio, um município destas regiões. Ourém tem uma relação de proximidade e de pertença com Leiria, até porque a diocese influencia bastante.

Aliás o facto do turismo e da diocese coincidirem já com essa região, por isso é que isto é um caso sugestivo como diz o Prof. Jorge Gaspar, que esta região é um caso de estudo, onde já se têm feito algumas coisas. Ele diz assim: as pessoas vêm a Fátima,

depois querem passar uns dias mas não há nada que integre o turista. Podia ir a Alcobaça ... mas só vai a Fátima e depois regressa a Lisboa porque não há nenhuma entidade forte. Para haver regiões tinha que haver uma entidade supra-municipal, em que o turismo seria uma das variáveis dessa entidade supra-municipal e não propriamente solto, por isso é que não faz nada. Só tem verba para pagar ao pessoal que lá está, aquilo só existe para pagar às pessoas que lá estão. Aos políticos que lá estão. Acho que gastam 70% do orçamento em ordenados, portanto...depois faz estas tasquinhas e coisas sem interesse nenhum, onde a Região de Turismo até devia ter vergonha de se envolver, porque é que a Região de Turismo se há-de meter nas tasquinhas aqui de Leiria? A câmara de Leiria por si apoiaria, não lhes custava nada, é uma actividade menor de uma região de turismo. O turismo seria uma variável, como a cultural, o património, mas tinha que haver essa entidade, com outra dimensão. Há uma quantidade de instrumentos que poderiam tornar esta região numa região coesa, até podemos juntar eventualmente Tomar, os templários, porque nós temos cá na região três dos elementos património mundial. Estão aqui na região, depois há a Torre de Belém e o Mosteiro dos Jerónimos para além da Batalha, de Alcobaça e de Tomar. Tomar está a 30 ou 40 km daqui não é? Alcobaça está a 25/30 e Batalha a 10. Depois temos Fátima, polarizador de muitos turistas que venham cá e que vêm a Fátima por causa da Fé mas depois despertam para os aspectos mais lúdicos. Não há uma entidade que diga bem...

No fundo falta, se calhar, uma identidade cultural regional, falta o ensino, não faz sentido, o concelho da Marinha começa a cinco quilómetros de Leiria, saímos daqui, caminhamos para a Marinha, a sete quilómetros é a Marinha, depois se vamos para Pombal, a cinco quilómetros já é Pombal, para a batalha são mais cinco e já estamos noutra concelho. Só para o lado de Ourém é que podemos caminhar mais, até Fátima, Fátima já é concelho de Ourém e são 15 km. Os concelhos não possuem dimensão apropriada, são micro. Era necessário um grande concelho que seria este, que teria cerca de 400 ou 500.000 habitantes, digamos que tinha uma densidade populacional gerível, com as sinergias e massa crítica.

Entrevista 10
José Travaços dos Santos
05-04-2006
12.00 – 17.15 Horas

Na quarta-feira, dia 05 de Abril de 2006, pelas 17 horas, dirigi-me à Batalha, onde escutei as opiniões do Sr. Travaços dos Santos acerca de algumas questões relacionadas com as representações de Leiria e sua região. A entrevista consistiu numa série de questões abertas sobre as territorialidades de Leiria e seu património, tendo demorado cerca de uma hora.

Transcrição da entrevista:

JTS: Quanto a mim o monumento que domina na Batalha é o mosteiro de Santa Maria da Vitória. Deu origem a tudo, sem a construção deste mosteiro não teria havido uma vila como há hoje. É possível até que isto viesse a ser habitado ou não, mas não teríamos a vila com estas características. Eu acho que o mosteiro teve muita influência sobretudo no aspecto da educação, teve uma função pedagógica nas pessoas. De uma maneira geral as pessoas limitam-se a ver o mosteiro, mas é preciso olhá-lo, pois não basta estar a ver só. As pessoas encaram assim também as suas sensibilidades, eu tenho a impressão que houve artistas formados aqui na Batalha e que sobre eles exerceu essa função pedagógica o mosteiro, habituou-os ao belo. Para mim essa é a principal função do mosteiro, pedagógica. A Estremadura para mim é uma província especial, é pena hoje ser muito pouco referida, repare que na zona central e na mais estremenha de todas chama-lhe Oeste, parece que têm vergonha do nome Estremadura. A Estremadura histórica ia do paralelo 40 até um pouco ao sul do Tejo, até Setúbal, dantes a Estremadura ia até ao Douro, mas há medida que se foi avançando foi-se chamando Estremadura a estas novas terras, talvez relacionado com a extrema dura, a fronteira onde se combatia onde se lutava, mas a Estremadura quanto a mim tem os principais monumentos portugueses, os mais expressivos sob o ponto de vista artístico, histórico e até religioso, também é o caso do mosteiro da Batalha, de Alcobaça e dos Jerónimos, e mesmo do de Tomar, porque como sabe o Ribatejo também era Estremadura. Temos, de facto, os principais monumentos do país e os mais expressivos, isto quanto a elementos desse género, depois eu não sei até que ponto a construção deste mosteiro influenciou a construção civil, tenho a impressão que não teve aí muita influência. No caso da Batalha empregaram-se os mesmos materiais mas é porque eles aqui existem, na região, como é o caso do calcário que teve um emprego abundante na região e foi empregue em muita

coisa. Por exemplo todas as casas de uma maneira geral nas paddeiras e ombreiras das janelas, nas portas, nos rebates, eram de calcário e além das varandas alpendoradas, tinham também colunas em calcário, mas foi utilizado também em muitas outras coisas muito curiosas, na própria vida agrícola e domestica como as salgadeiras para a carne de porco, que eram muito utilizadas, como também em pias de azeite, além das talhas de barro, o calcário teve uma utilização muito vasta. Tem uma utilização muito vasta e ainda hoje quando se pretende fazer casas com características regionais utiliza-se o calcário, e não há duvida nenhuma que, empregando-se o calcário nas janelas e nas portas, dão logo uma grande beleza às casas não é? Ganham uma certa nobreza, o calcário era a matéria prima abundante da região e daí toca a empregá-la e não é só aí, porque na própria construção da pedra rocha de calcária metida na construção das casas com cal, como é o caso da minha casa. No caso da Batalha, o mosteiro “abafou” tudo à sua volta, repare, existe aqui uma igreja, a Igreja Matriz que se estivesse numa povoação onde não houvesse um monumento como este, era um monumento muito importante. A Igreja Matriz tem características muito belas e uma certa monumentalidade, mas aqui está abafada pelo mosteiro e tudo em volta, praticamente qualquer outro monumento desapareceu em volta do mosteiro exactamente por causa da sombra, da grandiosidade e da beleza do mosteiro. Nada chega aos calcanhares do mosteiro, por exemplo eu quando vou ver uma igreja gótica ou uma catedral gótica pela Europa fora, logo tenho como termo de comparação o mosteiro e acho-as sempre menos belas do que o mosteiro. É um bocado também de bairrismo possivelmente, mas o que é verdade é que tenho essa sensação quando entro nas catedrais de Colónia, de Sevilha ou de Voclav na Polónia, ou noutra qualquer, ou na de Berna, Bruges, etc., comparo e acho as outras sempre inferiores.

O mosteiro da Batalha é um monumento sobretudo nacional, porque representa muito mais do que a região, o Mosteiro da Batalha é até universal, representa mais do que a região. É curioso que caminhando para trás, para a época da ocupação moura e essa quanto a mim, sob o ponto de vista cultural foi uma das mais importantes, hoje estão completamente esquecidos todos os grandes poetas hispano-árabes e acho que deveriam ser dados pelo menos nas universidades. O Ibn Amar, o ... etc., todos aqueles grandes poetas que andaram por cá nos séculos IX, X, XI e XII e XIII, no sul de Portugal, em Lisboa e em Santarém, no Algarve. Para além dessa influência que se reflectiu na poesia medieval, observa-se sobretudo na nossa arquitectura. As nossas casas são casas do sul, mediterrânicas, de influência mourisca, os telhados são pouco

inclinados, as paredes brancas, e aquela barra azul ou ocre nas paredes mas o próprio mosteiro quanto a mim tem uma influência mourisca muito grande e nós vemos no pórtico das capelas imperfeitas, para mim aquele é um pórtico mudéjar, quando possivelmente o Fernandes, possivelmente, não há certeza absoluta, foi ele que fez o pórtico mas tudo se inclina para ele, como sabe é Huguet que começa as capelas imperfeitas a pedido do rei D Duarte, mas Huguet morre um ano depois em 1437 e o rei morre em 1438. Já nos finais do século XV surge o manuelino possivelmente por influência de Mateus Fernandes que para mim é o pai do manuelino, o que é verdade é que este pórtico da batalha reflecte sobretudo a arte mourisca, é um pórtico mudéjar, é no formato e na estrutura do arco e depois na disposição do mote do rei D. Duarte, em que aquela disposição faz lembrar versículos do alcorão postos ao longo de paredes. Para mim continuava a existir uma influência cultural árabe muito importante entre nós, além disso muitos mestres foram trabalhar, depois da conquista de Ceuta, para o norte de África, Boitaca, está confirmado, esteve lá e foi armado cavaleiro pelo trabalho que desempenhou no norte de África, foi em 1511 ou 1509, armado cavaleiro, é um homem do manuelino, ele é genro do Mateus Fernandes, é um homem que continua depois do Mateus Fernandes, e é muito natural, ele não era português, mas provavelmente francês do sul ou italiano aliás este Boitaca como Huguet poderia ser catalão, mas o Boitaca era um homem mediterrânico que se deixa influenciar por esse mar mediterrânico, ele estando em África de certeza que deve ter sido influenciado pelas construções mouriscas que via lá. O Mateus Fernandes não se sabe se esteve lá porque em 1480, ainda era vivo D. Afonso V, ele corre daqui com o Mateus Fernandes que não considerava à altura da obra, e substitui-o por João Rodrigues, mas em 1490 o Mateus Fernandes torna a aparecer na Batalha, será o mesmo? Será outro? Como sabe naquela época havia muitos nomes repetidos, como sabe o Mateus Fernandes tinha um filho com o mesmo nome! Seria o mesmo Mateus Fernandes ou seria outro? Era uma coisa assim estranha, como é que o Mateus Fernandes fez o que fez, uma obra tão importante e D. Afonso V desconsiderou-o, se é o mesmo. Também há outra hipótese que eu ponho D. Afonso V não era um homem aberto como o D João II. O Mateus Fernandes poderia ter vindo com propostas de inovação de arquitectura e o rei poderia não ter gostado. Era o gótico, era o gótico que ele seguia, e ele possivelmente já imaginaria o manuelino, e D. João II tê-lo ia aceitado, pode ser isso não é? O que é certo é que quando ele dirige a obra desde 1490 até 1515, 25 anos, é muito tempo à frente de uma obra. Aliás o Huguet esteve 36 anos à frente da obra, que naquele tempo era uma coisa extraordinária, já

deviam ser pessoas com uma idade um pouco avançada. Mas o Mateus Fernandes põe-se esta dúvida, seria o mesmo ou seria outro? Se foi o mesmo, ou se era outro, antes de 1490 onde é que ele andava? Nós sabemos que ele esteve na Madeira, mas já depois de estar aqui a dirigir as obras, foi para a Madeira, mas antes, ele não cai do céu em 1490, para ser nomeado pelo rei D João II mestre de obras, era um homem já habilitado e com uma prática muito grande, com um exercício como mestre muito grande. Portanto ele teria estado no norte de África? E aí explicaria mais uma vez a influência da arte mourisca no pórtico das capelas imperfeitas que é um mudéjar. Repare que aquilo não tem nada a ver com os descobrimentos nem com qualquer coisa marítima, é um pórtico nitidamente mourisco.

É o pórtico de acesso às capelas imperfeitas. Um pórtico esplendoroso em que eu às vezes acompanhava lá estrangeiros que ficavam de boca aberta. Também aí houve influência da arte mourisca, uma influência muito forte no povo, até na nossa fala nós quando dizemos o oxalá, isso é árabe. Mas houve uma influência muito grande na nossa arquitectura, eu tenho a impressão que a nossa arquitectura tem muita coisa de influência árabe, o tipo de construção, a maneira como se construía, depois o povo inconscientemente foi continuando, foi transmitindo isso tudo, mas aquela construção, aliás são mediterrânicas.

Quanto à relação das pessoas com o monumento, tenho a impressão de que as pessoas estão muito de costas voltadas para o monumento, ou por não se aperceberem do grande significado deste monumento, que não é só uma obra de arte da arquitectura, é também um santuário mariano, dos mais sumptuosos que há no país. Como dizia o Afonso Lopes Vieira “onde mais pátria há”, quer dizer tudo, que estão ali as figuras mais expressivas, mais significativas da história de Portugal, e ao mesmo tempo está ali gravado um monumento primeiro à liberdade do povo português, e à sua independência, e depois aquela empresa extraordinária que são os descobrimentos, a grande figura dos Descobrimentos que é o Infante D. Henrique está aqui sepultado! A outra grande figura dos descobrimentos que é o D. Manuel II está, também, aqui sepultado. E é aqui que surge o manuelino que, por ter uma relação com os descobrimentos, é aqui que esse estilo dá os primeiros passos. É o primeiro monumento, as pessoas não se apercebem desse significado, tenho a impressão disso. Depois dá-me a impressão que impera um pouco isto: o mosteiro interessa se ele servir para governar a vida, se não servir, se para mim e não digo directamente, mas indirectamente, porque estou à sombra do mosteiro e posso vender coisas aos visitantes, tem interesse, se daí não houver lucro nenhum não

tem interesse. Tenho a impressão que impera um pouco isto, mas hoje mais do que nunca era necessário que todos se interessassem na própria defesa do monumento, pois é um monumento que não tem vigilância de espécie nenhuma. Durante o dia os guardas de serviço, mas fecham-se as portas e não há uma vigilância policial. Eu vi que até Versalhes nos anos 80 tinham vigilância policial. Naqueles jardins por ali abaixo estava lá sempre polícia, eu quando fui lá com o rancho Rosas do Lena, vinham uns mais atrás, outros mais à frente e eu vejo um grupo de rapazes subir a uma estátua e pensei queres ver que são dos nossos, ou seja todos muito atinados e acelerei o passo e fui-me aproximando, então vinha à distância e já lá estava a policia a mandá-los sair de lá, afinal eram uns jovens de uma escola, eram italianos, aqui não surge um polícia a proteger um monumento como este, e hoje que há tanta tendência para estragar para degradar, às vezes com actos que não têm justificação. Repare, aqui temos a estátua ao Mouzinho de Albuquerque, pois ainda há pouco tempo arrancaram as espadas de bronze que lá estão, que a escola prática de cavalaria todos os anos lá vêm pôr, arrancaram e deitaram para um canteiro. No mosteiro também já houve muitos desacatos, ainda não se lembraram de escrever nas paredes, se pintam aquilo estragam o monumento, como aquilo é calcário nunca mais sai, mas há outros desacatos que eu tenho reparado. Ainda na semana passada eu estava lá com alunos de uma escola, perfeitamente atinados, educados, enfim também eram mais novinhos, até que houve uma outra escola de Lisboa, com matulões de 16/17 anos de maneira que entram de barrete, de chapéu na cabeça, com auscultadores, nem estão a ouvir nada, eu até lhes chamei a atenção. Nós quando entramos na casa de alguém, é um acto simbólico, mas demonstrando respeito pelo dono da casa, tiramos o chapéu, vocês estão dentro de uma Igreja e estão dentro de um monumento nacional, eles lá tiraram o chapéu, mas daí a bocado, estávamos no exterior, e aparece um comerciante aqui a correr a dizer que lhe tinham roubado uma peça lá da loja. Entretanto vem a professora por água na fervura, aí ele fez isso foi por brincadeira, mas prejudicar as outras pessoas não é uma brincadeira. Eu disse-lhe mais, acho que não vale a pena virem aqui com gente assim! Ou as pessoas têm sensibilidade e vêm com a mente aberta a aprender aqui coisas ou então com essa falta de sensibilidade e falta de educação, eles entraram e saíram e não viram nada. Hoje nota-se um bocado essa falta de respeito e a falta de atenção porque não querem saber o que é que está lá e enfim. O mosteiro para além desse significado encerra coisas muito curiosas, por exemplo no pórtico da entrada, temos ali uma colecção de instrumentos musicais do século XV, para as pessoas que estudam a música aquilo é um encanto! A

viola de mola, a viola de arco, o saltério ou o órgão, ou a charabela, está lá tudo. E outras coisas: estão lá reproduzidos os trabalhos de Hércules, pelo menos dois deles são de certeza trabalhos de Hércules. O professor Saul António Gomes, por outro lado, inclina-se para que talvez não seja trabalho de Hércules. Um será o Hércules e o Touro de Minos, outro Hércules e o Leão de Nomeia, e outro, Hércules e Hemeteu. Provavelmente são três dos trabalhos de Hércules, o outro talvez, o que é Hércules e o Leão de Nomeia, o professor Saul inclina-se para o Milão de Brotona. Mas eu tenho a impressão que a sequência deve ser dos trabalhos de Hércules, e tanta coisa que aquele mosteiro tem para se ver, mas o que é mais triste, é que a própria população local, parece-me a mim, e pelas conversas que eu tenho, está muito desligada do mosteiro. Inclusivamente, o senhor pode descobrir aqui gente que nunca entrou, quer dizer entrou na Igreja para actos religiosos, mas não entra no resto do monumento, não lê o monumento, tanto mais que hoje a entrada é paga. Digo-lhe uma coisa, eu sei que é preciso ir buscar dinheiro a algum lado, e hoje o dinheiro pesa em tudo, mas não concordo com entradas pagas nestes monumentos. Acho que o Estado devia aguentar esta despesa, os monumentos não é para dar dinheiro, é para neles se gastar dinheiro. Bem sei que assim também se evita um bocado entrar-se por ali de qualquer maneira mas continuam a entrar, até porque as escolas têm entrada livre, hoje não havendo uma educação para a sensibilidade, uma educação histórica, eu tenho ido ali com alunos que eu vejo-me aflito para fazê-los compreender quem são aquelas figuras, tentar colocá-los no tempo.

Eu quando aprendi na escola primária, nem foi preciso o liceu, fui ensinado no ensino cronológico da História, o que é verdade é que nós ficamos a saber a História para sempre, não foi preciso o liceu nem o resto. A escola habilitou-me a saber situar uma figura no seu tempo e naquele espaço e saber situá-la. Eles não sabem, não fazem a mínima ideia, aprendem a história aos soluços e está tudo partido, tem de haver uma sequência como na vida há uma sequência, a gente não pode partir a vida em bocadinhos, é uma sequência, umas coisas são causas das outras, outras são consequências e a história é isso, eu vejo-me aflito, eles continuam a entrar ali, mas quanto a mim, em monumentos como este perdeu-se já o significado histórico e religioso, apenas a vertente artística é que eles ainda vão apreciar, mas a histórica e religiosa, perderam-na completamente.

Entrevistador: E o mosteiro, sob o ponto de vista identificativo. Servirá ele para as pessoas se identificarem entre si, e com a ideia de região?

JTS: Sim, exactamente, aliás até uma coisa, já agora que falamos nisso, tive vários amigos do Minho, um era de Vila Verde, outro era de Ponte de Lima, e quando lhes perguntavam de onde eram, diziam-me que eram de Braga, não diziam que eram de Ponte de Lima ou de Vila Verde. Sou de Braga, aqui não, aqui repare, quem é da Batalha diz que é da Batalha e não de Leiria, ou de Alcobaça, diz que é de Alcobaça, Leiria é a capital desta região e com pergaminhos para o continuar a ser, capital desta região que é a Alta Estremadura, bom termo, que não é tão recente quanto isso, já Alexandre Herculano, no século XIX, o empregava para designar esta região que era a Alta Estremadura.

A Alta Estremadura vai sensivelmente de Pombal até às Caldas, embora as Caldas já não se queiram identificar com ela. As Caldas meteram-se no Oeste e Alcobaça também, mas o Oeste não é nada! O Oeste é um ponto geográfico, não tem nada, não tem o nome histórico que tem a Estremadura, os espanhóis não abdicam da Estremadura deles não é? Onde está Cáceres, Trujillo, Badajós, Mérida. Eles têm aquilo repartido entre Cáceres, creio eu, e Badajós. Mérida não sei, mas acho que em Mérida também há qualquer coisa. Quando nesta região o vale começou a ser habitado com a construção do mosteiro, embora a região seja milenarmente habitada não é, embora esse período não deva ter deixado influência nenhuma, a não ser a influência geral que há em todo o país, foi a ocupação romana. Entre a ocupação romana e a reconquista, portanto quando D Afonso Henriques manda construir a primeira fortaleza que é hoje o Castelo de Leiria, houve ali um lapso em que não sei o que é que se passou nesta região, com a vinda dos bárbaros a reconquista de Colipo, a destruição de Colipo e depois a ocupação árabe que não se faz muito intensivamente nesta região. Não há assim núcleos árabes muito, não sei, talvez em Porto de Mós, eles estiveram ali estabelecidos. Na altura o Castelo era pouco mais do que um ponto de vigia. Em Alcobaça não sei, em Óbidos não se nota muito a ocupação árabe, portanto há aqui um espaço que se perde, dá a impressão que depois são populações do norte que tinham fugido, antes, para o norte, depois da conquista árabe, e que depois da reconquista voltam às terras que tinham deixado há 400 anos.

O erro, muito grande, no contexto da organização provincial, foi a invenção da Beira Litoral, em que esta região nunca tinha sido beirã em nada, desde o principio da nacionalidade nunca ninguém a denominou de Beira, mas sim da Estremadura. A comarca da Estremadura, as comarcas que tiveram sede em Óbidos e Leiria, estas comarcas estremenhas e em 1936 há aqui um decreto, que é o que eu digo muitas vezes,

eu na noite de 31 de Dezembro de 1935 nasci na Estremadura e no dia 01 de Janeiro de 1936 acordei na Beira Litoral. Isto para mim é um perfeito disparate, como deve calcular devia-se ter mantido a Estremadura histórica, mesmo que ela não cumprisse função administrativa. Com ou sem função administrativa, ela começava sensivelmente no concelho de Pombal, podemos dizer que abaixo do paralelo 40, não é o paralelo que passa no Lourçal. O paralelo mediterrânico mais evidente que nos passa ao norte, atravessa-nos aqui a 30 km ao norte, divide a Espanha ao meio, depois corta a Sardenha, corta o sul da Itália, nós estamos mesmo ao sul, depois o norte da Grécia, e o norte da Turquia, atravessa grande parte do mediterrânico e vai até Setúbal. Até Setúbal era tudo a Estremadura. A partir de 1936 os concelhos de Leiria e da Batalha, repare a Marinha Grande, um pouco mais ao norte da Batalha continua a fazer parte da Estremadura, Leiria e a Batalha são retiradas à Estremadura, simplesmente, por vontade das pessoas voltámos à Estremadura, criou-se a Associação de Municípios da Alta Estremadura que viria a dar origem à Área Metropolitana de Leiria, retomou-se por vontade popular voltar à sua província. Isto não tem importância, nem terá grandes efeitos, mas é preciso ter respeito pela história e ver o abuso que foi cometido, ninguém perguntou à população se queria ir para a Beira Litoral, ou se queria ser estremenha! E na altura houve uma grande reacção, do Dr. Afonso Lopes Vieira, do Dr. Américo, houve uma grande reacção, há até um documento que foi enviado na altura, uma reclamação do povo daqui, assinado por estas figuras mais importantes a reclamar contra isso e a pedir para que se continuasse na Estremadura, e não passar para a Beira Litoral inventada. Os beirões são pessoas extraordinárias, eu tenho muito amigo na beira, mas eu sou estremenho, não sou beirão, aliás a nossa etnografia prova-o comprova isso perfeitamente, é uma etnografia que não tem nada a ver com a das Beiras, aliás, o próprio Pedro Homem de Melo faz essa distinção e diz ele que em Pombal há uma fronteira. De Pombal para o sul começa o sul etnográfico, e viram-se as costas aos campos do Mondego, vira-se as costas a todo o norte, a maneira de dançar é diferente, a maneira de trajar é diferente, é outra região etnográfica e é verdade, a partir de sensivelmente o paralelo 40.

Entrevistador: Na sequência do que afirmou, a obra de Afonso Lopes Vieira, Onde a Terra se acaba e o mar começa, publicado em 1940, demonstra a não existência de uma única referência à Beira Litoral, mas antes à Estremadura!

JTS: Em 1940 faz uma conferência subordinada ao “Passeio nas minhas terras da Estremadura”, na casa do distrito de Leiria em Lisboa, em que 4 anos depois ele

continua a falar na Estremadura mas houve um movimento grande em Leiria nesse sentido, de se continuar a ser terra estremenha.

Entrevistador: Nos anos 50 do século XX as províncias viriam a ser extintas de novo...

JTS: Sim, mesmo na província, na altura, havia uma junta provincial mas não tinha um grande efeito político, ao contrário do social e cultural. Não tinha, no entanto, qualquer efeito administrativo! Essas juntas de província não tinham qualquer importância, aliás na junta de província de Coimbra quem estava à frente era o Dr. Bissaya Barreto, mas isto hoje pode ter uma certa importância com a questão da regionalização, com a qual eu não concordo absolutamente nada porque acho que isto não vem adiantar nada. Acho que se deve dar é poder aos municípios que é a grande estrutura da divisão administrativa portuguesa e a sua principal instituição, como sabe, nem as freguesias existiam, porque as freguesias foram criadas no século XIX, até aí eram as paróquias, mas a unidade principal é o município. Agora, as Associações de Municípios, isso são muito importantes porque é por vontade das pessoas. Eu tenho a impressão que em Lisboa continuam a não perceber, a não compreender a Democracia, ao quererem impor coisas a partir de Lisboa. Lembraram-se das regiões e querem impô-las à força, não têm nada que impor, as pessoas se quiserem juntar os seus municípios que o façam, isso é que é Democracia, não é o Terreiro do Paço decretar “a partir de agora há cinco regiões no país” e corta isto à régua e ao esquadro e está feito, o que é totalmente anti democrático. E depois é um disparate porque vai-se criar o seguinte: Porque é que Leiria há-de ficar subordinada a Coimbra? Porque é que nós, que somos da Batalha, podemos ter em Leiria alguns centros de decisão e alguns poderes, vamos tê-los a mais de 80 km de distância? Porque é que Leiria em vez de ir para Coimbra não vai para Lisboa? Ao menos quem está ao pé do fogo é que se aquece! Lá é a coisa principal. O melhor era estarem quietinhos e deixar, os municípios que façam. Hoje já há a Área Metropolitana de Leiria em que aderiram oito municípios, é deixá-los trabalhar e eles próprios vão criando uma espécie de regiões mas assim é que é. É o povo que vai fazendo a pouco e pouco, vai transformando os distritos porque os distritos na realidade, como sabem vêm do século XIX, também não correspondem muito às realidades administrativas, históricas etc., nós temos concelhos do norte do distrito de Leiria que já estão muito afastados de Leiria e se calhar algum mais a sul, se calhar os do sul até estão mais ligados a Leiria do que os do norte, ligados neste sentido, têm mais afinidades embora eles não queiram. Caldas e Alcobaça estão sempre a tentar separar-se

de Leiria e no entanto têm mais afinidade com Leiria do que os do norte, principalmente a partir de Pombal para cima.

Agora, tenho a impressão que houve um movimento natural para reatar a nossa arquitectura, não para imitar o antigo mas para imitar o natural, ou para fazer o que é natural, a nossa construção não é assim porque foi sempre assim, é porque o clima da região o exige porque as casas são mais bonitas mais confortáveis assim do que como agora fazem aquela casa chamada “casa do emigrante” com telhados inclinados, que para regiões onde não há neve... vi neve nesta região duas vezes na minha vida, no outro dia, não há neve e por isso não há razão para telhados inclinados. E mais com telhados pretos que no Verão absorvem muito mais o calor, portanto há muito mais lógica nas construções históricas, tradicionais, porque estão adaptadas ao clima não é? As próprias paredes brancas que aliás, numa paisagem, extremamente colorida quebra um bocado essa monotonia das cores. O branco quebra e até se torna mais agradável depois nas cores. Eu tenho a impressão que se começaram a fazer algumas construções de novo com as suas varandas alpendoradas como esta que está aqui e que tinham uma função social muito importante. A varanda não era só por ser uma coisa bonita, é que normalmente estavam viradas ao sul ou oeste, mas a maior parte era a sul, e eram locais de grande convívio da casa, não nesta casa, não nasci nesta nasci numa que foi demolida, num largo junto ao mosteiro, e a casa dos meus avós ao lado tinha uma grande varanda, onde de Inverno as pessoas se reuniam ao sol, onde se recebiam visitas, onde se almoçava, e no verão se jantava porque era um sítio mais fresco, portanto era um sítio, um local extremamente utilizado. Portanto, já há aí casas com varanda para o sul a exercer essa função de uma divisão importante da casa. Aí se passava parte da vida, onde as pessoas arejavam, tomavam sol, ar fresco, onde almoçavam e jantavam, onde recebiam visitas, onde estavam. Era essa varanda que é muito nossa, acho que em algumas casas retomou essa sua função. O emprego dos calcários voltou também, mas mais por uma questão estética, realmente uma casa que não tenha esses calcários nas portas e nas janelas, torna-se seca, árida, e depois esse calcário, dão logo outras vistas, um calcário trabalhado ainda mais bonito é. Se tiver as janelas trabalhadas ou outras coisas já fica caro hoje porque um trabalho de canteiro é muito caro. Hoje já vejo aparecer de novo outras casas de influência alemã, francesa etc. que é um disparate Outra coisa que tenho visto, é a arquitectura moderna que deve ter um espaço e não destruir a arquitectura tradicional e ir-lhe ocupar o seu espaço. Ela tem o seu espaço, devem-se respeitar umas às outras, o que é moderno é moderno, agora têm que se fazer

coisas novas, os arquitectos têm que criar coisas novas. Agora por exemplo, o que aconteceu aqui na Praça Mouzinho de Albuquerque, esta praça que há aqui junto ao mosteiro, havia lá uma casa que não tinha assim grande beleza, mas possuía certas características e estava integrada num espaço do século XIX que agora não é nada. Está absolutamente desintegrada ali e isso é que não deve acontecer. Há um espaço para a construção da arquitectura nova e esse espaço, deve-se preservar a arquitectura histórica ou tradicional.

Entrevistador: Na sua perspectiva então não há razão de se falar em duas regiões de Leiria e Oeste?

JTS: Eu acho que não, isto é tudo Estremadura e as pessoas deveriam sentir-se honradas por pertencerem à Estremadura não é? E de Pombal até Setúbal deve chamar-se só de Estremadura, agora que se chame de Alta Estremadura a que está mais a norte, Estremadura central, ou Transtagana a que está abaixo do Tejo, ou chame ali aquela zona de Caldas Estremadura central, ou centro da Estremadura ou coisa assim, agora não concordo nada com Oeste. Desde o Minho até à ponta de Sagres não é tudo Oeste? É a parte Oeste de Portugal...

É tudo Oeste, eu não concordo nada com este nome Oeste, acho que é Estremadura. É sob o ponto de vista etnográfico a Estremadura saloia, e isto não tem nada de depreciativo, era uma zona etnográfica muito importante. O saloio era o mouro que se converteu ao cristianismo e que ficou nos arredores de Lisboa, de Sintra, era o agricultor, o homem que trabalhava os campos, era o saloio, hoje é que é um termo depreciativo, mas até há 25 anos chamava-se mesmo saloio e o nome nem tem nada de depreciativo. Era uma designação de muita importância naquela região.

Eu acho que aqui identificamo-nos mais com Lisboa, não tanto com Setúbal, mas com Lisboa mais do que com Coimbra, a verdade é esta. Coimbra nunca teve, mesmo sob o ponto de vista religioso, como sabe esta região, quando D. Afonso Henriques conquistou, nunca entregou ao Bispo de Coimbra, sob o ponto de vista religioso foi para os frades de Santa Cruz de Coimbra, em que o prior mor de Santa Cruz de Coimbra era o bispo desta região. Nunca pertenceu à diocese de Coimbra. Mesmo Leiria só pertenceu à diocese de Coimbra quando no século XIX foi extinta a diocese de Leiria, mas é curioso porque a Batalha passa para a diocese de Lisboa. Nessa altura, nesses anos de 1880 a 1916/ 17, creio eu, até à restauração da diocese de Leiria, as paróquias do que forma hoje o concelho da Batalha passaram para o patriarcado de Lisboa.

Leiria, na realidade passou para Coimbra, mas anteriormente até 1545, quando é criada a diocese de Leiria, esta cidade nunca pertenceu à diocese de Coimbra, pertenceu sim aos frades de Sta. Cruz de Coimbra. Ao prior mor de Sta. Cruz de Coimbra, que também foi bispo da Guarda, que criou a paróquia da Batalha em 1512, apartando-a de Sto. Estêvão de Leiria. Houve ali várias paróquias criadas na altura por esse prior mor de Sta. Cruz de Coimbra. Foi a da Batalha, a da Maceira, mais tarde, a do Reguengo do Fetal, em 24 de Junho de 1512, a de 14 de Setembro de 1512 e a da Batalha é apartada de Sto. Estêvão de Leiria, a de Reguengo de S. Martinho de Leiria. Mas quanto a mim, acho que toda esta região é a da Estremadura e quanto a divisões novas acho um disparate, quer dizer primeiro a haver regiões, se quiserem inventar regiões deixam o povo então constituir naturalmente, deixem as câmaras juntarem-se como acontece, já existe a Área Metropolitana de Leiria que eram seis concelhos e agora parece que já são oito. Sei que são a Batalha, a Marinha Grande, Leiria, não sei se Ourém, Pombal é, não sei se Ourém também está integrado que é curioso. Ourém pertence ao distrito de Santarém, mas foi sempre muito pouco de Santarém, esteve sempre ligado a Leiria. Em tudo, na comissão regional de Turismo, Ourém pertence à Região de Turismo Leiria/Fátima, no folclore o Conselho Técnico distrital da Federação do folclore do distrito abrange também Ourém, portanto há sempre Ourém metido nestas coisas.

Entrevista 11
Orlando Cardoso
Historiador
04-04-2006
12.15 – 14.00 Horas

No dia 04 de Abril de 2006, pelas 12 horas, tive uma conversa com o professor Orlando Cardoso, que consistiu numa série de questões abertas sobre a região de Leiria, tendo demorado cerca de duas horas. Nesta pude observar as suas opiniões acerca do papel do património na construção da região de Leiria bem como as suas territorialidades.

Transcrição da entrevista:

A charola de Tomar, o mosteiro de Alcobaça, a nave do mosteiro de Alcobaça, a Batalha e o palácio de Mafra funcionam como os grandes monumentos portugueses. O gótico, o manuelino e o barroco constituem os grandes monumentos portugueses. José Augusto refere isso, salvo erro, no seu livro sobre Tomar, naquela colecção da Presença, é assim uma coisa avulsa, assim pelo meio do Tejo, de Tomar ele fala assim, é assim uma coisa da espécie do Vale de Azur. Quem viu isto não precisa de ver mais nada da história da arte portuguesa, para compreender a história da arte portuguesa. José Augusto é o grande homem da história da arte portuguesa. É de Tomar, nasceu em Tomar, é um homem que deve estar agora com os seus setenta e muitos anos, já está reformado, fez o doutoramento em França e viveu alguns anos em França, em todo o lado tem prestígio. Foi durante muitos anos o director do colóquio Artes, quando existia, que agora penso que já não sai esse colóquio Letras. Era o grande crítico da arte portuguesa, principalmente sobre a história da arte contemporânea, ele fez uma doação a Tomar, que está no museu municipal de Tomar, era uma doação de cento e tal obras do surrealismo português, da pintura contemporânea, a partir de Almada (Negreiros) até aos nossos dias, coisas que ele tinha particulares, ele ofereceu a Tomar.

Ele publicou um livro na Presença naquela colecção das cidades portuguesas, não sei se conhece, de capa negra, sobre Leiria, da Lucília Verdelho da Costa, e estou-lhe a falar só de História da Arte, não sei se isso lhe interessa, este homem fez esse livro sobre Tomar, é um livro sobre visitas, como se visita uma cidade e este sobre Tomar é o dele. A Lucília fez um sobre Leiria, há um outro sobre Óbidos, outro sobre a Figueira da Foz, sobre o Porto, outro sobre Angra do Heroísmo. Essa colecção é da Presença, e penso que já acabou, é um livro que já deve ter para aí uns dez anos, comprei-o, por

acaso, o ano passado na feira do livro, em Lisboa, mas esta colecção ainda continua à venda.

Tem ainda outra obra de referência, talvez a fundamental, bastante importante, que é o Guia de Portugal, que foi dirigido por um homem cá da nossa região, que é das Caldas, o Raul Proença. Isto foi editado nos finais dos anos 20, aliás são oito volumes, que é absolutamente incontornável quando você fala de um roteiro qualquer e quer fazer qualquer coisa sobre uma determinada região, é incontornável. Como é que essa obra foi construída? São oito volumes que estão reeditados pela... lá na ESEL tem de certeza, na biblioteca, são de capa verde e começaram a ser editados, salvo erro em 1928, e tem colaboradores como o Raul Proença, que foi coordenador, o Jaime Cortesão, que é o que faz aqui sobre Leiria, o Afonso Lopes Vieira, homem do imaginário, nacionalista e de certo modo esotérico, que é o que faz o volume sobre a Batalha e Alcobaça. Veja o que é que ele vai fazer, e há ali uma saída do que está à vista para o que não está à vista, para além daquilo que nós vemos, isto é capaz de ser interessante para si também, quando muito no que diz respeito aqui à Estremadura, e é feito sobre Leiria, penso que é o Jaime Cortesão. Sobre a Batalha é o Afonso Lopes Vieira, estava editado pela Gulbenkian, nos anos 70 ou 80, houve uma reedição depois do 25 de Abril, que é o que está agora em circulação, aquilo já estava esgotadíssimo, aquilo já era qualquer coisa de antiquário, já não se conseguia de outra maneira senão através de antiquários. Na ESEL tem de certeza essa obra e se não a tiver, vai ao Arquivo, aquele de que falei primeiro, também encontra no Arquivo na altura sei que o requisitei, fala com o Acácio. Foi até na altura, penso que foi o Acácio que me falou neste texto, que eu desconhecia por completo, praticamente toda a gente desconhece esse texto sobre a regionalização.

Não conhece o guia de Portugal? O guia de Portugal é uma maneira de mostrar aos portugueses como é que é este país. Hoje todos nós temos uma facilidade de deslocação diferente de quando eles lançaram esta ideia, isto tem a ver com um período, ainda naquele tempo de transição e da afirmação do fascismo, nos anos 1934, em que o Raul Brandão era bibliotecário na Biblioteca Nacional e o Jaime Cortesão era director da Biblioteca Nacional, antes portanto de serem saneados. O Jaime Cortesão decidiu lançar o repto ao Raul Brandão, olhe lá não quer fazer isto assim e assim, que é uma coisa que não havia nada, havia uma ou outra coisa sobre monumentos e isto e aquilo, mas obra sistemática não havia nenhuma e não há nenhuma para além desta. Quer dizer, hoje encontramos outras com algumas coisas mais recentes, evidentemente com

investigações mais recentes, mas isso é natural, todas, conheço algumas. Por exemplo o livro dos locais que são património mundial, aquilo é tudo, quer dizer o eixo está no guia de Portugal que vai até às ilhas, portanto, de Portugal continental e as ilhas em que se fala sobre as viagens que eles fazem pelas regiões. Partem dum sítio até chegar ao fim, e dão informações que lhe interessam a si, de certeza, curiosíssimas, em que por exemplo para se deslocar de Leiria para a Figueira da Foz como é que se pode ir, apanha o comboio em Leiria, demora tanto tempo, para chegar à estação de Leiria pode alugar um dos dois ou três táxis de fulano de tal. Tem essas informações todas, que eram as informações que na altura existiam, em que se for a pé para a estação é uma porrada de quilómetros, antigamente havia camionetas para a estação, penso que ainda há, não sei, penso que isto está muito *abacalhado* nesse aspecto, as coisas funcionavam, estavam organizadas dentro das necessidades desse tempo e estes homens fazem as viagens ao país inteiro, indo nos mais diversos transportes possíveis desde o barco até ao comboio, às camionetas de carreira, a pé, pelo trajecto, pela estrada tal, pela estrada municipal não sei quantos, conte com tanto tempo para fazer este trajecto, e depois em Leiria. Faz uma volta sobre os monumentos de Leiria, tem sempre um bocadinho da história da região onde parte e depois vai por aí fora, tem aquilo dividido não é por províncias, mas é pelo, digamos, talvez as regiões, as unidades geográficas que se usavam na altura. Tem Entre Douro e Minho, tem o Douro Litoral, Trás os Montes e Alto Douro, depois tem as Beiras, Beira Alta e Beira Baixa, Beira Litoral, e depois vem por aí fora, a Estremadura, Ribatejo, Alentejo, e depois tem Madeira e Açores, portanto o livro, aquilo está muito bem organizado. É como lhe digo, não sei se para si lhe vai dar jeito, mas para quem se dedica a este tipo de coisas como eu gosto de fazer, sugestão de viagens, etc., aquilo é absolutamente indispensável, qualquer gajo que ainda hoje faz livros sobre viagens dentro do país é muito bom. É de facto uma obra excepcional, evidentemente que está datada, e estas informações que lhe estou a dizer sobre transportes e tudo é curioso para nós hoje, e até, também para recriar um pouco no seu caso como é que as pessoas se movimentavam, como é que meia dúzia de tipos que estão em Lisboa, fazem uma obra daquela envergadura, como é que foram aos locais, porque aquilo está altamente fotografado, embora as fotografias sejam reproduções daquela altura, mas você vê a Igreja de São Pedro e aquilo é a Igreja de São Pedro, o castelo também vê, arruinado não é, o castelo como estava na altura assim como Óbidos, como as Caldas da Rainha, as descrições que eles fazem das Caldas da Rainha, muito boas, feitas por Raul Proença que era das Caldas da Rainha. Em relação à Batalha e Alcobaça, o texto de Afonso

Lopes Vieira é muito, mesmo muitíssimo bom, a coisa mais conhecida que ele tem sobre a região é “Onde a terra se acaba e o mar começa”. Esse é, de facto, o livro de poemas em que ele fala mais, quer dizer, ele tem algumas referências aqui à região, é aquele em que fala mais aqui da região. Não se esqueça também que este homem vai recuperar um texto que tem um pouco a ver com a matéria da Bretanha, e vai fazer a edição portuguesa desse texto, que é um texto medieval português, não se sabe bem se é de Oliveira, de quem é, que é o Amadis de Gala. O Amadis, a história do Amadis, é contada pelo Afonso Lopes Vieira. O livro chama-se “O Livro de Amadis” e conta a história do Amadis de Gala, é uma personagem que também faz parte dos heróis da Távola Redonda mas é a versão portuguesa, é inspirada nos cavaleiros da Távola Redonda e é um romance do século XIII / XIV pensa-se que é do autor, poeta dos cancioneiros, e é um poema de João de Lobeira, em que ele diz isso logo lá na introdução. E é um livro que busca as origens do próprio país aliás como muitas das coisas do Afonso Lopes Vieira, são de um nacionalismo muito curioso porque Afonso Lopes Vieira era uma pessoa muito contraditória, foi anarquista durante o fascismo e foi monárquico durante a república, ele era conservador, mas normalmente estava no contra e, curiosamente, tem um livro que o arquivo também tem, foi lá que eu o li, um livro que foi proibido nos anos 30, já depois da subida de Salazar ao poder, que é as Éclogas de Agora, é uma das formas da poesia do século XVI, ele escreve isso à maneira de Rodrigues Lobo e é uma crítica muito violenta ao salazarismo

Ele faz isso salvo erro em 1936, mas ele vai buscar uma formula que já não é usual nos anos em que escreve, vai escrever à maneira do século XVI, e dá para você ver o tipo de personagem que o Afonso Lopes Vieira era, contraditória mas uma personagem especial. Tem havido reedições e há ali uma professora na ESEL que tem feito uma obra, a Cristina Nobre é uma das pessoas que mais sabe sobre o Afonso Lopes Vieira, ela sabe de certeza até por que conhece bem a correspondência dele. É um homem que estabelece correspondência desde muito cedo, ele vai morrer em 1948, com tipos como o Bernardino Machado, António Sérgio, como o visconde Farrogo, o conde Ficalho, mesmo ex-ministros do próprio rei D. Carlos, tinha amigos em todo o lado. A sua correspondência está toda arquivada na Biblioteca Municipal, penso que qualquer coisa sobre essa área. A Cristina Nobre pode ajudá-lo, não há ninguém que saiba tanto sobre o Afonso Lopes Vieira como ela, ela casou com o Afonso Lopes Vieira. Agora o século XIX leiriense é um século perturbador, é que não há grandes coisas, isto era uma aldeola, aldeia grande, de qualquer forma. O livro do Eça, o crime do padre Amaro,

recria-lhe o século XIX leiriense, se calhar devíamos ter começado por aí, como é que era a vida de Leiria na segunda metade do século XIX. Uma cidade que vivia à volta da Sé, portanto, o grupo dos padres, a presença onipotente dos padres, a corrupção dos próprios dirigentes do poder local, do governo civil, isso dá-lhe uma ideia muito curiosa sobre o século XIX. Penso que em relação à mentalidade da região, penso que aí encontra dados muito curiosos, embora sejam a vista perdida de um romance, estejam inseridos dentro da atmosfera do romance, mas dá-lhe uma ideia do que era a sociedade leiriense nesse tempo, fechada, com uma grande mão de ferro da própria igreja, embora já houvesse a revolução liberal, e o próprio clero de Leiria estivesse em descrédito, estava à beira da suspensão da própria diocese que vem a ser suspensa, se não me engano, em 1882. Em 1917 é restabelecida, curiosamente é o ano da Revolução Russa e o ano das Aparições, não se pode esquecer o facto de ser em simultâneo, por alguma razão é, se calhar é uma das curiosidades.

Entrevistador: Um dos grandes ícones da região é precisamente Fátima?

OC: Mas tem tudo a ver com isso, aliás o primeiro bispo de Leiria é o D. José, D. José Alves Correia de Silva, e era um homem descrente daquilo, portanto do que se teria passado em Fátima, esse homem vai aceitar algum tempo depois e vai ser o bispo de Fátima, curiosamente, ele manifesta por exemplo em 1918 ao Dr. Egas Moniz, 1º prémio Nobel e que está referido no livro de Tomás da Fonseca, a Cova dos Leões. A Cova dos Leões é um livro muito interessante dos anos 20 que ataca, digamos assim, as chamadas aparições, em que ele desmonta ou tenta desmontar aquilo. Publicou alguns livros sobre essa matéria. Na Cova dos Leões ele tenta demonstrar o vazio de Fátima, as bases em que aquilo assenta, portanto, criticando os jornais da época e as descrições que fizeram das próprias transcrições das entrevistas com os meninos que viram aquilo, enfim andou às voltas com isso defendendo que é tudo uma aldrabice pegada que é o que ele pretende demonstrar. Curiosamente o próprio Afonso Lopes Vieira vai ser o indivíduo que nos anos trinta e tal faz o hino de Fátima. Ele vai ser autor do Avé Maria, é engraçado.

Tomás da Fonseca que foi ministro da República, o filho dele foi um bom escritor que era o Braguilho da Fonseca, um autor teatral muito interessante dos anos 60 e 70, e o Tomás da Fonseca foi sempre um opositor ao regime, anticlerical como ex-seminarista. Pouco depois há um outro sujeito, que já nos anos 60 e princípios dos 70, faz também um livro muito curioso sobre Fátima, que é o João Ilharco de Coimbra, que é Fátima Desmascarada. Esse João Ilharco faz um livro muito curioso também de volta

aos discursos, aos discursos não, aos discursos oficiais como é evidente, das versões diferentes dos milagres, da primeira fase e depois a segunda fase, portanto aquilo é tudo reescrito. Toda a história de Fátima é reescrita pelo José Galamba, ele é o escritor de Fátima, portanto aquilo é uma primeira versão, que é tudo desconexo, que é aí que Tomás da Fonseca pega, pega por aí e este olhar que nos anos 60/70 vai pegar e depois há aquilo muito bem articulado, surge nos anos 30 muito bem articulado pelo conde José Galamba, que foi director da Voz do Domingo, jornal da Diocese. Até aos anos 30 é tudo aos saltos, também disse um homem muito interessante, ainda sobre a época das aparições que é o milagre segundo Salomé, que saiu o ano passado ou há dois anos, você se calhar viu o filme. Saiu o filme Salomé realizado por Mário Barroso, que é um romance que conta a história de uma moça que vem viver para a zona, e era originária dali da zona de Ourém e que tinha ido para Lisboa, onde tem encontros amorosos e tem uma vida assim um bocado complicada em termos sexuais e volta ali para passar uns dias com o sujeito com quem vive e nisto andava a passear quando vê uns garotos. A história que o José Rodrigues Miguéis conta é que estes miúdos foram, viram de facto, uma aparição, uma moça de cabelos compridos, vestida de azul, não sei quantos e que essa seria a Salomé. O José Rodrigues Miguéis que é outro escritor exilado, morreu no Brasil, escreveu portanto esse romance que foi adaptado ao cinema por Mário Barroso.

Esse filme saiu aí há uns dois anos e deu no ano passado na televisão, mas estava eu a dizer que o D. José Correia Alves da Silva, e quem conta é Tomás da Fonseca, na Cova dos Leões que o Egas Moniz lhe contou uma história em que tinha vindo uma vez de comboio do Porto para Lisboa, e veio no comboio com o D. José Correia Alves da Silva que tinha sido empossado há muito pouco tempo como bispo de Leiria e com o Egas Moniz, que tinham sido colegas de seminário, o D. José e o Egas Moniz. O Egas Moniz perguntou-lhe como é que era essa história das aparições em Fátima e o milagre ao que D. José respondeu afirmado que era aldrabice. Um ou dois anos depois ele aparece à frente da instauração daquilo, portanto, a partir daí ele é o bispo, ainda hoje é conhecido como o bispo de Fátima, foi ele que construiu Fátima, era bom homem, mas há outra história rocambolesca a propósito de Fátima. Nos anos 30 há histórias curiosíssimas do tesoureiro do bispo de Leiria e esse tesoureiro que desapareceu com uma soma incalculável de dinheiro, não se sabe quanto, desapareceu com tudo o que havia, com as dádivas, entretanto foi emitido um mandato de captura e a Igreja abafou aquilo, o homem desapareceu era uma da noite, ele era uma personalidade simpática, já tem para aí netos, e o homem depois terá ido para longe, sabe-se que alguns anos

depois. Todos os anos vinha aí uma pessoa visitar a filha desse senhor que se pensava, pela maneira de andar, que seria esse sujeito, que era Henrique dos Santos, também é uma história contada por este Tomás da Fonseca, em cartas sobre Fátima, cartas ao Cerejeira, que é muito curioso, mas não sei se isto não interessa para o seu trabalho.

Agora há uma outra referência bibliográfica que não sei se já leu, se não, que é o livro do José Dias Coelho que conta vidas quotidianas até aos anos 20. José Dias Coelho, pessoa aí da cidade, que é mestre em história contemporânea, não sei exactamente qual é o título do livro, basta falar no livro do José Dias Coelho, foi editado pela Magnum, uma editora cá de Leiria, naquela colecção que inclui o livro sobre a Batalha, “Vésperas Batalhinas”, e eu penso que isso é um livro que ele fez desde os finais do século XIX até aos anos 20, período do pós guerra, sobre a vida quotidiana. Foi a tese dele de mestrado, ele fez uma leitura exaustiva de toda a documentação que havia, assim como os diários de guerra etc. e tem, de facto, um trabalho muitíssimo bom sobre a vida quotidiana daqueles primeiros 20 anos.

Não encontra aí exactamente a evolução artística, nem nada dessas coisas, nessa área, nem mesmo grandes coisas sobre a divisão distrital, eu li o livro quando ele o apresentou em que há uma grande abordagem sobre a história do quotidiano, o que é muito importante. Penso que esse livro, para o seu trabalho, será fundamental, se quer que lhe diga, se estivesse a começar um trabalho como o seu começaria pelo livro do “Crime do padre Amaro” que dá uma primeira visão, isto é evidente, uma visão um bocado enublada, não é uma visão de economista ou de historiador, não é nada disso, é de um romancista. Começaria pela leitura desse livro que dá uma panorâmica dos anos 70 do século XIX, ele esteve aqui entre 1870 e 1871 e estudou o concelho. O romance “O Crime do Padre Amaro” sai em 1876, se não me engano, a primeira edição, a edição que hoje conhecemos é a terceira. Penso que esse livro é fundamental.

Sugeria-lhe uma outra referência, um outro livro sobre o século XIX em Leiria, sugeria-lhe outro livro que é “O Distrito de Leiria”, de D. António da Costa Macedo de 1854. O D. António da Costa Macedo não era padre, era secretário do Governo Civil e dá-lhe sobre esse período, dados interessantíssimos sobre o distrito, fundamentalmente a nível económico.

Não sei qual é a sua baliza inicial, é o liberalismo? Onde é que você vai começar?

Entrevistador: Eu vou começar sobretudo pelo século XIX e a formação do distrito, a Revolução Francesa, reorganização administrativa, 1834 quando se dividiu Portugal em distritos.

OC: Sim, mas tem que estabelecer um limite em 1820, senão estava encravado. Este livro (O Distrito de Leiria) é um livro fundamentalmente da área económica, diz-lhe como é que houve uma evolução dos impostos até essa época, ou durante essa época, o arquivo, estão no arquivo, este livro de Costa Macedo eu penso que é indispensável, não sei qual é o ano da edição, mas sei que os dados são de 1854. Penso que é por aí que fica.

OC: Conhece os jornais da região?

Entrevistador: Sim, já os tenho observado.

OC: Portanto aí dá-lhe outra perspectiva.

OC: Conhece o livro do Joaquim Bernardes? Leiria, aspectos económicos! Joaquim Bernardes é um homem que felizmente ainda está vivo. Esse livro, Distrito de Leiria, foi editado pela Assembleia Distrital de Leiria já há uns anos largos, Distrito de Leiria: Estudos Económicos, acho que é assim. Fundamentalmente assenta sobre, como é que era a parte final do século XIX em termos económicos, enquanto o Dias Coelho pesquisou para o outro lado, as mentalidades. Mais para o quotidiano Joaquim Bernardes mostra como era o distrito de Leiria em finais do século XIX em termos económicos, este homem fez fundamentalmente um estudo económico, que dá uma grande ênfase ao concelho da Marinha Grande, que ainda não era concelho em 1917 ou 19, agora não tenho a certeza, mas é por aí que o concelho da Marinha Grande se forma, pois estava integrado dentro do concelho de Leiria, àquelas fundições que existiram ali na Marinha, portanto dados curiosos, embora não sejam de segurança total, sempre há algumas reservas em relação ao homem. Os dados sobre a mineração e primórdios da industrialização, no século XIX, encontra nos anais do município de Leiria, de João Cabral. São um bocado dispersos, não sei se conhece o livro que se chama os Anais do Município de Leiria, tem muita informação, digamos que o homem não era um historiador, era um curioso, era um bom rato de biblioteca e conhecia o arquivo distrital de Leiria como ainda hoje ninguém conhece. Sabia tudo, onde é que as coisas paravam, sabia mais ele do que o próprio director do arquivo, sabia mais onde as coisas estavam, e era um tipo prestável, uma personalidade muito afável. Fez um livro, fez diversas coisas, enfim com um carácter amadorístico, mas tem sempre dados que são interessantes embora cometa um erro básico, pois não refere correctamente os locais

onde trabalhou, salvando a maior parte das informações que estão lá, mas confio na seriedade dele. Portanto não é um esquema muito próprio de pesquisa e tal, mas pronto, e esse livro também dá muita informação sobre o concelho, tem aspectos etnográficos e informações de carácter religioso, como é que funcionava a religiosidade na região, o artesanato, o que é que existia, onde existia, onde é que se faziam as picaretas e essas coisas todas, e tem uma lista muito grande das concessões mineiras da região, o que é curioso, porque houve uma altura que era a febre dos minérios. Quando havia qualquer coisa que lhe cheirava, fazia a reserva da concessão, mesmo que o terreno não fosse dele e Cabral foi aos registos das câmaras, está tudo na câmara e utilizou isso tudo, são centenas de locais que estão identificados nos registos da câmara.

O João Cabral também me parece agora, como disse, sobre reserva, devido às limitações metodológicas que ele tinha, eu recorro muitas vezes ao Cabral, quando é preciso tirar qualquer dúvida vou ao Cabral. Ele deve ter visto tudo, sabia sempre qualquer coisa que as moças não sabiam, o arquivo funcionava na Câmara, o Sr. Cabral sabia, e o velhote já tinha perto de 90 anos, tinha a sua mesinha lá no cantinho, e era uma pessoa muito prestável para tudo isso. Agora o século XIX ainda tem mais, mas penso que estas coisas são capazes de lhe dar já alguma consistência para o que quer fazer, e você vai já ter informações, no próprio Cabral vai encontrar informações sobre a filoxera por exemplo, os problemas causados pela filoxera, que destruíra as vinhas por todo o país e aqui foi uma desgraça. Sobre o que é que se exportava daqui, o que é que saía daqui, o que é que saía de Leiria para outros locais, saíam produtos como o vinho, frutas, era o que saía da região de Leiria, esses dados também estão lá no Cabral, tem é que saber encontrá-los, o que parece estar neste volume, de repente está noutra, procure nos índices antes, mas às vezes pode ser que ele tenha noutra sitio ele tem índices mas estão mal organizado. Está a ver o esquema? Há um certo desordenamento do trabalho dele, mas tem muita informação, e utilizá-lo como apoio para encontrar coisas, pelo menos a partir dali você já encontra algumas coisas, ideias e estudos, portanto, o seu trabalho é sobre Leiria?

Entrevistador: Como é que os monumentos ou o património monumental tem sido apropriado para dar corpo às ideias de região de Leiria?

Tito Larcher tem uma ideia concreta em relação ao distrito, tem um trabalho de síntese, e depois tem a posição dele, eu penso que o livro até está incompleto, ele não chegou a completar aquilo, aliás há uma outra obra dele muito interessante que também não foi completada. Saiu em fascículos, como os jornais acabavam, entretanto, era o

livro dele sobre a Batalha de Ourique. Defende a tese das Cortes, que é outro tema interessante que levou a uma certa discussão aqui na cidade nos anos 20 entre ele, o José Saraiva que era o pai do António José Saraiva, reitor do liceu, e o Afonso Lopes Vieira, fundamentalmente estes três homens que vão pôr a equação se a batalha de Ourique foi mesmo lá em baixo no Alentejo, ou se foi aqui, pois há um campo de Ourique nas Cortes, aliás essa tese é recuperada pelo Freitas do Amaral há dois ou três anos no livro dele sobre o Afonso Henriques.

Entrevista 12
Pedro Machado
Presidente da Região de Turismo do Centro
28-12-2006
11.30: sede da Região de Turismo do Centro, em Coimbra.

Com este encontro tive como objectivo escutar Pedro Machado, presidente da Região de Turismo do Centro, acerca das territorialidades sobre a região Centro e mais especificamente o lugar do distrito de Leiria na mesma, por um lado. Por outro lado, constituiu meu propósito averiguar os materiais ou ícones que servem o seu discurso na construção da região Centro sob a perspectiva do turismo.

Por fim constituiu, também, minha intenção observar as suas opiniões e representações acerca da nova reorganização das regiões de turismo, actualmente em discussão.

Transcrição da entrevista:

Entrevistador: Gostaria de saber a sua opinião acerca da nova reorganização das Regiões de Turismo em Portugal e o papel do património como elemento ou ícone materializador de sentimentos de pertença a essas regiões. O que é que na sua opinião aproxima e distingue o norte do distrito de Leiria ao sul. O que aproxima e separa o norte do distrito de Leiria ao de Coimbra e, até certo ponto, também o centro de Leiria, uma vez que a nova reorganização administrativa prevê a inclusão de Leiria e Marinha Grande na NUT II – Centro.

Em relação à presente proposta de mapa, o que está em cima da mesa é a fusão das actuais 19 regiões de Turismo mais 4 Juntas de Turismo, uma vez que neste momento há 23 organismos regionais desconcentrados ao todo. E existe ainda um conjunto de território que não está sequer organizado nem em região de turismo nem em juntas de turismo como é o caso prático do Fundão que criou a sua própria estrutura municipal para Turismo. Neste aspecto nós concordamos, enquanto Região de turismo do Centro, com esta proposta da aproximação das regiões de turismo tendo presente um novo figurino que pode passar de facto pela fusão das actuais 19 mais as juntas de turismo num conjunto de novas entidades, em menor número, que tenham características semelhantes. De facto, temos aqui um trabalho de proximidade que não é possível ter ao nível do governo central, e cuja reorganização vem, de alguma forma, trazer mais algum valor acrescentado, seja pelos recursos humanos e financeiros melhor aproveitados e naturalmente dá-nos outra escala, massa crítica que hoje se tem presente no desafio global da competitividade.

O governo apresentou-nos uma proposta de mapa que são de passar as actuais 19 para 10 agências regionais de turismo, nós achamos que se devem manter as regiões de turismo porque é assim que elas estão identificadas, é assim que elas estão assentes e assumidas pelo léxico do cidadão comum e portanto nós entendemos que devem ser regiões de turismo e não agências, até porque isto traz uma ligeira confusão, existem hoje paralelamente um conjunto de organismos chamadas de agências regionais de turismo viradas para o mercado externo, portanto criar agências internas e externas pode gerar alguma confusão. Nós achamos que as agências que foram criadas para o mercado externo se devem manter, no caso interno devemos manter a terminologia das regiões.

A segunda nota, para além desta, é de facto a criação do mapa que nos é proposto, e em relação a este, tem do nosso ponto de vista dois pormenores menos bem conseguidos, o primeiro é criar 2 centros no mesmo país, veja que na alínea D cria o Centro Atlântico e na alínea E cria o Centro de Portugal, ora num país que tem a escala que nós temos, que já é suficientemente pequeno, criar dois centros é, do nosso ponto de vista, uma menos valia em termos de produto turístico. A segunda nota que nós reflectimos nesse mapa, e que também não é feliz, é essa linha imaginária longitudinal que divide o litoral do interior, e nós achamos que nos actuais modelos de planeamento, todos eles apontam para que se possa de alguma forma ter presente uma linha de continuidade entre o litoral e o interior e não de descontinuidade ou de corte. Por isto nós entendemos e fizemos várias recomendações à associação de regiões de turismo e ao Sr. Secretário de Estado no sentido de que pudesse haver um mapa, se pudesse reflectir melhor, que viesse ao encontro do que nós achamos, embora concordando com este princípio, da redução do número de entidades, neste caso de regiões de turismo, das 19 para as 10, que são propostas, tivesse presente não uma divisão com essas características, mas uma divisão que invertesse essa lógica que aí está. E depois porque não dar uma nova terminologia à região centro e à região do Ribatejo, como nós todos a conhecemos, o Ribatejo e Oeste e não um centro de Portugal a sul do Centro Atlântico.

Estas são de factos as duas grandes notas que quisemos introduzir em relação ao mapa que é proposto, e deixe que este segundo mapa que é o mapa da região Centro, onde tem todas as NUT III, e daí já fica mais ou menos com uma ideia que na região Centro onde pode aplicar esse traçado, esse mapa que aí está, ela fica de facto dividida aqui e nós achamos que a região centro deveria ser uma só, ficaria com esta configuração, a região centro teria uma continuação e não aquela que é proposta, seria uma grande região. Nós achamos que há valor acrescentado na diversidade do produto.

É aí que nos distinguimos do Norte ou do Algarve, o Algarve não tem património, nem serra, não tem percursos como nós temos, a nossa riqueza patrimonial e natural, só o mar e sol todo o ano, bem como uma temperatura amena e um conjunto de resorts que proporciona a prática do golfe e lhe dão um trunfo. O Norte tem o Douro, para além do porto que é um centro monumental e histórico, o Douro é de facto, a grande marca internacional ligada ao vinho do Porto, conhecido em todo o mundo e que lhe permitiu afirmar-se.

O Centro é o Centro, tem algumas particularidades, e a mais notória é Coimbra e a sua universidade, mas depois tem um conjunto de outras valências que lhe são dadas pelos concelhos à volta que o tornam rico na gastronomia, é possível nós termos aqui a desde o cabrito ao bucho e à chanfana até ao pescado na zona costeira. Se formos mais para baixo, ali para os lados dos concelhos do norte de Leiria temos desde o chicharo de Alvaiázere até ao cabrito do Pedrógão e por que não o aproveitamento do peixe da barragem do Zêzere, e portanto é isto que nos dá características próprias ou as aldeias históricas, que temos na nossa zona, desde ali do Fundão até à Lousã, Miranda de Corvo, as aldeias históricas, as aldeias do xisto. São estas de facto marcas distintivas que temos no Centro, e deve valer como um todo e não dividido e é isto que nos distingue do Norte e do sul, do Alentejo, etc. É esta atenção que queremos fazer de complementaridade para a marca Portugal. Portugal é um destino turístico, e depois tem do nosso ponto de vista algumas particularidades. Como lhe disse, o Norte e Trás-os-Montes estão muito identificadas com o Douro. O Centro tem muito esta ligação de mescla entre aquilo que são a universidade o património edificado, e depois a serra da Estrela, basta pensarmos, portanto, na cordilheira do Mondego e percebe-se que há uma ligação natural entre a serra da Estrela e a Figueira da Foz, portanto é isto que nos distingue. Depois temos de facto Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve e também para complemento do Centro, e daí acharmos que esta região devia ser uma única região, o turismo religioso, em Leiria, estou convencido de que o centro ganha mais se estiver integrado do que se estiver partilhado por Lisboa, que é uma grande metrópole, com todos os grandes defeitos e virtudes a ela inerentes, em que de facto há uma menor identificação e personalização das coisas ao contrário do Centro.

Nós achamos que o património para nós é fundamental o Centro, não é por acaso que no plano estratégico nacional para o turismo, o Centro aparece com 2 dos 10 produtos seleccionados, o *touring* cultural e patrimonial, o património edificado e temos excelentes exemplos, estou a falar da universidade de Coimbra que é de facto um

museu, mas depois temos coisas tão conhecidas como o Portugal dos Pequenitos, um dos pontos mais visitados da região Centro, ou temos a linha de castelos da defesa do Mondego, o castelo de Montemor, o castelo de Penela e outros, temos depois um conjunto notável de centros históricos distribuídos pelos nossos concelhos e depois temos outras particularidades, temos o Piódão, há um conjunto de atractividades que tem o Centro que não existem noutros concelhos ou noutras regiões do país, temos de facto, esta marca do património.

O segundo produto que foi seleccionado para o Centro, é de facto a gastronomia e nós, não é por acaso que estamos a elaborar já um projecto chamado Carta Gastronómica do Centro, que é no fundo traduzirmos num guia gastronómico útil a rica diversidade que temos ao nível da gastronomia no Centro de Portugal. Dou-lhe 3 ou 4 exemplos, nós temos desde a doçaria conventual riquíssima como é o caso de Tentúgal, ou o caso de Penacova, com as jornadas dos pastéis do Marvão. Temos como lhe disse a chanfana que é tradicionalíssima aqui dos concelhos sobretudo de Miranda do Corvo, temos o bucho ali mais típico de Arganil, temos a lampreia em Penacova e Montemor, temos a sardinha e o peixe na Figueira da Foz, na Tocha e em Mira, temos o chicharo em Alvaiázere que é um produto em que o presidente da câmara está a apostar, mas temos também o peixe na barragem do Zêzere e temos depois também um conjunto de doçaria muito importante, de Figueiró dos Vinhos. Toda esta riqueza gastronómica cria este *puzzle* que nos permite afirmarmo-nos muito bem a estes dois níveis. Os vinhos são sobretudo da área do Dão, mas também há vinhos de Sicó e daquela zona da serra, com alguma qualidade, podem não ter ainda nem a notoriedade nem a quantidade suficiente para se poderem projectar no mercado nacional. Isto já não acontece com a Bairrada ou com o Dão em que temos várias marcas e adegas das mais conceituadas a nível nacional. O Centro tem de facto esta riqueza.

Entrevistador: Em sua opinião uma grande região de turismo do Centro teria mais lógica do que várias, incluindo aí Leiria, ou pelo menos a parte norte do distrito?

PM: Mas o que é proposto, também, é um conjunto de municípios integrados numa base de NUT III, o que corresponde a áreas geográficas mais pequenas e daí neste mapa que lhe deixo, o que está proposto na lei quadro é, de facto, a NUT III – Baixo Vouga, a do Baixo Mondego a Dão - Lafões e o Pinhal Interior Norte, são 4 NUT III que estão previstas, compondo a Região de Turismo do Centro. Do nosso ponto de vista, estas 4 NUT III não ficando agrupadas no conjunto daquilo que nós consideramos serem as 7 que deveriam estar unidas na Região do Turismo do Centro, vem seccionar o

centro. Dou-lhe 2 exemplos práticos, um é que corta a cordilheira Lousã – Açor e portanto, do ponto de vista da promoção turística é importante que a mesma entidade promova o mesmo território e não que haja mais do que uma entidade a promover o mesmo território, porque necessariamente o fazem de maneira diferente, e portanto no caso que estamos a lançar agora o turismo cinegético a cordilheira Lousã-Açor ficaria seccionada, pertencendo uma parte ao Centro e outra à Serra da Estrela. O segundo exemplo prático, se ficarmos naquela solução das 4 NUT III, a marca que é hoje nacional, chamada aldeias históricas e aldeias de xisto, ficaria dividida em 3 regiões de turismo, a região de turismo do Centro Atlântico, Serra de Estrela/Beiras e a região de Oeste e Centro de Portugal, serão 3 entidades distintas a promover a mesma marca o que tem efeitos mais negativos do que positivos, aquilo que dava coerência à região de turismo, é a homogeneidade em relação ao produto e portanto, estar a tratá-la por 3 entidades diferentes, do nosso ponto de vista vem fragilizar a marca. Por isso é que era importante não apenas que ficasse, como está aqui proposto, na minha região, as já referidas 4 NUT III, mas que fosse agrupadas com as outras NUTs da região centro, era importante que ficasse tudo junto para haver continuidade, até porque se estudarmos as acessibilidades na região Centro, nós temos no IC6 e no IC8, trajectos que estão longitudinais a este território e portanto para mantermos esta ligação natural que nos é dada pelas vias de comunicação, poderíamos de facto com esse mapa correr esse risco, por isso é que eu acho que era importante ficarmos unidos.

A A25 cruza esta área toda e portanto esta ficaria a dividir também a região, nós achamos que a região ganha no seu todo. Nós achamos que a grande aposta é que a região de Turismo ganharia se ficasse uma grande região de Turismo, no fundo isto é o centro, ficaria Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. A nossa proposta seriam 5 regiões de turismo e não as 10 propostas, seriam coincidentes com as NUT II.

Se reparar, ao nível da economia, da saúde ou da educação, aquilo que existe hoje ao nível de organismos desconcentrados e de gestão do território, é a base NUT II, são as chamadas regiões plano, coincidem com as CCDRS. Os distritos de Coimbra, Leiria, Viseu, Aveiro, Guarda, Castelo Branco e Viseu estão dentro da NUT II, região Centro. Aquilo que se quer fazer com o turismo é criar na região Centro 3 regiões de Turismo e nós achamos que era vantajoso que a região de Turismo do centro fosse coincidente com essa tal região da CCDR. Estamos a falar num horizonte de 78 municípios.

Entrevistador: As NUT II terão em conta a diversidade cultural nelas inserida ou será só uma construção política?

PM: As NUTs II têm uma dimensão que de alguma forma poderão indicar esse problema, é verdade. A NUT II por ser tão abrangente não tem de facto uma identidade cultural tão forte como têm as regiões mais pequenas e isso é um problema que se coloca, à escala, com a própria União Europeia, se a União Europeia vai ou não acabar com as identidades nacionais. A UE não homogeneizou as identidades nacionais, nós não deixámos de ter a nossa identidade portuguesa por causa de estarmos na União.

Em relação ao nosso contexto, o desafio é maior, pode-se eventualmente observar esse processo, aliás, aqui há pouco tempo Vital Moreira constitucionalista conhecido, num jornal nacional, defendia a extinção dos distritos e de facto acha que não têm cabimento os distritos hoje. Do ponto de vista turístico, aquilo que nós achamos, numa linha de competição com outros territórios, não portugueses mas da Europa e do mundo, é podermos perceber que aquilo que nos dá capacidade de atrair gente são as nossas infra-estruturas instaladas, no caso do turismo, o número de camas, os hotéis, a restauração etc. Aquilo que podemos criticar é que por ex., toda esta região Centro tem menos camas do que Barcelona e, portanto, nós num mercado competitivo como é hoje este mercado em que todos trabalhamos, se estivermos, como eu já estive, em feiras internacionais, a vender o produto Centro de Portugal e se, ao meu lado estiverem os espanhóis, e se eu tiver muito menos camas do que têm os espanhóis numa só cidade, é evidente que nós somos muito menos competitivos do que eles. É a imagem, por isso é que nós achamos que a nossa região, o Centro em particular, vale sobretudo pela sua diversidade, e o facto de termos diversidades unidas no mesmo território é que nos dá competitividade porque se eu isolar só o Baixo Mondego, se isolar só Aveiro ou só Viseu não temos nenhuma competitividade, por ex. nós temos no litoral Mira, Figueira da Foz e Tocha, é evidente que é um produto de sol e mar, mas também todos nós temos consciência que a maioria dos portugueses que hoje procuram praia, preferem o Algarve. E portanto, se Mira, Tocha e Figueira da Foz não pudessem contar a montante ou a jusante com outros produtos que tornem o Centro apelativo, os castelos, a universidade, o Portugal dos Pequenitos, a gastronomia, provavelmente este território estaria condenado. Por isso é que nós achamos que a melhor defesa que temos para continuar a promover o Centro, tem que ser pela junção dessa diversidade, e não pelo isolamento de subprodutos, eu percebo essa lógica, aliás eu conheço colegas meus que falam disso e a serra da Estrela é um caso paradigmático. A serra da Estrela, com os

problemas que estão a existir hoje, nós vamos ali ao lado à Serra Nevada, e percebemos que não temos neve, que é uma estância diferente, com outra capacidade que não tem a Estrela. Se acontecer mesmo uma redução drástica da camada de neve que é no fundo aquilo que atrai à serra de Estrela, se ela não tiver à volta um conjunto de outros produtos, fica condenada a isolar-se, portanto tem que ter complementos.

Continuo a defender que a linha do Mondego é uma linha natural, o Mondego nasce na Estrela e vem até à Foz, que é um território todo ele natural, tem componentes gastronómicas, tem componentes de visitação, tem percursos naturais, tem serra. É de facto um produto que se pode vender, da serra ao mar sem sairmos da mesma região até por uma questão de dimensão, portanto, essa questão que coloca de poder parecer, à partida, que é uma questão que fragiliza, o facto de termos esta diversidade de produtos, não, nós achamos que a nossa região em concreto, que não tem uma marca natural em concreto, como por exemplo outras. O Alentejo é uma marca, não é mais do que aquilo que a gente já conhece, é o montado, são os sobreiros, o Algarve é uma região definida que não dá para subdividir, o Centro tem de facto esta particularidade, tem sol e mar, temos serra, temos património, portanto, temos uma quantidade de subprodutos que nos dão a nossa força interna, se os dividirmos ficaremos, sem dúvida, mais pobres.

Entrevistador: O trabalho que tenho vindo a fazer tem-me levado a observar que as regiões de turismo são mais “fazedoras da região” do que o seu produto. São estas instituições, também, que fazem as regiões...que as constroem, que as pensam...

PM: Daí nós fazermos esta defesa acérrima, porque repare, relativamente às questões das identidades regionais, nós conhecemos esse discurso moderno das assimetrias regionais, e estas têm sido o resultado da construção de um maior número de equipamentos no litoral do que no interior. Se nós isolarmos, criando identidades isoladas no interior, administrativamente, do litoral, então o interior acabará por desertificar-se ainda mais, perde-se a tal riqueza, perde-se a tal diversidade porque não é possível estabelecer um contacto privilegiado que leve as pessoas de um sitio para o outro usufruindo dessa riqueza. Se as isolarmos cada vez mais, as assimetrias aumentam e cada vez mais pessoas deslocar-se-ão do interior para as cidades e para os grandes centros urbanos, nestes, as necessidades de investimentos aumentarão, de modo que os maiores investimentos serão feitos aí, num ciclo vicioso que se torna vicioso. Por isso é que nós achamos que este mapa, esta estratégia que salvaguarda da identidade cultural da região Centro, onde poderia haver aqui uma ameaça de homogeneização da diversidade cultural eu acho que não, pois criando-se uma grande região de turismo,

criava-se aí uma grande oportunidade para esta parte do país pois a tendência tem sido de isolamento do litoral em relação ao interior, e se nós os seccionarmos administrativamente, esse seccionamento vai fazer com que os municípios orientados para o litoral se continuem cada vez mais a virar para si próprios e a serem crescentemente menos solidários para com os municípios do interior. Por que aqui entramos em rácios de contabilidade populacional, pelo número de pessoas, pela densidade de habitantes por km quadrado, é isso que justifica as prioridades dos municípios bem como as prioridades de investimento dos governos, e portanto, o interior que já tem pouca gente, terá cada vez menos capacidade para se auto-financiar. É nesse sentido que eu acho que a região ganharia se tivesse uma grande região, é obvio que nos cabe a nós e aos promotores da diversidade e da riqueza cultural, gastronómica e paisagística etc. etc., fazê-lo de forma equilibrada e, portanto se eu tiver 3 regiões para promover, serão atitudes e métodos diferentes, com cada um a virar-se para si próprio e depois não tenho dúvidas nenhuma que o interior terá sempre menos meios do que o litoral.

Os mapas que se propõem têm muito em conta o conjunto de personalidades que hoje estão distribuídas pelo mapa do turismo nacional, não tenho grandes dúvidas sobre isso, pese embora haja aí... no caso do Alentejo, todos nós conhecemos o Alentejo como uma área densa, mas relativamente pobre, isto é, o Alentejo não é uma região rica. O Alentejo, antigo celeiro de Portugal, de facto hoje está muito reduzido a um conjunto de empresas, indústrias, até mesmo dentro do ranking por parte daquilo que é a competitividade do turismo em Portugal, ocupa, se calhar as últimas escalas, é aquele que tem menos número de camas, menos equipamentos, não faz sentido dividir o Alentejo em dois, pois é seccionar aquilo que já tem pouco para dar e portanto, o Alentejo é uma marca, uma grande marca no mercado interno, se for dividido em dois ficará a perder. Não me parece muito coerente fazer essa divisão.

Deveríamos enquadrar as regiões de Turismo nas CCDR, que é a organização actual do país, baseada em cinco CCDR, e o turismo deveria poder organizar-se de acordo com essa distribuição geográfica que aí está, porque dar-lhe ia maior massa crítica. Repare no caso de Estarreja / Ovar, que estão muito próximos do aeroporto de Sá Carneiro, e o Centro não tem aeroporto, e uma região que começa aí está muito próxima de um aeroporto internacional, a uns 20 ou 30 minutos do mesmo, o que em termos internacionais é uma distância perfeitamente aceitável. Qualquer grande cidade tem o aeroporto fora, e portanto até chegar ao centro da grande cidade leva-se pelo

menos meia hora, 40 minutos e assim, no caso da região Centro, poderia também por esta nova distribuição geográfica beneficiar dos custos de estrutura que estão criados no Porto, e beneficiar de um aeroporto que estaria a meia hora. E agora com estas viagens Low cost, um turista que demore uma hora ou uma hora e meia a chegar a Portugal não está disposto a fazer depois 4 horas de carro para chegar a um sítio, não faz sentido. As pessoas querem proximidade, querem comodidade e facilidade e eu julgo que esta seria também uma das portas de entrada na região Centro, o aeroporto de Sá Carneiro, em que seria fácil nós promovermos o Centro através do aeroporto do Norte, nós no mercado internacional, numa feira internacional podemos dizer que estamos a meia hora de um aeroporto internacional, nessa perspectiva eu acho que essa organização da região de Turismo do Centro poderia ajudar.

O Pinhal interior norte ficaria nesta região de turismo, e o pinhal interior sul passaria para a outra região de turismo, essa é outra das nossas questões, do nosso ponto de vista um factor de união entre esses dois territórios são as aldeias históricas que a marca aldeias de Portugal está a trabalhar, o Zêzere aparecia aqui como um ponto de ligação das aldeias das duas margens, na nova proposta o Zêzere passa a ser um ponto de divisão, também do nosso ponto de vista não está correcto. O Pinhal Litoral fica fora da nossa região, embora eu ache que ficaríamos melhor juntos, repare que mesmo hoje, do ponto de vista administrativo todo o distrito de Leiria, assim como todo o distrito de Castelo Branco têm como gestão administrativa a CCDR – Centro, e as freguesias bem como os concelhos do distrito de Leiria continuam a relacionarem-se com a região Centro, nesse sentido, porque é que a região de turismo tem que ir para outro lado. Até a facilidade de acordos que é preciso ter com os municípios, não há turismo sem municípios, e portanto, mesmo desse ponto de vista, provavelmente teríamos a ganhar se o distrito de Leiria estivesse todo junto à volta de uma região e não seccionado. No fundo essa divisão das NUT III vai seccionar o produto do território, e no nosso caso temos exemplos que são verdadeiramente de contra natura. Já lhe dei um, a serra da Lousã-Açor, o Zêzere, as aldeias de xisto, marcas ou produtos que estão consolidados e que passam a estar divididos em territórios diferentes, e é isso que nós achamos que não é a melhor solução por que não há escala. Está-se a dividir o que já está unido. A nova divisão turística é para já uma grande incógnita.

Repare nesta região, é possível termos uma grande diversidade de produtos que se complementam, esta riqueza natural é que nos dá a diversidade que depois se

complementa. Isto depois, através das vias transversais à região Centro, há uma circularidade que não encontramos em mais lado nenhum.

Entrevista 13
Entrevista a Tomás Oliveira Dias
Presidente da ADLEI
05-04-2006
12.00 – 13.30 Horas

Na quarta-feira, dia 05 de Abril de 2006, pelas 12 horas, o Dr. Tomás Oliveira Dias dirigiu-se à Escola Superior de Educação de Leiria, com o objectivo de me conceder uma entrevista acerca de algumas questões relacionadas com as representações territoriais e patrimoniais de Leiria e sua região. A entrevista consistiu numa série de questões abertas, e durou cerca de uma hora e meia.

Transcrição da entrevista:

TOD: Eu sou um homem da rua, um homem como outro qualquer, só que desde estudante, eu tirei o meu curso em Coimbra há quase 50 anos, sempre me interessei pelos problemas que diziam respeito à comunidade. Eu fui membro do Conselho Cultural da Associação Académica naquele tempo, e fui presidente do Centro Académico da Democracia Cristã, no ano de 1955/56, formei-me em Direito e tive toda uma vida de gerente de empresas e também uma carreira política. Fui deputado na Assembleia Nacional e fiz parte da chamada ala liberal. Estive também algum tempo na Constituinte, e tive outros cargos também. Agora, já desde há muitos anos que me dedico, para além da vida profissional, a actividades cívicas. Sou uma pessoa que se interessa, não como especialista em matéria de património, ambiente ou de qualquer que seja, mas como simples cidadão, que se preocupa com problemas que estão á nossa roda e que muitas vezes não interessam a grande parte das pessoas, embora eu note que há uma evolução favorável a esse respeito. Noto que cada vez mais, sobretudo os mais jovens, se vão preocupando com matérias como a da salvaguarda do património histórico, problemas ambientais e outros, portanto eu tenho todo o gosto em colaborar não como um especialista, mas como um homem da rua, homem preocupado com estes problemas que ultrapassam o âmbito profissional e que entendo como eu entendo que a democracia não se esgota na democracia representativa, mas deve abranger a democracia participativa que passa pela intervenção a cada momento dos indivíduos e das associações na vida publica e que passa pela defesa de temas culturais, económicos, sociais, quaisquer que eles sejam e, portanto, tomo parte nestas actividades. Tenho sempre como objectivo dar um contributo, por mais pequeno que seja, para a construção do bem comum porque, muito ou pouco, todos temos que pôr uma pedra na construção

de uma sociedade melhor e que passa necessariamente por uma sociedade mais culta, mais preparada, mais a tenta às realidades múltiplas que são as realidades do ser humano. Vivemos num tempo em que a mentalidade, embora aberta a questões, como eu referi, a aspectos culturais, ainda é uma mentalidade individualista em que muitos se preocupam apenas com a lógica do lucro e que praticam, cultivam o consumismo, sempre no desejo de ter mais e não de ser mais: Ora o homem não se mede pelo que tem mas pelo que é.

Entrevistador: Os monumentos situados no distrito de Leiria são mais nacionais do que regionais do ponto de vista de Afonso Lopes Vieira e de outros estudiosos da área. O que pensa o Dr. Tomás Oliveira Dias acerca disto?

TOD: Eu era miúdo nesse tempo mas conheço, por referências posteriores, e participei inclusive num actividade referida às reacções que despoletou a tentativa de inserção do norte do distrito na província da Beira Litoral. Isto é assim: O Estado Novo publicou o seu código administrativo e este, feito pelo professor Amorim Girão, geógrafo, criou uma divisão do nosso país em províncias. Centrando-nos apenas na nossa zona, verificamos o seguinte: é que o Estado Novo criou uma província chamada da Beira Litoral. Essa província da Beira Litoral, da qual foi presidente o professor Bissaya Barreto, que era amigo intimo do Dr. Salazar, e que era professor de medicina em Coimbra, e que fez obra, naturalmente, foi feita em gabinete, dividindo-se o distrito de Leiria em duas províncias. A província da Beira Litoral até Leiria. A província da Estremadura começava a sul de Leiria. Portanto Marinha Grande já era Estremadura, abrangia o Oeste e etc. Portanto isto é uma divisão do distrito do que mais há de artificial porque se há duas zonas que estão perfeitamente ligadas e ao longo dos anos se têm mostrado sempre cada vez mais ligadas, são Leiria – Marinha Grande que muitas vezes são referidas e foram referidas em várias épocas pelo seu dinamismo económico com o eixo Leiria - Marinha Grande. No futuro eu estou convencido que virão a constituir uma metrópole de outra dimensão, uma das tais cidades médias de que se fala agora. Mas isso é outra questão.

Voltando ao tempo do Estado Novo, finais de anos 30, princípios de anos 40, o que é que aconteceu? Aconteceu que os leirienses, uma certa elite leiriense reagiu, apesar de ser uma época em que a liberdade não tinha protecção, reagiram e denunciaram a situação. Essa reacção foi feita a partir de uma instituição chamada Casa do Distrito de Leiria em Lisboa, onde os leirienses de Lisboa se juntavam para conviver e para discutir problemas que afectavam a nossa região. Um deles era o Afonso Lopes

Vieira e então eles protestaram com essa situação, com essa divisão artificial do distrito de Leiria, da região de Leiria, em duas províncias e foi por essa altura que, em princípios dos anos 40, se realizaram 2 congressos. Primeiro congresso de actividades do distrito de Leiria e segundo congresso de actividades do distrito de Leiria e aí se defendeu a unidade da nossa região. Foi nessa altura que Afonso Lopes Vieira escreveu uma quadrazinha que eu citei nesse congresso e que é mais ou menos isto, eu tenho de cor, e pode ver na minha tese: Onde a terra se acaba e o mar começa a Estremadura está, com o verde pino que ainda aí floresça, mosteiros, castelos, tanta pátria ali há. Ele estava com estes versos a defender que Leiria é Estremadura, que a Marinha é Estremadura nós não somos beirões, nunca fomos beirões. A Beira Litoral é uma ficção que não corresponde a uma realidade histórica. Nós somos geograficamente, historicamente, essencialmente estremenhos. A Estremadura, Orlando Ribeiro e outros conhecem isso muito melhor do que eu, nasce digamos a sul do maciço central, tem como espinha dorsal o maciço calcário estremenho e ia até Palmela, a Estremadura era assim, e portanto nós não somos beirões. Claro que hoje as coisas mudaram, pode dizer-se que a realidade Lisboa não pode ser ignorada e portanto a sul de Lisboa já é uma outra realidade, enfim, tudo bem. Mas a norte de Lisboa englobando o Oeste, a Alta Estremadura e outros concelhos a norte, do distrito de Leiria e de Coimbra eventualmente, aí está a Estremadura. A Estremadura tem laços históricos, na realidade, a região de Leiria terá qualquer coisa como 600 anos, não como distrito porque estes foram criados em 1835, pode ser que agora acabem, não sei... Há aqui uma realidade em toda esta região, não somos beirões. Na Primeira República em que houve o bom senso de não partir distritos, a Estremadura era composta pelos distritos de Leiria, Santarém e Lisboa. Isto é que era a Estremadura. Com a reforma administrativa do tempo do Estado Novo, foi criada a província do Ribatejo, para onde passaram os outros concelhos do distrito de Santarém, e aí há que abrir um *parênteses* para dizer que há uma situação absurda que é de Ourém. Este concelho está incluído em Santarém e não devia pois quem olhar o mapa vê que Ourém está mesmo encaixado no coração do distrito de Leiria, as pessoas de Ourém fazem a sua vida em Leiria e pertencem à diocese de Leiria. Mas bem, dizia eu que a revisão administrativa da Primeira República, que juntava estes três distritos numa província, era uma solução interessante, mas isso foi alterado, como já referi, pelo Estado Novo, de uma forma artificial. Bem, nos anos 30 / 40 quando foi esta situação da criação da província da Beira Litoral os

leirienses reagiram, simplesmente este é um processo doloroso que se arrastou e se vai continuar a arrastar.

O distrito de Leiria está dividido numa série de zonas consoante os serviços. Há cerca de 20 ou 30 divisões no distrito de Leiria. Há uma divisão no que se refere à educação, às Comissões de Coordenação regionais, e é uma situação absurda. E por isso 50 anos depois daqueles leirienses terem reagido, outros leirienses dos anos 90 tomaram a iniciativa de fazer três congressos, um em 1991, outro em 1995 e outro em 1999 centrados no desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura, Estremadura enfim, da nossa região. Estão publicadas as conclusões dos vários congressos, talvez tenha interesse em ter acesso a isso mas estão publicados e se quiser eu posso diligenciar. Os textos dos dois primeiros congressos foram publicados, do último congresso só foram publicadas as conclusões. Bem, estas coisas são assim, e todos eles são unânimes na defesa desta região, embora, evidentemente, os congressos tenham abordado muitas outras matérias, mas quando nós chamamos por exemplo ao 1º Congresso *1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura* não só de desenvolvimento mas também de defesa da unidade desta região não numa perspectiva de bairrismo ou bacoca ou regionalista, o que quiser porque nós sabemos perfeitamente que estas coisas devem ser encaradas com modernidade mas porque somos naturalmente adeptos de uma descentralização ordenada e muitos de nós somos mesmo adeptos de uma regionalização desde que a divisão em regiões administrativas seja feita de uma forma correcta e respeitando todas essas vertentes que caracterizam uma região. Portanto, dizia eu que em 1991, 1995 e 1999 foram promovidos pela ADLEI, o primeiro muito conscrito que era o clube de imprensa de Leiria, depois já com mais associações e no último, com mais associações ainda, destinadas a preservar a unidade e não só, a unidade desta região ao serviço das pessoas. Não faz sentido unidade por unidade ou seja um esquema mais ou menos nacionalista, o que interessa é servir as pessoas. Ora as pessoas servem-se melhor se forem respeitadas as suas características, os seus interesses, a sua história, a sua geografia, enfim. Portanto foi essa a temática destes congressos, claro com *nuances*, no 1º congresso notava-se um forte empenho numa regionalização em que Leiria fosse cabeça de uma região. No último congresso depois de ter sido reprovado ou ter perdido o referendo da regionalização já se ia por outro caminho. Não havendo regiões administrativas então haveria que valorizar o distrito porque este de alguma maneira representava a região. Esta região deveria abranger todo o distrito de Leiria, deveria abranger Ourém, que está de facto intimamente relacionado

com Leiria e outras regiões limítrofes que o desejassem. Refiro-me ao Oeste, que é uma realidade muito viva em que parte do Oeste pertence ao distrito de Leiria e outra parte pertence ao distrito de Lisboa ao norte do distrito de Lisboa, Torres Vedras e o norte do distrito de Lisboa, tudo isso engloba o Oeste e as pessoas estão unidas nessa região. Nós aqui pertencemos à Associação de Municípios da Alta Estremadura, na zona de Pombal á a Associação de Municípios da Serra de Sicó, salvo erro, e a sul é a Associação de Municípios do Oeste. Portanto nós entendemos que, como disse, o distrito de Leiria, o concelho de Ourém e porventura outros concelhos limítrofes, como de Alcanena, zonas que são mais nitidamente estremenhas deveriam constituir uma região. Agora o problema volta a estar na ordem do dia. Parece que o governo está empenhado em construir uma regionalização baseada nas cinco Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, vamos ver se estaremos a caminhar para uma situação consumada em que depois é só por a cúpula no edifício já construído. Espero bem que não seja, porque não é a melhor maneira, sem realizar um referendo e procurando-se uma divisão administrativa em consonância com a vontade das populações. Mas este tema está de novo em cima da mesa e parece que as pessoas já perceberam que a regionalização é necessária não para desmembrar um país mas para o enriquecer dentro do chamado princípio da subsidiariedade. O que pode ser feito num circunscrição mais pequena não deve ser feito a nível nacional. É aliás um dos princípios básicos da União Europeia, não há razão nenhuma para que não se aplique no todo nacional. Porque é que hão-de ir ao Terreiro do Paço por coisas que podem ser melhor resolvidas por quem está no terreno. Agora o problema parece que é difícil dividir o país em regiões. Uma coisa é certa é que enquanto não houver regiões administrativas, os distritos vão prevalecer, e portanto é em redor do distrito de Leiria que as pessoas se devem congregarem.

Entrevistador: Em 1934 que foi proposto a divisão do país em províncias...

TOD: As províncias foram criadas com essa divisão administrativa do Estado Novo e foram extintas em 1959, e apesar de serem extintas as províncias ficaram no imaginário das pessoas. Ainda quando foi este congresso, cá na escola, há uns dois anos, um dos participantes que por acaso integrou o mesmo painel em que eu também participei fez um estudo sobre as pessoas com base na Beira Litoral e depois um dos participantes disse, o senhor não sabe que a Beira Litoral já acabou.

As províncias voltaram na Primeira República e depois no Estado Novo, embora não tivessem grande importância. Os tempos eram outros, as facilidades de comunicação eram escassas e portanto isso não permitiu uma grande conjugação de

esforços entre os distritos, de qualquer maneira não se retalhou o país como depois se retalhou com a divisão por províncias no tempo de Salazar.

Entrevistador: Numa das últimas publicações de Afonso Lopes Vieira, em que ele fala da Estremadura, haverá ali uma reacção?

TOD: E não é só ele, se for ver um homem insuspeito, naquele livro que ele tem chamado Portugal, ele diz que o sacrário da Estremadura é a charola de Tomar, veja onde Torga leva a Estremadura, porque Tomar e Ourém não têm nada a ver com o Ribatejo. O Ribatejo é planície, é isso, agora Tomar não, Tomar está ligado...tal como o sul do distrito, ele fala também na Atouguia da Baleia, enfim, pontos históricos, vale a pena ver o Portugal de Miguel Torga, em que ele tem um texto sobre cada província, onde distingue perfeitamente a Estremadura, Leiria, Marinha Grande e até Tomar, da Beira. Jaime Cortesão e Orlando Ribeiro fazem o mesmo. Veja aquele livro Portugal oceânico e mediterrânico.

Entrevistador: Para Afonso Lopes Vieira, todo o distrito faz parte da Estremadura!

TOD: Afonso Lopes Vieira é acima de tudo um nacionalista, nacionalista não salazarista, ele não gostava de Salazar, era monárquico, mas tinha lá as suas fronteiras e tinha aqui raízes muito fortes, tinha a sua casa em São Pedro de Moel, e nasceu em Leiria, não nas Cortes, como muitos pensam, mas tinha aí a sua casa. Isto *off record*, eu até sou familiar dele porque a minha avó materna era prima direita dele. Eu ainda me lembro dele mas mal, ele era uma personalidade invulgar e quando ele chegava a São Pedro de Moel toda aquela gente o ia receber e cumprimentar à estação da Marinha Grande por que ele vinha de comboio. Uma vez o escultor Joaquim Correia que foi muito apoiado por ele e que está vivo ainda, conta que o tinha ido esperar também à estação da Marinha Grande e de repente ele deixou as pessoas todas para ir para uma carruagem de 3ª classe e quem vinha lá? A senhora Maria Laranja a quem ele escreveu uns versos muito bonitos, não sei se conhece, leia que vale a pena, e depois quando voltou virou-se para o Joaquim Correia e disse “parece o sol”. Era um homem aqui com raízes muito profundas e a casa dele na Rua da Rosa em Lisboa que eu não conhecia, mas lembro-me de ouvir referir que um tio meu frequentava, era um centro leiriense, uma tertúlia leiriense. Ele era uma figura conhecida, um escritor um homem literato, respeitado no tempo mas nunca perdeu o apoio e as ligações às suas raízes, nunca deixou de apoiar Leiria e não só ele mas outros. Veja esses homens que contribuíram

para o 1º congresso de Leiria e Alta Estremadura, lá estão nomes como Lobo de Campos, o velho Ernst Korrodi e outros, enfim, mas isso já é outra questão.

Relativamente ao aspecto cultural, do património, acho que vale a pena falar disso, se vir o livro do primeiro congresso da região de Leiria e Alta Estremadura, verá que foi aí figura proeminente o professor José Mattoso, outro leiriense, que andou comigo no liceu, somos amigos ainda hoje, de vez em quando escrevemo-nos, fez a intervenção principal na abertura do congresso sobre a identificação da nossa região, é muito interessante esse texto veja isso que é muito importante. Eu lembro-me de ele referir por exemplo que não é por acaso que os reis da terceira dinastia se faziam sepultar na nossa região.

Quando foi esse congresso, o professor José Mattoso presidiu a uma secção que tratava das questões do património (congresso de 1991) em que ele propôs a criação de um Instituto do Património da Alta Estremadura, destinado a inventaria e a preservar o património. Eu acompanhei esse processo de perto e elaborei os estatutos, mas a denominação resolvida em congresso não foi aprovada pelo registo nacional das pessoas colectivas porque inculcava, não inculcava nada, mas segundo eles inculcava a ideia de instituto público, não é verdade mas enfim. Então surgiu a denominação de Centro de Património da Alta Estremadura, mais tarde Estremadura porque colaboram no Centro de Património da Estremadura, que tem sido sempre presidido pela ADLEI, pessoas do sul do distrito nomeadamente a câmara de Caldas da Rainha, várias pessoas daqui e pessoas interessadas. Aí está um campo em que tem havido colaboração a nível do distrito no seu conjunto e a ideia era salvar o distrito das inúmeras delapidações de que foi objecto. Nós sabemos o que aconteceu no distrito de Leiria, na cidade e nas aldeias, em particular nas aldeias, onde se têm feito muitas barbaridades. Isto de alguma maneira filia-se no espírito de outra época. O século XIX era uma época em que não havia qualquer preocupação pelos valores históricos, culturais, históricos é diferente, mas culturais e de preservação do património. Ramalho Ortigão conta nas *Farpas* que numa noite de festa em Leiria pretendia-se lançar foguetes de lágrimas a partir do castelo e como aquela galeria do castelo era um obstáculo ao lançamento dos foguetes, deitava abaixo a parte central da galeria do castelo para deitar os foguetes de lágrimas, isto documenta bem o espírito que havia no século das luzes, todo virado para o futuro mas ignorando um bocado o passado. Aliás eu sou do tempo em que aquela parte central da galeria do Paço Real estava destruída, depois é que foi construída, de forma que os arcos ficassem iguais ao que lá existia. Portanto, as destruições que se fizeram no burgo

de Leiria, na velha Leiria, de que eu fui testemunho, de facto são coisas bárbaras. O estado de abandono em que se encontra ainda a zona histórica de Leiria é uma coisa que deve merecer a nossa preocupação. As pessoas não têm o direito, para construir o futuro, de destruir o passado, de destruir as referências porque um país é isto. Já uma vez o referi e posso repetir, se o castelo de Leiria estivesse nos E.U.A seria objecto de uma romaria de milhões de pessoas, aqui tem os problemas que nós sabemos, tem alguns visitantes mas não são os que poderiam e deveriam ser, e quem diz isso diz o velho burgo medieval de Leiria que não é constituído por casas muito antigas, mas há casas do século XVII, XVIII e XIX, mas o burgo em si, as ruas têm um traçado medieval que se manteve e deve ser preservado. Não por razões de revivalismo ou reaccionarismo, mas de salvaguardar as nossas referências do passado e essas não são só as pessoas, as nossas famílias, mas também as pedras que nos rodeiam e que foram construídas por essas pessoas e que têm que ser preservadas, salvaguardadas e mesmo que não haja qualquer amor a um ponto de vista desses uma coisa é certa, mesmo numa vertente turística é isso o que o turista procura. Mesmo que a pessoa que está a pensar numa situação dessas não seja minimamente impressionada por argumentos como referi, há um argumento económico ou economicista que o deve preocupar. É que uma zona histórica bem conservada e bem preservada é um chamariz para o turista. Veja o que se passa com Óbidos que tem as coisas mais ou menos em ordem e que está bem servido pelo turismo. Leiria podia ter uma vida semelhante e podia ser um factor enorme de atracção do turismo mais do que é. O acesso ao castelo é difícil, a sua conservação não é o que deveria ser, as ruas estão como estão, as casas muitas vezes deixam-nas cair para depois construírem de novo a imitarem o antigo. Isso é uma outra história muito discutível. Outras reconstruções são mal feitas, outras reconstruções são maus modernos que não se harmonizam, há aqui um exemplo em Leiria que é curioso, há ainda fotografias do palácio dos marqueses de Vila Real que era à entrada da Praça Rodrigues Lobo, entrava-se por um largo. Foi destruído quase nos nossos dias, há menos de 100 anos que foi destruído para depois se construírem casas com interesse, não nego isso, mas estava lá o palácio dos marqueses de Vila Real, que foram até 1640 os “donos” de Leiria. Portanto era um palácio manuelino enfim, e como isso tanto outros arcos e casas, nós temos obrigação de preservar esse património, de inventariar o património e não falo só em imóveis, mas no património móvel também, como o folclore tudo isto é património e deve ser preservado, inventariado, respeitado, exposto, e aqui temos outro problema que é a triste pobreza de Leiria no que se refere à questão

dos museus, tem sido sempre um factor de descontentamento por parte dos leirienses, e as pessoas estão todas de acordo que é preciso um esquema de museus, mas os processos não andam, não sei porquê! Caldas têm cinco ou seis museus e nesse aspecto dá perfeitamente lições a Leiria. Leiria teve um velho museu, uma coisa muito pequena da iniciativa do Dr. Tinoco manteve-se um espólio e tal. Depois começou-se a construir um museu junto onde era o claustro do convento de St.º Agostinho e parou, pararam as obras. Agora no Banco de Portugal há umas exposições. Nós sabemos que há muito património de Leiria localizado fora de Leiria, guardado noutras instituições e que deveria voltar a Leiria, e sabemos também que inclusivamente haveria museus que têm um conjunto de obras de arte muito importante e que cederiam a Leiria. Leiria precisa em absoluto de um museu não só por razões culturais mas até por razões económicas e para atracção dos turistas. Leiria não tem, enfim, é um problema numa cidade que quer ser uma peça importante e cada vez mais, porque Leiria tem todas as condições para ser no futuro uma metrópole importante daquelas que podem constituir um factor determinante de evitar o afluxo de muita gente às duas grandes metrópoles de Lisboa e do Porto.

Há as cidades intermédias do litoral, Leiria é um caso, Caldas é outro, Pombal, depois Coimbra, claro, Aveiro, Viseu, as últimas detendo importantes museus. Há toda uma possibilidade de valorizar estas regiões mas uma região não se pode valorizar apenas pelo produto económico. De facto, uma região tem que se desenvolver no aspecto cultural, senão não podemos falar num verdadeiro desenvolvimento porque o desenvolvimento económico só faz sentido se for para um desenvolvimento integral da pessoa como eu dizia há pouco, ao serviço da pessoa e o desenvolvimento integral da pessoa passa pelos aspectos sociais, económicos, culturais. E portanto é esse país e esta região que é preciso construir.

Entrevistador: Relativamente ao Oeste onde o situa?

TOD: O Oeste tem agora uma grande pujança, mas mesmo essa denominação é muito recente. Não sei precisar quando terá ocorrido mas não se falava do Oeste, falava-se no distrito de Leiria. Caldas da Rainha foi promovida a cidade em 1927, tem menos 400 anos do que Leiria, mas houve ali uma fase em que Caldas da Rainha disputou a liderança a Leiria e havia uma grande rivalidade entre Leiria e Caldas da Rainha. Caldas da Rainha tornou-se um centro importante quando foi da guerra, os estrangeiros refugiados iam muito para as Caldas, no aspecto cultural estava à frente de Leiria e havia uma grande rivalidade mas isso atenuou-se no tempo e agora com o

desenvolvimento de Leiria, que Caldas não acompanhou, apesar de também se ter desenvolvido, esse problema parece ultrapassado. Tanto assim que quando houve o segundo congresso para o desenvolvimento de Leiria e da Estremadura, já foi assim que se chamou, alterou-se a designação para englobar todos os concelhos de Leiria, é curioso sublinhar isso. O primeiro congresso foi centrado na Alta Estremadura mas depois outros concelhos vieram dizer: e nós não porquê?

Então o segundo congresso foi alargado a toda a Estremadura e veio uma importante delegação das Caldas da Rainha participar no congresso e o próprio presidente das Caldas que ainda hoje é presidente, o Dr. Fernando Costa propôs qualquer coisa como a institucionalização permanente do congresso em ordem aos objectivos ali defendidos mas as coisas vão passando, os responsáveis mudam, depois há os problemas partidários, há esta manta de retalhos em que o país vive desde as associações de municípios, depois foram criadas umas pretensas áreas metropolitanas que não funcionam, umas comunidades urbanas, depois há guerras partidárias e inter-partidárias para dividir as pessoas conforme os seus interesses, e então esse esquema de fragmentação do distrito em várias divisões sucessivas que se sobrepõem, CCDR, associações de municípios, comunidades urbanas, isso em nada contribui para a unidade do distrito. Mas o problema que eu ponho é a unidade de uma região e uma coisa o Oeste não discorda. O Oeste sabe perfeitamente que nós aqui tal como eles somos Estremadura e por outro lado temos toda a conveniência em que nos agregamos a uma região mais vasta e não fragmentada. A regionalização não pode ser feita com base nas regiões pequenas e o que é o Oeste integrado na região de Lisboa? É uma parcela pequena, se for numa região com Leiria é uma parcela da maior importância, portanto eu acho que a ideia de uma região estremenha, seja lá o que for, não sabemos qual vai ser o processo, Caldas só tem a ganhar com essa ligação a Leiria e é preciso ultrapassar essas divisões para retomar o espírito de unidade de toda esta região porque eles são Oeste sem dúvida, nós somos Alta Estremadura é evidente, mas uma coisa é certa é que somos todos estremelhos e essa realidade é uma realidade histórica que vem desde há muitos anos. Se há pessoas que defendem que o Oeste deve constituir uma região eu diria “Pois muito bem, mas o Oeste em si, tem uma dimensão, e ligado á Estremadura tem outra dimensão e outra importância, portanto era bom que não virássemos costas uns aos outros neste processo.

Gostaria de sublinhar um aspecto, o professor João Ferrão, que é actualmente secretário de Estado e professor na Universidade Nova em Lisboa, fez uma comparação

entre zonas de Portugal. Olhando ao mapa de Portugal, tendo em vista o desenvolvimento económico e demográfico, verificou quais as regiões do país com o crescimento económico e populacional mais forte em relação ao país, superior à média nacional e o que é que encontrou, apenas 4 ilhas. Uma delas não é o Oeste, nem a Alta Estremadura, mas toda esta zona que tem um dinamismo económico, um património cultural, não são regionalismos, mas nós somos uma região que tem castelos, que tem Alcobaça, a Batalha, somos uma região privilegiada no aspecto monumental e histórico. Somos uma região com história, onde se deu a Batalha de Aljubarrota, onde viveram e foram sepultados reis, não é por divergências políticas *ad hoc* a que são alheias a generalidade das pessoas que nos devemos desunir, antes nos devemos unir para sermos mais fortes, evidentemente, e termos mais possibilidades de afirmarmos a presença num processo de regionalização que não seja só pautado por valores económicos mas também culturais e sociais.